

PROGRAMA DE GOVERNO



presidenta
Luciana Genro

vice **JORGE PAZ**

o povo acordou por mais direitos

eleições 2014

Expediente

- **Coordenação de programa:** Maurício Costa de Carvalho
- **Comissão de programa:** Juliano Medeiros, Rogério Ferreira, Silvia Santos
- **Coordenação de campanha:** André Ferrari, Fernando Silva, Francisvaldo Mendes, Israel Dutra, Juliano Medeiros, Laura Cymbalista, Leandro Martins Costa, Luiz Araújo, Mariana Riscali, Rodolfo Mohr, Rogério Ferreira, Sandino Patriota, Silvia Santos
- **Arte da capa:** Adria Meira
- **Diagramação:** Tiago Madeira
- **Revisão:** Raquel Maldonado

Sumário

Apresentação: Um programa para além das eleições	7
Diretrizes Gerais para Programa de Governo nas Eleições de 2014	9
Eixo 1 – Política Econômica e Modelo de Desenvolvimento	10
Eixo 2 – Sistema Político e Democracia	12
Eixo 3 – Mais e Melhores Direitos	13
1 Economia	16
2 Trabalho, emprego e renda	22
3 Sistema previdenciário e aposentadorias	24
4 Educação	26
5 Ciência e tecnologia	30
6 Saúde	31
7 Meio Ambiente	34
8 Energia	37
9 Reforma agrária	40
10 Habitação e Reforma Urbana	44
11 Mobilidade e Transportes	47
12 Segurança Pública	50
13 Reforma Política	54
14 Relações exteriores	57
15 Direitos Humanos	59
16 LGBT	62
17 Mulheres	65
18 Comunicação	70
19 Cultura	73
20 Esporte e atividade física	76
Contribuição do movimento negro	80
Educação e mobilização para o combate ao racismo	80
Sobre a violência racista	81
Política Internacional	82

Contribuição da juventude	83
Educação	84
Juventude e Trabalho	87
Violência e Desmilitarização da Polícia	87
Direito à Cidade	88
Democratização da Comunicação, da Informação e da Cultura	90
Direitos Democráticos	92
A luta das mulheres	92
Negras e Negros	93
Direitos LGBTs	93
Política de Drogas	94
Memória, Justiça e Verdade	95
Por uma reforma política radical	95
Agradecimentos	97

Um programa para além das eleições

Em uma das inúmeras conversas que Luciana Genro teve com colaboradores para a elaboração deste programa de governo, fomos lembrados por um importante apoiador, figura proeminente do pensamento crítico brasileiro, de uma impecável fábula do escritor francês Phillippe Sollers:

“Dois e dois são seis, diz o tirano. Dois e dois são cinco, diz o tirano moderado. O cidadão corajoso que, mesmo expondo-se a todos os riscos, lembra que dois e dois são quatro, ouve dos policiais a seguinte advertência: ‘você quer que voltemos aos tempos em que dois e dois eram seis?’”

Não poderia haver retrato melhor das atuais eleições presidenciais. Marcada por diferenças apenas pontuais entre os partidos da ordem, a política brasileira está estruturada como um sistema viciado onde os negócios das grandes empresas determinam as ações dos políticos e governantes. Neste sistema não importa quem ganhe, desde que os interesses dos bancos, das empreiteiras, das multinacionais, dos grandes grupos de comunicação e das elites estejam preservados. Financiados por esses grupos de poder, os políticos, por sua vez, contratam a peso de ouro os melhores marqueteiros para tentar mostrar que tudo isso é “natural” e para dizer ao povo que seus interesses são iguais aos interesses desses grupos, isto é, dizer que dois mais dois são cinco. Ou seis. Ou algo entre cinco e seis.

É justamente essa velha política que está sendo questionada pelos milhares de protestos que se seguiram às grandes manifestações de junho de 2013. De formas muitas vezes não tradicionais, sem elaborações estratégicas, espontâneas, desorganizadas ou voluntaristas, as jornadas de junho tiveram o grande mérito de romper o dique que continha a indignação de milhões de brasileiros que voltaram a fazer das ruas um espaço privilegiado da política verdadeira, da luta por direitos, da criatividade e do protagonismo popular na construção de um novo futuro. Representaram a denúncia desse sistema falido e a negação das velhas formas sem que as novas ainda tivessem ganhado corpo e substância para tomar seu devido lugar.

Contudo, após mais de um ano daquelas grandes manifestações, nenhuma das promessas de mudanças estruturais com as quais os governos de plantão se comprometeram para tentar estancar os protestos foi de fato adiante. A situação da economia, que já apresentava sinais de esgotamento de modelo, se agravou e tem levado os candidatos do sistema a defender nestas eleições – mais ou menos abertamente, de acordo com o interesse de seus financiadores – a cantilena neoliberal de que a principal tarefa de quem presidir o país no ano que vem será a promoção de “ajustes”, o que na prática significa que para defender os interesses do grande capital é preciso, em contrapartida, promover “medidas impopulares” como arrocho salarial, desemprego e cortes de recursos dos serviços públicos.

Nosso programa tem o compromisso de ser fiel ao sentimento de mudanças profundas que emergiu das lutas ano passado. Como tem reafirmado Luciana Genro, ser fiel a junho não significa que queremos nos apropriar ou representar aquelas bandeiras. Mas, sabendo que não precisamos de novos gerentes para o velho projeto, nos dispomos a elaborar e organizar conjuntamente um novo projeto de país livre, soberano, igualitário e verdadeiramente justo. Nesse sentido, entendemos que é preciso dar um passo adiante avançando na necessidade de organizar essa plataforma de reivindicações em torno de um debate estratégico, pavimentando os caminhos para esta “utopia concreta”, para então transformar aquelas demandas em realidade.

Este é o sentido deste programa.

Para confeccioná-lo, tivemos como ponto de partida a atuação permanente e engajada do PSOL nas mais diversas lutas — nos movimentos sociais, nas universidades e escolas, nos sindicatos e no parlamento — onde tivemos contato e incorporamos às nossas elaborações o que de melhor e mais atual se produz pelo movimento vivo da sociedade por mudanças efetivas para o país. Ao mesmo tempo, incorporamos aportes de intelectuais, quadros técnicos e militantes das mais diversas áreas, que encontraram na candidatura de Luciana Genro um megafone para expor formulações que, na maioria das vezes, não encontram eco no deserto de ideias da política brasileira.

Mais do que denunciar este programa tem, portanto, o objetivo de ser um anúncio. Na contramão à lógica das promessas demagógicas que são regra nas eleições mas nunca se efetivam porque não são compatíveis com os interesses das classes dominantes e do poder econômico, aqui reunimos demandas reais e apontamos

os caminhos necessários para que se efetivem. Essas demandas estão organizadas em um sistema de propostas concretas divididas em 20 áreas diferentes, além das contribuições realizadas por movimentos de juventude e de negros e negras que incorporamos de bom grado, tais quais foram redigidas e apresentadas a nós.

Por fim, dois destaques são necessários. Em primeiro lugar, é sabido que este programa parte do princípio de que para governar para a maioria é preciso contrariar interesses de uma minoria privilegiada. Não é possível concretizar as propostas que o povo reclama sem contrariar interesses do capital financeiro, dos negócios imobiliários, do agronegócio e dos grandes latifundiários, dos monopólios e oligopólios da comunicação, das oligarquias regionais e dos poucos milionários que sustentam seus lucros exorbitantes a partir da manutenção da desigualdade social e das condições degradantes de acesso aos serviços públicos da maioria da população. Cientes de que esta proposta enfrenta uma oposição minoritária na sociedade, mas extremamente poderosa política e economicamente, propomos uma inversão de prioridades, colocando quem mais precisa como centro das políticas públicas e fazendo com que paguem a conta os que mais se aproveitaram dessa situação.

Em segundo lugar, sabemos que as propostas concretas aqui apresentadas são perfeitamente possíveis e encontram amparo em experiências realizadas em muitos países no mundo, mas justamente por enfrentar interesses poderosos das elites tiveram que ser alvo de mobilização permanente e de muita luta organizada da população. Esse programa é assim, um guia para a ação de governo e, ao mesmo tempo, um desafio ao povo que lutou e venceu em junho de 2013: continuar nas ruas por mais direitos. Nelas encontrou-se o verdadeiro caminho das mudanças. Independentemente dos resultados dessas eleições, executar um programa que transforme o Brasil em uma democracia real dependerá sempre de que os maiores interessados busquem tomar as rédeas do próprio destino.

Maurício Costa de Carvalho

Coordenação de programa Luciana Genro Presidenta

Diretrizes Gerais para Programa de Governo nas Eleições de 2014

Apresentação

O Brasil vive um momento singular em sua história recente. Passados vinte e cinco anos desde a promulgação da Constituição Federal de 1988 e do For a Collor vemos uma importante retomada das mobilizações populares, que coloca em xeque os limites do atual modelo político e econômico, um modelo construído para preservar a dominação da maioria por uma minoria de privilegiados. Em junho de 2013 nosso país viveu um novo despertar das manifestações de rua, as maiores desde a chegada do projeto petista ao governo federal.

As manifestações que tiveram como ponto de partida a luta contra o aumento das tarifas expressaram um descontentamento mais amplo do povo contra as péssimas condições de vida nos grandes centros urbanos brasileiros e insatisfação com a subordinação do interesse público aos negócios privados. A revolta popular que teve início em junho não foi apenas contra um sistema de transporte caro, sucateado e ineficiente: foi também contra a exclusão desta maioria que vive nas cidades sem acesso a serviços públicos de qualidade na saúde, educação, segurança pública, habitação, cultura e lazer.

O fato novo, inaugurado desde então, é que o país ingressou numa nova conjuntura, mais favorável às lutas sociais e à defesa de um programa de mudanças estruturais, voltado para o combate à desigualdade social, à garantia de direitos, à ampliação da democracia direta e à defesa de um projeto político e econômico que garanta mobilidade urbana, os direitos dos trabalhadores, serviços públicos de qualidade e preservação do meio ambiente e dos bens comuns que devem servir ao interesse da maioria do povo.

Os ventos da mudança deram maior ânimo para a luta de vários setores sociais. Foi o que vimos na mobilização dos povos indígenas, nas manifestações contra os abusos da Copa do Mundo, nas ocupações do movimento sem teto, e na luta de diversas categorias profissionais que retomaram a greve como instrumento legítimo e, em alguns casos, independente das estruturas sindicais.

Frente à pressão das ruas, o governo Dilma e sua maioria no Congresso Nacional não realizaram qualquer mudança de rota, mantendo intactos o atual modelo de desenvolvimento e a política econômica em curso que beneficia o grande capital. O que se constata claramente é um processo de desindustrialização, maior dependência tecnológica, crescente vulnerabilidade externa, reprimarização da economia, maior concentração de capital e crescente dominação financeira. Além disso, continuam as privatizações das estradas, portos e aeroportos; as articulações para ampliar o repasse de recursos públicos para os planos de saúde privados por meio de financiamento do BNDES, aprofundando o subfinanciamento e o sucateamento do Sistema Único de Saúde (SUS); bloqueio ao aumento do gasto público em políticas sociais e na valorização do funcionalismo público; e a privatização de 60% do Campo de Libra, do pré-sal, a maior reserva de petróleo já descoberta no país, bem como a aprovação de um Plano Nacional de Educação que não assegura os 10% do PIB para a educação pública, como reivindicado pelo movimento educacional.

Em relação à política econômica, as taxas de juros brasileiras voltaram a liderar o ranking das maiores taxas do mundo. Além disso, o governo tem oferecido vantagens especiais ao grande empresário, através de generosos empréstimos subsidiados pelo BNDES. Entretanto, o investimento do BNDES em áreas de interesses públicos estratégicos é muito baixo.

Enquanto o governo sonha com o aumento do investimento privado, mais de 40% do orçamento da união em 2013 (900 bilhões de reais) foram drenados para o pagamento dos serviços da dívida pública, incluindo juros e amortizações, mantendo intacta a faceta financista da política econômica.

Do ponto de vista da democratização da propriedade da terra houve retrocessos, e a aliança do governo com o agronegócio está mais firme do que nunca na tentativa de ampliar a fronteira agropecuária, com amplo financiamento público – fonte da

concentração da propriedade rural e dos conflitos agrários no país.

A governabilidade do governo Dilma está sustentada numa aliança conservadora, que envolve setores fisiológicos e da direita tradicional. Neste contexto, a bancada federal do PSOL tem sido a expressão dos insatisfeitos com o atual modelo. A combatividade da bancada esteve expressa em várias lutas fundamentais, onde nossos parlamentares souberam distinguir com clareza o que é inegociável para a defesa dos interesses populares. Nosso partido, nas ruas e no parlamento, tem enfrentado os interesses ruralistas, rentistas, monopolistas e conservadores.

A maior contradição deste novo cenário político, porém, é que o anseio de mudanças da maioria da população, indicado pelas pesquisas de opinião, ainda não encontrou uma alternativa no terreno político e eleitoral. A velha opção da direita, representada agora por Aécio Neves, assim como a aliança pragmática igualmente conservadora entre o PSB e Marina Silva, não tem capacidade de ocupar o espaço de mudança.

Diante deste cenário, o PSOL buscará apresentar ao povo brasileiro um programa de esquerda que enfrente os problemas histórico do país, centrado em três eixos: superação da atual política econômica e do modelo de desenvolvimento, que depreda o meio-ambiente e nossas riquezas naturais; transformação profunda do sistema político, aumentando a participação popular, a transparência e o controle público sobre a política; e ampliação radical dos direitos e das liberdades dos trabalhadores e trabalhadoras, bem como dos setores socialmente mais vulneráveis e oprimidos.

Eixo 1 – Política Econômica e Modelo de Desenvolvimento

Um governo do PSOL promoverá mudanças estruturais na economia do país. O Brasil e o mundo vivem uma crise socioambiental que está vinculada ao modo como se organiza a economia capitalista. A destruição da natureza e a degradação do meio ambiente são diretamente proporcionais à crueldade do capitalismo em relação aos oprimidos e explorados por este sistema. Nossa proposta é ecossocialista, pois não pode haver uma defesa consequente do meio ambiente sem que se aponte para a superação das leis do capital, que necessita sugar os recursos naturais e explorar o ser humano para garantir a acumulação em benefício de 1% da população, en-

Não aceitaremos nem o continuísmo representado pelo PT e aliados, nem o retrocesso simbolizado por PSDB e aliados. Tampouco aceitamos aqueles como o PSB que estão entre os dois projetos. Nosso partido luta por uma real alternativa de esquerda para o Brasil, dizendo em alto e bom tom que não aceitaremos estes projetos a serviço da burguesia, seremos a oposição de esquerda nas ruas e na disputa eleitoral. Por isso, apresentamos ao povo brasileiro uma candidata à Presidência da República que está à altura desses desafios: a companheira Luciana Genro, histórica lutadora das causas populares em nosso país, ex-Deputada Federal, fundadora de nosso partido e atual presidente da Fundação Lauro Campos. Estamos seguros de que Luciana será capaz de encarnar o desejo de mudança que tomou as ruas no ano passado e traduzir em propostas concretas o Brasil que queremos construir: justo, soberano e democrático, enfim, um Brasil socialista.

Tomando por base as resoluções aprovadas nos quatro Congressos Nacionais do PSOL, bem como o acúmulo de nossas setoriais e as discussões promovidas pela Executiva Nacional nos Seminário de Programa de Governo no primeiro semestre de 2014, apresentamos ao povo brasileiro as diretrizes gerais do Programa de Governo do PSOL às eleições deste ano. Este documento está construído em três eixos principais, a partir dos quais, estruturaremos nossas propostas. Entendemos que este não é um processo conclusivo, razão pela qual, seguiremos colhendo contribuições ao longo de todo o processo eleitoral através do portal Plataforma 50, criado para ser um canal interativo de diálogo entre o PSOL e seus simpatizantes.

quanto 99% sofrem as consequências nefastas deste modelo econômico.

O Brasil precisa conquistar sua verdadeira soberania. Hoje a situação é de submissão aos interesses do capital financeiro e monopolista. Entre abril de 2013 e abril de 2014, o governo Dilma aumentou a taxa básica de juros nove vezes, passando de 7,5% para 11%. Com isso, voltamos a liderar o ranking das maiores taxas do mundo. Ao mesmo tempo, o governo prometeu contingenciar R\$ 40 bilhões na execução orçamentária deste ano para garantir um superávit primário de 1,9% do PIB. Com isso, o principal componente do desequilíbrio financeiro do Es-

tado brasileiro é, de longe, a conta de juros, que tem consumido entre 5% e 7% do PIB. É um recorde. A média mundial de comprometimento das finanças públicas com juros gira em torno de 1% do PIB, chegando a 2% em casos excepcionais. O Brasil gasta, na conta de juros, praticamente a mesma quantidade de recursos investidos no seu sistema de Seguridade Social! Grande parte da dívida interna brasileira está nas mãos de 20 mil credores, enquanto o sistema de seguridade atende cerca de 130 milhões de pessoas.

Demonstração clara desta submissão é a recusa do governo federal em cumprir o acordo, já bastante insuficiente, feito com governadores para renegociar os contratos das dívidas estaduais, devido às “turbulências do mercado”. Isto acontece porque o modelo econômico brasileiro está ancorado na financeirização da economia, que se baseia no “Sistema da Dívida Pública”, levando a ampliação do endividamento pela obrigação de amortizar o capital e pagar os juros. Somente uma auditoria independente pode demonstrar o quão lesivo é este processo. Neste sentido, o exemplo do Equador é eloquente, pois conquistou uma redução de 75% no montante da dívida do país.

A Auditoria deve resultar na devida suspensão do pagamento dos juros e amortizações da dívida pública, garantindo o direito dos pequenos poupadores e da aposentadoria dos trabalhadores que participam de fundos de pensão, dado o fato deles inviabilizarem a capacidade do Estado em investir, por exemplo, nos direitos sociais – saúde, educação, habitação, mobilidade urbana, saneamento, etc. Estas medidas devem resguardar os pequenos e médios detentores dos títulos da dívida pública, que não serão prejudicados.

Nossa luta imediata será para que a economia do Brasil não siga amarrada aos interesses do grande capital financeiro. Enquanto Dilma, Aécio e Marina disputam o posto de fiadores do ajuste fiscal e do cumprimento das metas de superávit primário, nosso programa parte da definição de que os recursos hoje destinados ao pagamento da dívida para as cinco mil famílias mais ricas serão destinados aos investimentos públicos, à saúde, educação, transporte e demais gastos sociais. Daremos fim à desregulamentação da economia e da abertura financeira e comercial irresponsável, bem como implantaremos um rígido controle de capitais para inibir a especulação. Ao mesmo tempo, nosso governo não concederá autonomia ao Banco Central, transformando-o num instrumento da retomada da soberania nacio-

nal frente ao imperialismo.

Além disso, terá lugar central em nosso programa o combate à concentração de renda e às desigualdades. No mundo, 85 fortunas acumulam a mesma riqueza que 3,5 bilhões de pessoas. No Brasil não é diferente. As cinco mil famílias mais ricas concentram a maior parte da riqueza produzida e ainda recebem dinheiro do governo, através dos juros da dívida pública. Este processo será estancado com o enfrentamento do problema da dívida, mas para ser revertido, é preciso avançar numa reforma tributária profunda.

Várias medidas vão nesta direção. A primeira é mudar a estrutura tributária, de regressiva para progressiva. A modificação substantiva do sistema de alíquotas é fundamental, de forma que os ricos paguem proporcionalmente mais impostos do que a classe média e os pobres. É inadmissível que sobre os rendimentos do trabalho da classe média incida a mesma alíquota que incide sobre os rendimentos do trabalho dos ricos. É necessária a desoneração tributária que incide diretamente sobre a renda dos pobres e da classe média. A segunda consiste em eliminar boa parte das medidas de desoneração, seja da folha de pagamento, seja a redução de IPI, principalmente de setores de bens de consumo duráveis e dos setores em que há baixa concorrência. A terceira consiste em fazer com que a tributação sobre os rendimentos do capital seja maior que a tributação sobre os rendimentos do trabalho. A quarta envolve a maior taxação do estoque de riqueza dos ricos. A quinta trata de eliminar subsídios em financiamentos para projetos de investimento de grandes empresas e grupos econômicos. A sexta é acabar com o financiamento, com recursos públicos para empresas estrangeiras que operam no país. Por fim, a sétima medida requer maior tributação do setor primário, inclusive, com impostos específicos sobre a exportação.

O Imposto sobre as Grandes Fortunas – uma medida que consta na Constituição desde 1988 e até hoje não foi regulamentada – deve ser uma fonte de recursos e de justiça. Vamos inverter a lógica do atual sistema tributário, aumentando a tributação sobre a riqueza e a propriedade. Dessa forma poderemos baixar os impostos sobre o salário e o consumo, beneficiando os mais pobres, os trabalhadores, os pequenos comerciantes, os profissionais liberais, enfim, os que hoje sustentam o parasitismo de poucos.

Medidas como o Bolsa-Família devem ser trans-

formadas em políticas efetivas de transferência de renda, tratadas como política de Estado e acompanhadas por transformações estruturais, pois isoladas são meramente paliativas e insuficientes para assegurar a vida digna que todos merecem. É sabido que os aumentos reais do salário mínimo, ainda que abaixo do salário mínimo necessário apontado pelo DIEESE, foram mais eficientes para a redução da pobreza do que programas de transferência de renda. Garantir emprego de melhor qualidade e salário dignos é fundamental. Neste sentido, também é importante voltar a vincular o reajuste dos aposentados ao do salário mínimo, pôr fim ao fator previdenciário e anular a reforma da previdência de 2003.

Nosso programa também deve ser taxativo na defesa da soberania nacional e, portanto, do controle público das áreas estratégicas, como a energia, que é um fator crítico da soberania e do desenvolvimento de qualquer país. Há um potencial conflito de interesses geopolíticos inerente a uma gigantesca reserva petrolífera como a do Brasil. A política energética do PSDB e do PT, embora diferentes, têm sido um desastre para o Brasil, transitando de um sistema público, planejado e cooperativo, para um sistema privado, mercantil, concorrencial, caro, ineficiente e devastador do meio-ambiente.

Outro ponto importante é a defesa de uma mudança na política de financiamento do BNDES. Não podem mais ser concedidos empréstimos para gran-

des empreiteiras e multinacionais, que têm capital próprio ou acesso a empréstimos internacionais, ou empresas que usam os recursos públicos para aumentar a concentração e os monopólios. A prioridade tem que ser estabelecida de acordo com os interesses da maioria do povo e não de um punhado de empresas privadas. Daremos fim e reverteremos as privatizações fortalecendo o Estado e seus instrumentos de planejamento estratégico, qualificando e pagando bem os servidores públicos, para prestar serviços de qualidade. Além disso, faremos uma auditoria nas obras públicas para identificar desvios de recursos, desperdícios e abusos.

Por fim, cabe destacar como elemento de construção de um novo modelo econômico e de desenvolvimento, a necessidade de uma profunda revisão do sistema agrário brasileiro. Além de uma reforma agrária, que desmonte o latifúndio e desapropriie propriedades que possam ser utilizadas para fins produtivos – sobretudo a produção de alimentos – será papel do Estado incentivar atividades que gerem empregos, desenvolvam de forma sustentável a economia no campo e fortaleçam a soberania nacional. Setores unicamente voltados à exportação de commodities não contarão com incentivo público e serão objeto de rigoroso controle por parte da sociedade, com a reversão do processo de monopolização no campo.

Eixo 2 – Sistema Político e Democracia

Compreendemos que as instituições da democracia brasileira não têm respondido aos interesses da maioria do povo. São instituições capturadas pelo poder econômico, corroídas pela corrupção e pela impunidade e distanciadas de uma representação legítima da população. Os processos eleitorais, instrumento de legitimação dos governantes, constituem-se em grandes espetáculos de marketing, de enganação e falsas promessas. O poder econômico é determinante, o que deixa pequenas brechas por onde eventualmente a genuína vontade popular consegue se expressar.

As mobilizações de junho de 2013 demonstraram a crise de representação da política tradicional e suas instituições, especialmente para as novas gerações. O PSOL quer se apresentar como o partido que na disputa institucional defende a ideia de que o poder vem das ruas e para isso defenderá uma profunda

democratização do poder.

Por isso, em nosso governo, iremos refundar as instituições apodrecidas e vazias de representatividade, para que correspondam à vontade popular. Criaremos mecanismos de democracia direta, que permitam ao povo tomar a política e a economia em suas próprias mãos, para colocá-las a serviço dos interesses da maioria. Da mesma forma, a revogabilidade dos mandatos dos políticos, a exemplo do referendo revogatório existente na Venezuela, é um instrumento fundamental na construção de uma viva e participativa democracia.

Uma reforma política real precisa interferir naquilo que tem feito da política um grande negócio: o financiamento das campanhas por empresas privadas. Trabalharemos para que sejam aprovadas leis que coíbam a influência do poder econômico sobre os processos eleitorais, tal como sugere a Co-

alização Democrática por Eleições Limpas e a Plataforma dos Movimentos Sociais pela Reforma Política. Na mesma medida, incentivaremos e garantiremos a participação dos setores historicamente alijados da vida política, como mulheres, negros e outros setores sociais hoje sub-representados.

Neste processo, precisaremos promover mudanças legais que permitam maior controle social sobre as instituições e os agentes políticos, com o fim da impunidade aos criminosos do colarinho branco (enquanto os presídios estão abarrotados de pobres) e

Eixo 3 – Mais e Melhores Direitos

As manifestações de junho de 2013 trouxeram à tona um conjunto de problemas sociais que são o resultado do modelo econômico excludente, concentrador e baseado na superexploração do trabalho. Não foi por acaso que o estopim das manifestações de junho foi o aumento das passagens de ônibus. A questão do direito à cidade, em especial o problema da mobilidade urbana e o descaso dos governos com o transporte coletivo faz do deslocamento diário uma verdadeira via-crúcis para o povo. Mas como foi dito nas manifestações “não era só por vinte centavos, era por direitos”. As demandas sociais são múltiplas, como a saúde, educação, fim da violência, transparência, participação... Por isso assumimos o compromisso de implantar a Tarifa Zero nos principais centros urbanos, usando os recursos hoje destinados ao superávit primário para investir em transporte público, saúde, educação e cultura, inclusive melhorando os salários dos servidores públicos, agentes fundamentais na melhoria dos serviços oferecidos à população.

Nos últimos meses, graças às ocupações urbanas promovidas principalmente pelo MTST, o tema da moradia popular tem ganhado destaque nacional. O programa Minha Casa Minha Vida tem sido uma mina de ouro para as construtoras e o problema da moradia para as famílias pobres está longe de ser resolvido. Vamos modificar totalmente este programa, retirando-o do controle das empreiteiras e compartilhando sua gestão com as entidades de luta pela moradia. Além disso, vamos propor uma legislação que estabeleça um rígido controle sobre os reajustes dos aluguéis, combatendo a especulação imobiliária e taxando ainda mais os imóveis vazios. Como propõe o MTST, é preciso congelar os aluguéis enquanto se formula uma nova lei do inquilinato no país.

de seus privilégios, ampliação dos instrumentos de fiscalização e controle, com um combate sistemático e implacável à corrupção.

Além disso, fundaremos uma nova governabilidade: acabaremos com o eterno “toma-lá-dá-cá” no Congresso Nacional. Nossa relação com os parlamentares se dará com base na vontade popular e as mudanças virão não por acordos espúrios, mas pela pressão das ruas. Essa é a verdadeira “nova política”.

A Reforma Agrária também é de vital importância. Para o povo do campo é um modelo que pode assegurar o desenvolvimento regional. No caso das cidades, pode significar a garantia de alimentos mais baratos e de melhor qualidade na mesa. Junto com os movimentos do campo, dentre eles o MST, buscaremos implementar um programa de reforma agrária que parta da necessidade de democratização da propriedade da terra, fixando limites, propondo a reorganização da produção agrícola e priorizando a produção de alimentos sem venenos.

No campo dos direitos básicos, em primeiro lugar não aceitaremos retrocessos como a flexibilização dos direitos trabalhistas, o cerceamento do direito à greve ou demissões arbitrárias, a exemplo dos metroviários de São Paulo. O PSOL apoia a luta dos trabalhadores e buscaremos avanços, como a jornada de 40 horas semanais e aumento dos salários. Ampliaremos radicalmente os investimentos públicos em saúde e educação. No SUS, efetuiremos uma retomada global de suas funções originais, garantindo atendimento integral a todos de forma gratuita e com qualidade. Na educação, asseguraremos a ampliação gradual dos investimentos públicos, coibindo o repasse para as instituições privadas de modo a universalizar o acesso a todos os níveis de educação de forma gratuita através de instituições públicas.

No campo dos direitos humanos e das liberdades civis são vários os temas que buscaremos enfrentar. O combate à homofobia, por exemplo, tem grande importância. Os ataques homofóbicos têm sido cada vez mais frequentes e a luta por direitos, como o casamento civil igualitário, ganha força principalmente junto à juventude.

O combate ao racismo também se fortaleceu nos

últimos anos. O racismo que existe nas relações da sociedade brasileira vai além dos episódios mais gritantes que hora ou outra chamam atenção da opinião pública. Ele está presente no cotidiano da população. A sociedade brasileira é composta na sua maioria por negras e negros nos impondo o desafio urgente de combater o racismo, erradicar as diferenças e a apartação existentes que levam um segmento tão amplo da sociedade a ser excluído de boa parte dos direitos.

A violência contra as mulheres, seus direitos sexuais e reprodutivos, as mortes absurdas fruto da criminalização do aborto e a desigualdade de gênero no mercado de trabalho também devem ser temas centrais em nosso governo. Por isso, a campanha do PSOL será porta-voz da luta contra os retrocessos conservadores que almejam aprovar o Estatuto do Nascituro e dificultar o atendimento às vítimas de violência sexual. Devemos defender a legalização do aborto, a exemplo do que foi feito no Uruguai, o que diminuiu radicalmente os casos de morte das mulheres em decorrência do aborto clandestino.

Um governo do PSOL teria a coragem que outros não tiveram de avançar na democratização dos meios de comunicação. A quebra dos oligopólios midiáticos e sua política de voz única terá atenção especial, com ênfase para o fim da propriedade cruzada dos meios de comunicação. Nosso incentivo será para instrumentos de comunicação alternativos, como rádios e TVs comunitárias, e aos meios públicos de mídia. Além disso, daremos ênfase para o controle social da mídia, com instrumentos de participação popular.

Quanto à segurança pública, iremos promover uma mudança radical no atual sistema brasileiro, assegurando outro papel para a polícia que não a de repressão aos mais pobres, preparando os trabalhadores da segurança para coibir os crimes promovidos por quadrilhas especializadas. Além disso, batalhar por uma efetiva valorização dos policiais, bombeiros e demais profissionais, tal como algumas proposições previstas nas Propostas de Emenda Constitucional 51 e 300. E também garantir o direito à sindicalização e à greve.

A segurança deve ser entendida como um direito social fundamental. Não é possível pensar em democratizar nossa sociedade sem golpear um dos aspectos mais brutais da política do aparelho de Estado:

a utilização de polícias militares como instrumento de genocídio contra a população pobre e de criminalização de suas lutas sociais, para manutenção dos interesses das elites. Por isso, o PSOL defende a desmilitarização e a unificação das polícias.

Devemos lembrar que o Brasil é o quarto país do mundo em população carcerária, atrás apenas dos EUA, Rússia e China. Levantamento feito pelo Instituto Avante Brasil, com dados do InfoPen, do Ministério da Justiça, apontou um crescimento de 508,8% na população carcerária brasileira no período de 1990 a 2012. E quem são estes presos? No ano de 2012 os pardos e negros eram ampla maioria. Também era maioria os que têm o Ensino Fundamental Incompleto. Os jovens também eram maioria: quase 30% tinha entre 18 e 24 anos e 25,3%, entre 25 e 29 anos. Neste contexto, o comércio ilícito de entorpecentes aparece em segundo lugar de incidência (atrás dos crimes patrimoniais) atingindo 24,43% da população carcerária em geral, e no que diz respeito à população carcerária feminina, é a principal causa de encarceramento, atingido 49,65% das presas.

Nos presídios, lugar reservado aos indivíduos considerados “descartáveis” pelo Estado até hoje, reina a barbárie, como vimos de forma mais aguda no Maranhão. A sociedade se chocou com a violência em Pedrinhas, mas é hora de refletir por que se chegou a este extremo. É hora de parar o clamor por encarceramento e aumentar o clamor por direitos.

Neste sentido, apresentamos um conjunto de propostas que começa apontando para o fim da chamada guerra às drogas. Esta guerra é hoje o mais poderoso instrumento de criminalização da pobreza e de instigação ao racismo. A morte de Amarildo, Cláudia e DG, dentre tantos outros, também é resultado da guerra às drogas. Ela legitima a violência e as violações aos direitos humanos cometidas pelo próprio Estado contra os pobres. Muito embora insuficiente do ponto de vista da desestruturação do tráfico e de todas as suas consequências, a descriminalização da maconha é um inegável passo adiante. O Uruguai é o primeiro país da América Latina a legalizar o uso, plantio e venda da maconha. O consumo já não era mais crime há muitos anos e a principal preocupação do governo foi impedir o narcotráfico de seguir dominando o mercado. Este é o caminho que queremos seguir.

Agradecimentos

Este documento não teria sido possível sem as elaborações de Reinaldo Gonçalves, César Benjamin, Maria Lúcia Fatorelli, Chico Alencar e Guilherme Estrella. A eles, os sinceros agradecimentos do Partido Socialismo e Liberdade.

1 Economia

A política macroeconômica define as principais variáveis de uma economia e é determinante para pensar qualquer política de desenvolvimento. Subordiná-las a outros preceitos que não os do mercado é imperativo para uma política de desenvolvimento alternativa, voltada para as necessidades da classe trabalhadora e do povo e não do grande capital como tem sido a regra dos últimos anos no Brasil.

A atual política econômica demonstra como é patente que o Brasil não tem mais condições de levar adiante nos mesmos moldes o ciclo de crescimento prometido pelo lulismo. O aquecimento da economia por meio da oligopolização crescente dos setores-chaves e da continuação da política de privatizações nas suas mais diversas modalidades mostra suas grandes fragilidades por não ter dado conta de combater a total falta de prioridade, planejamento e investimento em políticas públicas fundamentais como as de saúde, educação, transporte e habitação.

O que precisamos agora é de um ciclo de políticas de combate à desigualdade. Tal ciclo não será baseado na transferência direta de renda, mas na construção de sistemas de serviços públicos em educação, saúde e transporte. Esta é uma maneira de fortalecer a capacidade de compra dos salários através da limitação de gastos das famílias. Ele será baseado também na limitação da disparidade salarial. A política macroeconômica do nosso governo estará a serviço disso.

Prioridades:

- a) Mudar a política econômica reduzindo juros, terminando com a política antipovo dos superávits primários no orçamento da União e alterando a sobrevalorização cambial e a irresponsável liberalização da conta de capitais (ausência de controles soberanos sobre entrada e saída de moeda estrangeira do país).
- b) Enfrentar o sistema da dívida, fazendo uma auditoria que impulse o fim da entrega dos recursos públicos para os rentistas e especuladores e liberando o recurso público para investir nas necessidades da população.
- c) Fazer uma revolução tributária, invertendo a estrutura desigual e regressiva que tributa principalmente os assalariados para outra que

tribute principalmente a grande propriedade. Instituir o imposto sobre as grandes fortunas, com alíquota de 5% ao ano sobre patrimônios a partir de 50 milhões de reais.

- d) Mudar profundamente o modelo produtivo que atualmente privilegia os bancos, o agronegócio, as empreiteiras e as grandes empresas exportadoras para buscar um modelo socialmente justo e ecologicamente sustentável em que a prioridade seja a produção de alimentos saudáveis e de bens e serviços com maior incorporação de conhecimento e tecnologias, sempre que voltados para as necessidades da maioria.
- e) Combater a vulnerabilidade externa estrutural da economia brasileira, enfrentando o capital financeiro, a lógica determinista do mercado e a aceitação do papel subordinado do Brasil na divisão internacional do trabalho como produtor de matérias-primas e importador de tecnologia. Utilizar o BNDES e outros bancos públicos para apoiar tecnologias alternativas e não para financiar oligopólios, empreiteiras e grandes empresas do atual modelo agromineiro exportador.
- f) Priorizar obras de infraestrutura que atendam ao interesses públicos e não se justifiquem apenas pelos interesses do grande capital.

Propostas de ação:

1. Combater a inflação reduzindo as taxas de juros

O chamado “Regime de Metas de Inflação” é um dos itens do chamado “tripé macroeconômico”. Ele é defendido por todos os 3 candidatos dos grandes partidos, como se fosse algo “natural” e “virtuoso” para o controle dos preços. Porém, este regime foi instituído em 1999 a mando do FMI, e não tem sido eficaz no combate à inflação, pois se baseia na teoria neoliberal de que o aumento de preços seria resultado de uma suposta demanda exagerada por produtos e serviços, sendo então necessário manter altas taxas de juros para reduzir a atividade econômica e, assim, controlar os preços.

Porém, nos últimos 12 meses terminados em agosto de 2014, a maior parte da inflação (de 6,51%, conforme o IPCA) decorreu da alta dos preços dos alimentos – que subiram 7,53%, principalmente devido a problemas climáticos – e dos preços controlados pelo próprio governo, como energia elétrica (que subiu 13,58%), planos de saúde (9,27%), e educação privada (8,87%).

Ou seja: as taxas de juros nada têm a ver com problemas climáticos ou com a decisão do próprio governo em aumentar preços das tarifas públicas. Na realidade, a manutenção de altas taxas de juros favorece somente ao capital financeiro, ou seja, os bancos e grandes investidores, que ganham com a dívida pública às custas do povo. Portanto, é plenamente possível reduzir a taxa de juros sem provocar inflação. Aliás, a redução nas taxas propicia o aumento do investimento, o que aumenta a oferta futura de produtos e serviços, reduzindo-se assim a inflação.

Para realmente combater a inflação de alimentos é necessário executar uma política séria de segurança alimentar, fortalecendo a agricultura familiar com uma reforma agrária de verdade, infraestrutura para as famílias assentadas, e apoio governamental para a comercialização direta da produção via feiras livres e pontos de comercialização alternativos.

No que se refere aos preços administrados pelo governo (como combustíveis, energia elétrica, transporte público, plano de saúde, educação privada, telecomunicações), eles tiveram um aumento de nada menos que 568% de julho de 1994 a fevereiro de 2014, enquanto o índice geral de inflação (IPCA) foi de 351% no período. Portanto, não é verdade que as tarifas públicas tenham de ser ainda mais aumentadas, conforme defendem os teóricos neoliberais e os 3 candidatos dos grandes partidos. Na realidade, deveria haver uma forte redução em tais preços, dados os enormes lucros das empresas privatizadas nas últimas décadas.

2. Abaixo à política do “superávit primário”: auditoria da dívida já!

Outra política defendida pelos 3 candidatos dos grandes partidos - e que também integra o chamado “tripé” - é a manutenção de altos “superávits primários”, ou seja, o corte de gastos sociais para o pagamento da dívida pública. Esta política também não tem nada de “natural” ou “virtuosa”, e também foi imposta ao país pelo FMI em 1999 e mantida até hoje. A tal “meta” de superávit faz com que parte signi-

ficativa das chamadas “receitas primárias” (ou seja, principalmente os tributos arrecadados) sejam destinados para o pagamento da dívida. Além disso, tal “meta” faz com que outras receitas, de centenas de bilhões de reais por ano (tais como os novos empréstimos, os eventuais lucros do Banco Central, os rendimentos da Conta Única do Tesouro, os recebimentos de juros e amortizações das dívidas dos estados e municípios com a União, etc) também tenham de ser destinadas principalmente ao pagamento da dívida, pois se fossem destinadas a gastos sociais, a “meta” seria ameaçada.

Desta forma, ao influenciar todo o orçamento público, tal “meta” de superávit primário impõe que o governo federal destine mais de 40% de seus recursos para o pagamento de uma questionável dívida, repleta de indícios de ilegalidades, tais como:

- Boa parte da dívida atual decorre da obscura e questionável dívida da ditadura (ou seja, um governo ilegítimo), com cláusulas ilegais e sem documentação;
- Utilização de juros flutuantes, ilegais segundo o Direito Internacional;
- A aplicação de juros sobre juros (“anatocismo”, vedado pela Súmula 121 do STF);
- O pagamento antecipado de parcelas da dívida externa com ágio de até 70%;
- A realização, pelo Banco Central, de reuniões trimestrais com representantes de bancos e outros rentistas, para estimar variáveis como juros e inflação, que depois são utilizadas pelo COPOM para a definição das taxas de juros (ou seja, é “colocar a raposa para tomar conta do galinheiro”);
- Ausência de contratos e documentos; ausência de conciliação de cifras;
- A grande destinação dos recursos orçamentários para o pagamento da dívida viola os direitos humanos e sociais.

As atuais dívidas de estados e municípios com a União também possuem sérios indícios de ilegalidades e fazem parte do mesmo sistema, dado que os juros e amortizações pagas pelos entes federados à União são destinados por esta última para o pagamento da também questionável dívida federal. Considerando que os entes federados já pagaram esta dívida várias vezes (ao mesmo tempo em que o saldo

das dívidas explodiu), é necessário que o governo federal finalmente pare de atuar como um agiota dos estados e municípios e anule esta dívida, permitindo que os entes federados possam utilizar estes recursos para investimentos em área sociais importantes, como saúde, educação e transporte público.

Portanto, é necessário fazer uma ampla e profunda auditoria sobre todas estas dívidas (federais, estaduais e municipais). A auditoria da dívida está prevista na Constituição de 1988, porém, jamais foi realizada. Ela deve resultar na devida suspensão do pagamento dos juros e amortizações da dívida pública, garantindo o direito dos pequenos poupadores e da aposentadoria dos trabalhadores que participam de fundos de pensão. Estas medidas devem resguardar os pequenos e médios detentores dos títulos da dívida pública, que não serão prejudicados.

Enfrentar o problema da dívida é fundamental para o crescimento significativo dos gastos sociais e para que estados e municípios disponham de recursos para atender suas crescentes responsabilidades como saúde, educação e transporte público.

3. Controle sobre o fluxo de capitais

O chamado “câmbio flutuante” é o terceiro componente do “tripé” da atual política econômica e pode ser traduzido, em bom português, na livre entrada e saída de capitais internacionais, o que também foi imposto pelo FMI nas últimas décadas. Nesta política liberalizante, quando há entrada de dólares no país, o preço do dólar cai (ou seja, o real se valoriza), e quando há saída de dólares, o preço do dólar sobe (o real se desvaloriza).

Dentro dessa orientação neoliberal, o grande capital nacional e internacional pode retaliar imediatamente o governo - por meio da fuga de capitais - em resposta a qualquer medida que considerem prejudicial a seus interesses, tal como a significativa redução dos juros, a auditoria da dívida, a tributação das grandes fortunas, etc. Assim, o câmbio se torna um instrumento de chantagem do capital contra a população.

Diante disso, muitos países (como a Malásia e China) adotaram mecanismos de controles sobre os fluxos de capitais, como, por exemplo, o estabelecimento de prazos mínimos de permanência ou condições prévias para sua entrada (investimento em determinados setores, contrapartidas sociais, etc). Interessante ressaltar que tais mecanismos são aplicados inclusive por países capitalistas e são defendidos até

mesmo por economistas que estão no governo do PT.

Atualmente, o governo alega que não tem de se preocupar com isso, pois o Brasil possui cerca de US\$ 380 bilhões em reservas internacionais e o Banco Central poderia ofertar dólares na economia para compensar uma eventual fuga de capitais. Porém, estas reservas não seriam suficientes para defender o Brasil caso fossem adotadas medidas realmente contrárias aos interesses do capital. Além do mais, é importante ressaltar que tais reservas foram obtidas às custas de mais dívida interna, que paga juros altíssimos.

Tais reservas começaram a aumentar significativamente a partir da segunda metade da década de 2000, quando aumentou a entrada de dólares no Brasil, devido a diversos fatores: (a) novo ciclo de investimentos internacionais, após uma leva de crises financeiras; (b) aumento do preço das commodities, aumentando as receitas em dólares de exportações brasileiras; (c) isenção de Imposto de Renda sobre os ganhos dos estrangeiros com os juros da dívida interna, iniciada em 2006; (d) altas taxas de juros brasileiras, em comparação às taxas vigentes nos países do Norte; (e) a recente política dos EUA e União Europeia de injetar trilhões de dólares e euros na economia para salvar bancos falidos, gerando uma “tsunami” (palavra usada pela própria Presidente Dilma) de dólares para o Brasil, que paga juros muito atraentes.

Para tentar evitar uma desvalorização ainda maior da moeda norte-americana, o Banco Central compra estes dólares que chegam ao Brasil, ofertando em troca títulos da dívida interna, sem limite algum para esta operação, o que representa um escandaloso e ilegítimo mecanismo de enriquecimento do capital às custas do povo. Devido às altíssimas taxas de juros estabelecidas no país e à liberdade total de movimentação de capitais, o dólar fica abundante e se desvaloriza (seu preço em reais cai), razão pela qual a taxa de câmbio média em 2013 foi de apenas R\$ 2,16.

Desta forma, enquanto os preços dos produtos brasileiros aumentaram em média 110% no período, o preço dos importados caiu, gerando uma invasão de produtos estrangeiros, desindustrializando o país e causando desemprego na indústria. É verdade que temos de descontar destes 110% a inflação ocorrida nos EUA, porém, esta foi de apenas 29,5% no período.

Logicamente, a saída para este problema é o controle sobre o fluxo de capitais e a redução dos juros,

porém, o governo tenta aliviar essa situação desonerando as empresas de tributos, tais como a contribuição previdenciária patronal, prejudicando os trabalhadores.

4. Revolução Tributária

Atualmente, o sistema tributário brasileiro é muito injusto, pois penaliza os trabalhadores e consumidores de produtos essenciais à sobrevivência, enquanto privilegia os detentores de grandes rendas, o capital financeiro, os latifúndios e fortunas.

É necessário, por exemplo:

- Regular o Imposto sobre Grandes Fortunas;
- Acabar com a chamada “dedução de juros sobre capital próprio”, ou seja, a permissão para que empresas deduzam de seus lucros – reduzindo, portanto, a base de cálculo do IRPJ e CSLL – o montante de juros que teriam pago caso todo o seu capital tivesse sido tomado emprestado;
- Acabar com a isenção de Imposto de Renda sobre a distribuição de lucros e dividendos;
- Revisar a Lei Kandir, que isenta de ICMS produtos primários e semi-elaborados destinados à exportação;
- Restabelecer a alíquota de 30% da CSLL do setor financeiro;
- Acabar com a isenção de Imposto de Renda sobre os ganhos dos estrangeiros com a dívida interna;
- Corrigir a tabela do IRPF e reformular as faixas e alíquotas, de modo a poupar a classe média e penalizar os muito ricos;
- Acabar com a DRU (Desvinculação das Receitas da União), que permite que o governo possa gastar como quiser 20% das receitas que deveriam ir para despesas legal ou constitucionalmente vinculadas, como a saúde e previdência;
- Reformular o Imposto Territorial Rural;
- Desonerar a Cesta Básica, que ainda inclui tributos com o ICMS;

- Rever os incentivos concedidos recentemente, como a redução de IPI para veículos individuais e extinção da contribuição previdenciária patronal.

5. Lei de Responsabilidade Social

Alterando drasticamente o modelo de desenvolvimento econômico até então vigente no país e seguindo fielmente os ditames internacionais nos anos 90, as elites brasileiras empreendera, através de seus representantes eleitos, uma profunda reforma nas estruturas do Estado. Além das privatizações e da política econômica baseada no tripé juros-superávit-câmbio, outras medidas foram tomadas para estrangular os investimentos públicos em favor do pagamento da dívida pública para os agiotas internacionais.

Remodelando com esmero o Estado brasileiro, no que fosse possível, o neoliberalismo alterou profundamente boa parte do corpo normativo brasileiro. Dentre as principais medidas aprovadas no começo da década passada está a Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF. Se por um lado, a LRF impediu a ganância irresponsável de políticos oportunistas na esfera municipal e estadual, por outro, serviu para sufocar os investimentos públicos e justificar o ajuste fiscal implementado desde os anos 90.

A LRF resultou na manutenção e nos agravamentos dos índices sociais, bem como na perda da capacidade estatal de responder rápido e eficientemente a situações de crises e reivindicações sociais. Ela está inserida numa política macro e microeconômica de disciplina monetária, austeridade fiscal, corte dos gastos públicos, reformas administrativas, previdenciárias e fiscais, desoneração do capital, abertura e, conseqüente, exposição do parque industrial nacional à concorrência estrangeira e, principalmente, superação do modelo de desenvolvimento nacional até então adotado, o que significava desregular os mercados financeiros, flexibilizar o mundo do trabalho e privatizar empresas e serviços públicos.

O PSOL defende que, mais que uma Lei de Responsabilidade Fiscal, o país precisa de uma Lei de Responsabilidade Social, que obrigue os governos em todas as esferas - municipal, estadual e nacional - a retomar os investimentos públicos em direitos, serviços e infraestrutura. Como tem sido proposto por diversos setores organizados, intelectuais e ativistas políticos, uma Lei de Responsabilidade Social teria

como objetivo o pagamento da dívida social do Estado para com a população, a publicização das ações públicas; o empoderamento social e a construção de um sistema de Governança Social, onde os governos deveriam cumprir indicadores sociais mínimos de investimento em serviços e infraestrutura. Com isso, A Lei de Responsabilidade Social apresenta inovações como a garantia de recursos orçamentários e o não contingenciamento de recursos destinados a esses serviços; a fixação de metas macrosociais e a instituição do Índice Nacional de Responsabilidade Social, como forma de orientar os programas e as ações governamentais na destinação de recursos orçamentários e integrar os instrumentos de planejamento e orçamento.

6. Combate à desindustrialização e à reprimarização da economia

O modelo econômico aprofundado por Dilma Rousseff produziu o fenômeno que tem sido chamado de “desindustrialização”. A chamada desindustrialização não é exclusivamente resultado dos erros de política econômica, mas produto do protecionismo dos países centrais, da imensa força da revolução científico-técnica que ali se verifica e da elevação dos preços das matérias primas e produtos agrícolas. O exemplo mais significativo é o preço da soja - que tanto enriqueceu quanto fortaleceu o latifúndio no país - mas não é, certamente, o único produto. Em relação a 2005, o aumento dos preços acumulados até abril de 2008 para o conjunto dos produtos básicos no mercado internacional foi aproximadamente de 65%, indica estudo recente. Na mesma direção, os preços dos metais cresceram 81% e os combustíveis 79%. O período corresponde precisamente ao início do segundo mandato do presidente Lula, e a tendência favorável aos preços destes produtos ainda não sofreu um abalo significativo, mesmo após setembro de 2008. Os efeitos para o Brasil são mais que evidentes, já que a origem dos sucessivos superávits comerciais revela um segredo que poucos estão dispostos a tratar: entre 1980 e 2007, a participação do setor industrial no valor adicionado total da economia brasileira recuou 6,2 pontos percentuais. Esta tendência foi acentuada no período recente, pós setembro de 2008, como indicam outros estudos. No que se refere ao balanço de pagamentos, há muito tempo se sabe que a origem do “superávit comercial” se produz a partir da exportação de produtos agrícolas e minerais, amargando imenso déficit na

área de eletroeletrônico, fármacos, química, equipamentos mecânicos, etc.

Um alerta sobre este problema foi feito pelo IPEA, instituição de pesquisa do governo brasileiro. Um estudo preliminar indica que os vultuosos recursos do BNDES (aliás, com reforço do Tesouro Nacional) estão sendo utilizados para fortalecer ou formar grandes grupos empresariais privados na área de alimentos e recursos naturais. Ademais, o esforço da política industrial nacional, especialmente a partir de 2003, não rendeu resultados na direção de superar saldos comerciais negativos originados a partir de produtos de média e alta tecnologia; ao contrário, são precisamente os setores responsáveis pela drástica diminuição dos outrora mega-superávits comerciais. A expansão das empresas brasileiras no mercado mundial, ainda baseia-se nos setores intensivos em recursos naturais e commodities. Os recursos do BNDES também foram utilizados para salvar grupos econômicos nacionais de suas aventuras na festa mundial da especulação. Grupos econômicos como Sadia, Votorantin, Aracruz, entre outros, sofreram perdas importantes nos negócios arriscados em que se envolveram e, como sempre, levaram a conta para o Estado pagar.

Luciana Genro buscará estimular a industrialização do país, retomando a capacidade produtiva de parques industriais estratégicos, revendo privatizações de setor fundamentais para o desenvolvimento, investindo em produção de ciência e tecnologia, diminuindo a dependência externa, taxando as exportações de commodities, alterando as prioridades de investimento do BNDES e mudando a política de subsídios e renúncia fiscal hoje em vigor.

7. Financiamento com juros baixos para as pessoas e o setor produtivo

Conforme mostram os dados do Banco Central, atualmente a taxa média dos empréstimos dos bancos para pessoas físicas é de 43,2% ao ano, e para pessoas jurídicas, de 23,1% ao ano, taxas estas ainda superiores à taxa Selic, atualmente em 11% ao ano. Isto significa que os bancos se interessam em emprestar a pessoas e empresas apenas a juros altíssimos, pois possuem rendimentos garantidos emprestando ao governo.

Com a revisão da política de endividamento público, os bancos se verão na obrigação de emprestar ao setor produtivo e às pessoas a juros baixos. Entendemos que é necessário estimular esses setores,

especialmente no que se refere às micro, pequenas e médias empresas, agricultura familiar, ciência e tecnologia, serviços e empreendimentos cooperativos, combatendo a tendência de monopolização e oligopolização presente em nossa economia.

8. Revisão das Privatizações

É necessário fazer uma ampla auditoria do processo de privatizações, que foi feito a partir dos anos 90 sob a justificativa de que o governo não tinha dinheiro para investir nas estatais, e que por isso elas deveriam ser vendidas para se obter dinheiro para pagar a dívida pública. Outros argumentos largamente utilizados foram que as empresas públicas deveriam ser transferidas ao controle privado para que houvesse uma melhoria na produtividade, para que os preços dos serviços públicos caíssem, e que a qualidade destes serviços fosse melhorada.

Na prática, as privatizações foram financiadas pelo BNDES (banco estatal), a dívida pública explodiu, os preços das tarifas também, e a qualidade dos serviços (principalmente da telefonia) deixa muito a desejar. Além do mais, houveram sérias ilegalidades no processo de privatizações.

Por esta razão, as privatizações devem ser revistas, e empresas devem ser reestatizadas. É claro que analistas neoliberais poderiam argumentar que isto seria “quebra de contrato”, porém, nos casos em que as promessas das privatizações não se confirmaram, é plenamente justificável e legítimo a retomada de tais empresas pelo Estado.

Além disso, deve ser revista a atual política de gestão das empresas estatais, que estão visando lucro, cobrando caro da população (tarifas bancárias, juros altos, combustíveis caros), e sacrificando os trabalhadores. É preciso revogar a Lei 9.530/1997, segundo a qual todos os lucros das estatais distribuídos ao governo federal devem ser destinados para o pagamento da dívida pública.

9. Retomar a capacidade de planejamento do Estado

O planejamento estatal já teve papel central no desenvolvimento do Brasil. Porém, a onda neoliberal que varreu o país a partir dos anos 90 acabou com isso. Com as sucessivas crises internacionais, o Estado perdeu a capacidade de planejar, respondendo

pelos demandas mais emergentes do mercado e da economia. Nem a criação dos Planos de Aceleração do Crescimento (PACs), nem o debate em torno do orçamento público – uma queda de braço entre os diversos interesses do capital – serviram para responder às necessidade de retomada do planejamento.

No governo do PSOL, com as mudanças que promoveremos, a atividade de planejamento estatal também deverá ser reformulada. O planejamento não pode ser nem concebido nem executado de forma externa e coercitiva aos diversos setores sociais diretamente atingidos pelas medidas estatais. Além disso, com a multiplicação e a complexidade dos problemas econômicos, houve uma tendência geral de se pulverizar o planejamento como algo que precede, condiciona e orienta a ação pública. Isso aconteceu também no Brasil, sobretudo na década de 1990. O governo de Luciana Genro terá como metas no campo do planejamento: i) a inserção internacional soberana; ii) a macroeconomia para o desenvolvimento e fim das desigualdades; iii) infraestrutura econômica, social e urbana; iv) estrutura tecnoprodutiva avançada e regionalmente articulada; v) sustentabilidade ambiental; vi) proteção social, garantia de direitos e geração de oportunidades; e vii) fortalecimento do Estado, das instituições e da democracia.

10. Aumentar a renda dos brasileiros e reverter a bolha de endividamento das famílias

Contrariamente ao discurso oficial, nos últimos anos não ocorreu um aumento significativo na renda dos trabalhadores. Conforme mostra a PNAD/IBGE, o rendimento médio mensal real dos trabalhadores em 2012, de R\$ 1.507, foi apenas 11% superior ao valor observado em 1996, de R\$ 1.358 (todos estes valores atualizados monetariamente para set/2012). Ou seja, em 16 anos, os trabalhadores aumentaram em apenas 11% o seu salário, daí os problemas atuais relativos ao superendividamento das famílias.

É preciso condicionar a redução de tributos sobre o consumo à redução dos preços e ao aumento significativo dos salários. Para tanto, é preciso fazer funcionar os instrumentos de defesa da concorrência, para que segmentos oligopolizados não possam se apropriar dos ganhos decorrentes da redução dos tributos incidentes sobre o consumo de produtos.

2 Trabalho, emprego e renda

O papel de um governo efetivamente de esquerda é gerenciar a macroeconomia com o objetivo de assegurar a melhora da qualidade de vida do povo pobre, dos trabalhadores do campo e da cidade e das classes médias. Os grandes partidos defendem a atual política, que limita o aumento do salário mínimo ao aumento do PIB, o que é extremamente prejudicial, principalmente em uma conjuntura de recessão. Desta forma, serão necessárias várias décadas para que o salário mínimo atual atinja o patamar exigido pela Constituição.

A eterna justificativa oficial para este aumento pífio é que a Previdência Social não teria recursos para aumentar as aposentadorias, porém, a Previdência está inserida na Seguridade Social (na qual estão também as áreas de saúde e assistência), que apresenta superávits gigantescos, de mais de R\$ 70 bilhões por ano. O problema é que o governo utiliza a maior parte do orçamento federal para pagar a questionável dívida pública.

É necessário alterar esta política, garantindo que o salário mínimo atinja em poucos anos o mínimo exigido pela Constituição, que os servidores públicos tenham suas perdas repostas e lhes seja assegurado plano de carreira, assim como que a jornada de trabalho seja reduzida para assegurar mais empregos e melhores condições de vida.

O PSOL e Luciana Genro têm propostas para melhorar a qualidade de vida e a capacidade de consumo das trabalhadoras e trabalhadores brasileiros. Veja:

1. Salário Mínimo que garanta a sobrevivência dos trabalhadores

O atual salário mínimo (R\$ 724) é quatro vezes inferior ao que deveria ser, conforme a Constituição (R\$ 2.915,07, conforme o DIEESE), ou seja, o valor capaz de atender às necessidades vitais básicas dos trabalhadores e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social.

2. Salário Máximo

Nenhuma empresa pública ou privada poderá ter salários maiores do que 30 vezes o menor salário por ela oferecido. A limitação de salários serve

para impedir, entre outras coisas, a degradação salarial das camadas mais pobres da população.

3. Concursos Públicos

Ampliação dos concursos públicos, com vistas a diminuir a dependência de diversos setores do serviço público dos chamados “cargos de confiança” e garantir efetiva garantia de funcionamento dos serviços públicos a toda população, com profissionais treinados e bem remunerados.

4. Precarização e Terceirizações

Combate à precarização do trabalho e desestímulo à terceirização no serviço público. Contra a aprovação do PL 4330 e garantia da promoção de políticas efetivas de formalização do trabalho e garantia da negociação coletiva para todas as trabalhadoras e trabalhadores.

5. Plano de carreira para todas as atividades do serviço público

Dialogar com as diversas carreiras do serviço público federal que ainda não possuem Plano de Cargos, Carreiras e Salários, com vistas a estender esse direito a todos os trabalhadores e trabalhadoras do serviço público.

6. Combate ao assédio moral

Ampliar a legislação para coibir casos de assédio moral no ambiente de trabalho, garantindo ao trabalhador o direito de denúncia e de proteção.

7. Democratização do sindicalismo

Defendemos a plena liberdade de organização sindical, com uma mudança da estrutura sindical. Fim da intervenção do Estado sobre a organização dos trabalhadores/as. Fim da unicidade, da investida e do imposto sindical. Fim do poder normativo da justiça do trabalho.

8. Reposição das perdas dos servidores públicos

Ao contrário do que é falado pela grande imprensa, os gastos com servidores públicos caíram

drasticamente nas últimas décadas. Em 1995, primeiro ano do governo FHC, os gastos com servidores equivaliam a 54,5% da Receita Corrente Líquida do Governo Federal. Quase vinte anos depois, este percentual caiu para 31,1% (Fonte: Boletim Estatístico de Pessoal do Ministério do Planejamento, junho de 2014, pág 38). Nas últimas décadas, os servidores públicos foram prejudicados por vários anos seguidos sem reajuste, e com a negativa do governo em realizar negociações respeitadas com as diversas categorias. Foram diversos os casos de corte de ponto e outras formas de ameaças feitas pelo governo, tendo sido necessário uma grande greve para que os servidores tivessem um reajuste de 5% por ano nestes 3 anos, o que não cobre sequer a inflação. Enquanto isso, os rentistas da dívida pública não precisam fazer nada para conseguir uma taxa de remuneração de 11% sobre seus títulos públicos, às custas

do povo.

9. Redução da Jornada de Trabalho para 40 horas semanais

Adoção da Convenção 158 da OIT e o fim da rotatividade no emprego. Redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais sem redução de salário com vistas a ampliar o emprego, limitando ao mesmo tempo a realização de jornada de trabalho extraordinária.

10. Garantia do direito de Organização por Local de Trabalho

Garantia da negociação coletiva e do respeito e extensão das conquistas para todos, inclusive terceirizados, prestadores de serviço e outras formas de contratação precárias da força de trabalho.

3 Sistema previdenciário e aposentadorias

Nosso programa sobre a Previdência Social e aposentadorias baseia-se no acúmulo geral dos movimentos sociais do setor, bem como nas lutas que travamos contra a retirada de direitos. Esta luta tem um significado político especial para nós: a luta contra a Reforma da Previdência, realizada no primeiro mandato de Lula, culminou com a expulsão ou punição de vários setores do PT que vieram a fundar e construir o PSOL. Por isso, reafirmamos em nosso programa o compromisso que temos com as gerações passadas, atuais e futuras na defesa de um Regime Previdenciário público e que ofereça aposentadorias e pensões dignas e compatíveis com a enorme contribuição dada pelos trabalhadores ao nosso país.

Como já sabemos, a Previdência Pública faz parte da Seguridade Social, que é o conjunto de ações destinadas a assegurar os direitos à saúde, à previdência e à assistência social (doença, invalidez, morte, idade avançada, proteção à maternidade, à gestante, ao trabalhador em situação de desemprego involuntário, salário-família, auxílio-reclusão e pensão por morte).

A Seguridade Social é fundamental para a população e seu objetivo central não é o lucro, mas o bem estar social. Ela é financiada pela sociedade, com recursos da União, Estados, Distrito Federal, Municípios, contribuições do empregador, dos trabalhadores e trabalhadoras, das receitas de concursos de loteria, dentre outros.

O final do século XX e o início do século XXI têm sido caracterizados por variados ataques aos sistemas previdenciários em todo o mundo. No Brasil não foi diferente. Os governos de FHC (1995-2002) e os governos do PT (2003-) realizaram sucessivos ataques aos direitos previdenciários dos trabalhadores. Cada vez mais coloca-se a necessidade de intensificar a luta dos ativos, aposentados e aposentadas frente aos ataques brutais e permanentes aos direitos sociais, muitos dos quais se julgava consolidados no Brasil e no mundo.

Além disso, é cada vez menor o valor das aposentadorias e pensões. Além dos reajustes irrisórios, na maioria das vezes abaixo da inflação acumulada, os governos utilizam vários mecanismos para torná-las ainda menores.

A luta por salários, aposentadorias e pensões dignas é uma luta permanente dos movimentos soci-

ais. Luta por uma política justa e permanente de valorização das aposentadorias e pensões, não só de quem ganha um salário mínimo, mas de quem ganha acima deste valor também.

Enquanto isso, os recursos públicos são drenados para o setor privado através do superávit primário, para pagamento de juros e amortizações da dívida, e através de diversas outras formas, como o SIMPLES, que privilegia, com isenções de tributos, entidades filantrópicas, empresas exportadoras rurais (agronegócio), empresas de tecnologia da informação e de comunicação. Se já não bastasse todos esses problemas, o Governo Dilma vem modificando progressivamente a forma de contribuição patronal ao Sistema Previdenciário, mudando a cobrança da folha de pagamentos (20% do seu total) para o faturamento (de 01 a 02% do faturamento a depender do setor). Análises técnicas comprovam que esta ação tende a dar mais instabilidade ao regime, já que depende dos ciclos da economia brasileira, oscilando entre baixo crescimento e estagnação nas últimas décadas.

Torna-se cada vez mais difícil preencher os critérios para a aposentadoria. E quando se atinge a idade e o tempo de contribuição para aposentadoria, muitas vezes o trabalhador permanece anos na ativa, pois a concessão da aposentadoria significa também o corte substancial nos salários.

Deste modo, os trabalhadores e trabalhadoras, mesmo aqueles/aquelas que começam a trabalhar na adolescência, só conseguem a aposentadoria quando idosos/idosas. E, portanto, gozam pouco dos benefícios da Previdência Social, não só pela idade avançada, mas pelos valores das mesmas que têm sido reduzidas de forma vergonhosa nos últimos anos. E a violência dos últimos governos (PSDB e PT) contra os aposentados/aposentadas não para por aí. Quanto mais aumenta a expectativa de vida, mais o Governo cria mecanismos para dificultar a aposentadoria.

Estima-se que até 2020 o Brasil terá 40 milhões de pessoas acima de 60 anos, passando a ser o 6º país com mais idosos/idosas no mundo. E se depender dos partidos e candidatos do sistema, a grande maioria estará em condições de vida precárias, com aposentadorias cada vez mais insignificantes frente ao aumento das despesas típicas da idade.

Além disso, o país não está preparado para atender a esta população, que necessita de cuidados especiais em todos os setores da vida: saúde, segurança, mobilidade, lazer, etc. É grande o descaso dos governos com as políticas públicas, inclusive, com a não valorização dos profissionais da área e com a privatização da saúde e previdência públicas.

Assim, em diálogo com a luta dos movimentos sociais, o PSOL assume os seguintes compromissos:

1. Reverter o arrocho das aposentadorias e pensões, reconstituindo o seu poder aquisitivo;
2. Adoção da integralidade, da paridade entre ativos e aposentados e da solidariedade entre gerações;
3. Vinculação do reajuste das aposentadorias ao reajuste do salário e recuperação das perdas;
4. Fim da cobrança dos inativos;
5. Recompôr quadro de pessoal da Previdência Pública, visando garantir ampliação e melhoria do atendimento à população;
6. Combate à corrupção e sonegação na Previdência Social promovida pelas grandes empresas;
7. Reverter, nos setores beneficiados, a Contribuição Previdenciária Patronal (CPP) sobre o faturamento e retomar a CPP sobre a folha de pagamento;
8. Fim do fator previdenciário e de outras fórmulas que tenham o mesmo objetivo;
9. Reversão do FUNPRESP e fortalecimento do Regime Próprio de Previdência do Servidor Público;
10. Ampliação do benefício do salário-maternidade por dois anos.

4 Educação

No governo do PSOL, educação será um dos eixos do desenvolvimento nacional e para isso será necessário alterar profundamente a lógica e o funcionamento das políticas públicas educacionais.

É fundamental que se constitua efetivamente um Sistema Nacional de Educação, que articule todos os entes federados, garantindo recursos e políticas públicas que permitam uma ação ampla para enfrentar os principais desafios da educação brasileira, contornando a fragmentação e sobreposição de responsabilidades existentes. A maior parte das responsabilidades educacionais recai hoje sobre os ombros dos estados e municípios, mas cabe à União exercer papel redistributivo e supletivo, conforme estabelece a Constituição.

É preciso assumir o papel do Estado na garantia do direito à educação, rompendo com o modelo privatista, que transformou a educação nacional, em especial o Ensino Superior, num grande mercado e que expandiu o acesso através de programas que terceirizaram para o setor privado o atendimento, abrindo mão da qualidade. É preciso reverter o quadro atual no qual a expansão da educação infantil, do ensino superior e técnico vem ocorrendo apenas pela terceirização de recursos para instituições privadas, seja por meio de programas de bolsas, seja por convênios de atendimento.

O recente Plano Nacional de Educação (PNE) somente se tornará realidade se houver uma ação política que realmente priorize a superação da atual estrutura educacional brasileira, implementando medidas e tendo uma postura que vai além do que está previsto no próprio PNE.

Prioridades:

- a) Promover a construção de um Sistema Nacional de Educação, articulado e solidário, através de um amplo processo de mobilização da sociedade civil, em conjunto com os gestores estaduais, municipais e setor privado. O Sistema Nacional de Educação deve buscar a articulação e integração das políticas públicas educacionais da União, estados e municípios, levando a um efetivo regime de colaboração entre eles;
- b) Garantia do direito à educação pública, estatal, gratuita e de qualidade para todos, o que

implica em uma atuação efetiva da União em todos os níveis e modalidades, assumindo seu papel redistributivo e suplementar, conforme estabelece a Constituição Federal. Em médio prazo os recursos públicos devem ser destinados exclusivamente para a educação pública;

- c) Inverter prioridades, rompendo com o modelo que privilegia o pagamento de juros e encargos da dívida, consumindo mais de 40% do orçamento da União, e destinar recursos para educação e saúde. Garantir que as riquezas geradas pela exploração do petróleo efetivamente sejam destinadas para a educação e saúde e não apenas uma parte dos lucros, como proposto atualmente;
- d) Enfrentar os graves problemas de qualidade da educação nacional, superando o modelo meritocrático, que tenta alcançar qualidade pela competitividade e que reduz a questão da qualidade ao desempenho em provinhas e provas, sem no entanto atuar sobre as questões estruturais que afetam as redes de ensino. É preciso atuar para melhorar a valorização do magistério, o financiamento da educação, a formação de docentes, as condições de trabalho, a infraestrutura e o modelo de atendimento nas redes de ensino para avançarmos na qualidade da educação da escola pública.

Propostas de ação:

1. 10% do PIB apenas para a educação pública

A União aumentará sua participação financeira no montante de recursos educacionais destinados à escola pública, conforme a meta 20 do PNE, e encaminhará ao Congresso Nacional proposta de supressão do parágrafo quinto do artigo quinto, que permite usar subvenções para instituições privadas no alcance dos 10% do PIB, exclusivamente para a educação pública.

2. Estabelecimento do Custo Aluno-Qualidade

Um dos grandes desafios da educação nacional

é a garantia de uma educação pública de qualidade para todos. Ocorre que os governos sempre tomaram como princípio utilizar os recursos disponíveis, dentro dos limites mínimos obrigatórios impostos pela Constituição, sem se preocupar com o padrão de qualidade necessário e qual a destinação de recursos necessária para alcançá-lo. Ou seja, se faz o cálculo de cima para baixo: reserva-se o mínimo constitucional para a educação e condicionam-se salários, estruturas, materiais e tudo o mais a esse mínimo disponível.

Para que se alcance um padrão aceitável de qualidade em todas as redes de ensino públicas é preciso ter um conjunto básico de insumos que devem ser garantidos para todas as escolas, exigindo a garantia de recursos financeiros para isso. Esse padrão de qualidade associado aos insumos necessários é denominado de Custo Aluno-Qualidade (CAQ). Como ponto de partida para atingir um padrão mínimo de qualidade, que deveria ser assegurado a todas as escolas do país inicialmente, deve-se utilizar o Custo Aluno-Qualidade Inicial (CAQi).

Em nosso governo o CAQi será implementado em no máximo dois anos, negociando com os entes federados para que esta definição se efetive num período curto de tempo. Para isso, a União aportará recursos para complementar o valor do CAQi naqueles estados e municípios em que a utilização dos recursos obrigatórios não seja suficiente. O CAQi deve evoluir gradativa e sistematicamente até que o país alcance o Custo Aluno-Qualidade ideal, que supere os padrões mínimos e permita uma educação pública de qualidade em todas as redes de ensino.

3. Piso Nacional estipulado pelo DIEESE e valorização do magistério

Os profissionais da educação das redes públicas, via de regra, viram seus salários e as condições de trabalho sucateadas pelos sucessivos governos que aplicaram o modelo neoliberal, tornando a carreira docente extremamente desvalorizada em todo o país.

Inverter a lógica que procura jogar sobre os ombros de professores e alunos a responsabilidade pela superação dos problemas estruturais enfrentados pela educação nacional é urgente e um dos primeiros passos é tomar medidas efetivas para a valorização das carreiras do magistério.

A aprovação da Lei do Piso Nacional do Magistério foi importante, mas até aqui ele não se efetivou

em todos os estados e municípios, principalmente pela falta de uma ação efetiva da União.

O governo do PSOL não repassará recursos voluntários para entes federados que não estejam pagando o piso salarial nacional do magistério e cumprirá a sua obrigação de auxiliar aqueles que efetivamente não possuem condições de fazê-lo. O PSOL agirá da mesma maneira em relação à jornada estipulada na Lei, que destina no mínimo 1/3 da jornada docente para atividades extraclasse. Sabemos que parte do exercício da função docente se dá em atividades de planejamento, discussão, formação, avaliação e preparo de atividades ligadas ao projeto político pedagógico. Assim, o cumprimento da Lei nesse quesito não é para nós questão menor.

A valorização da profissão, necessária inclusive para motivar a juventude em seguir a carreira docente, passa necessariamente pela valorização salarial. Portanto, estabeleceremos como piso nacional do magistério o valor estipulado pelo DIEESE (Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos), o que representaria hoje R\$2.979,25 por uma jornada de 20h semanais.

Pactuaremos regras nacionais para a carreira docente, buscando uma efetiva valorização do magistério, com melhoria das condições e elevação dos salários, visando o cumprimento da meta 17 do PNE.

4. Direito ao acesso e permanência à educação pública de qualidade em todos os níveis

A ação do governo federal, seja de forma redistributiva, supletiva ou direta, será com a elevação da cobertura escolar na creche, aumento das matrículas no ensino profissionalizante (cursos de média duração), garantia da meta do PNE com educação integral e na expansão do ensino superior.

Enviaremos ao Congresso Nacional legislação regulatória do setor privado e buscaremos aumentar as exigências de qualidade na prestação dos serviços por essas instituições.

Não extinguiremos os programas universitários de bolsas e de crédito estudantil, mas estes passarão a ser suplementares. A lógica da ação governamental será expandir a rede pública, seja a federal, seja ajudando estados e municípios, a melhorar as suas redes, de forma que em médio prazo não seja mais necessária a política de bolsas ou convênio com instituições privadas.

Simultaneamente à expansão da rede pública,

nosso governo prezaré por elevar a qualidade do ensino. Nas últimas décadas os governos apostaram em sistemas de avaliação em massa, supondo que a qualidade pudesse ser alcançada pela competição, e que resumiram a ação governamental à divulgação de rankings e a cobrança por resultados, sem atuar efetivamente na garantia de condições e na solução dos problemas que afetam a educação nacional. Esse sistema meritocrático pouco contribuiu para a qualidade da educação e desconsidera completamente as diferenças regionais e a diversidade nacional. Apostaremos na autonomia político-pedagógica e no envolvimento da comunidade educacional no fazer cotidiano de cada escola. Caberá como uma das medidas para impulsionar a melhora na qualidade da educação, a garantia de recursos físicos, humanos e financeiros para que os projetos educacionais sejam concretizados. Mais do que induzir a unificação de um currículo e do cotidiano escolar a partir de provas nacionais, cabe ao Estado outras medidas, como investimento em estrutura física e material, formação inicial e continuada, valorização profissional, gestão democrática e garantia de boas condições de ensino e aprendizagem (como o estabelecimento de um número máximo de alunos por turma/professor, por exemplo).

5. Superação do analfabetismo em 4 anos

O analfabetismo absoluto de uma parcela muito grande da população brasileira persiste década após década, resultado do pouco interesse e investimento dos governos. Esse desafio já foi vencido por vários países, alguns da América Latina, e existem experiências concretas que mostram ser possível a superação do analfabetismo em um prazo de poucos anos. Para isso é preciso investimentos consistentes e uma prioridade política.

O governo federal deverá destinar recursos e promover ações articuladas com estados e municípios, voltadas ao cumprimento da meta 9 do PNE, atuando de forma mais sistemática e superando as ações pontuais existentes atualmente.

Também será necessário envolver a sociedade civil, através dos movimentos sociais e entidades dos mais diversos setores, em um esforço nacional pela alfabetização de jovens e adultos, ultrapassando os limites das redes de ensino nesse desafio.

A garantia do acesso ao ensino público, desde a educação infantil, e o combate sistemático a evasão escolar, também são aspectos importantes para que

se reduza o analfabetismo funcional entre os jovens. A melhora na qualidade do ensino público e ações específicas devem se reverter na redução drástica do analfabetismo funcional, exigindo do governo federal a promoção de ações junto a estados e municípios que permitam a melhora nas condições de atendimento, na formação dos profissionais, nas carreiras do magistério e na infraestrutura das escolas.

6. Recursos da exploração do petróleo para a saúde e a educação

Rever imediatamente a legislação dos royalties garantindo que os valores referentes a contratos antigos e vigentes sejam também direcionados à educação e saúde. Apoiaremos uma partilha mais equânime dos recursos dos royalties e usaremos a parte da União para diminuir as desigualdades regionais.

7. Educação contra as opressões

É fundamental que a educação contribua para o combate a todo tipo de opressão e discriminação, superando visões conservadoras que levaram à supressão de metas relacionadas às questões de direitos humanos e diversidades no PNE recém-aprovado. Uma educação de qualidade na atual sociedade estará voltada para a superação das desigualdades, que combata o racismo, o sexismo, a homofobia, a lesbofobia e demais discriminações.

Assim, em nosso governo, nos comprometemos a desenvolver, garantir e ampliar a oferta de programas de formação inicial e continuada de profissionais do magistério que pautem e combatam todas as discriminações. Criaremos e ampliaremos programas nacionais que apoiem e incentivem ações nas escolas de educação básica, voltadas à construção de uma cultura de cidadania e valorização da diversidade, reduzindo as manifestações de discriminação de todas as naturezas, tendo como foco a educação em Direitos Humanos, a equidade e a justiça social e a valorização das diferentes culturas, entendendo-as como um processo de construção histórica e social. O governo federal deverá atuar para instituir a Educação em Direitos Humanos em todas as redes de ensino e implementar ações educacionais, nos termos do Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH-3 e do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos, assegurando-se a implementação das diretrizes curriculares nacionais por meio de ações colaborativas com os Fóruns de Educação, Conselhos Escolares, equipes pedagógicas e a sociedade ci-

vil.

8. Conferências Nacionais de Educação de- liberativas e gestão democrática da educa- ção

Reformular o papel e a composição do Fórum Nacional de Educação e do Conselho Nacional de Educação, estabelecendo mecanismos transparentes e participativos que permitam maior representatividade em suas composições e maior efetividade em sua atuação. As Conferências Nacionais de Educação e todas as suas etapas estaduais e municipais devem ganhar caráter deliberativo e serem efetivamente um espaço para a definição das diretrizes para a política educacional e não eventos meramente consultivos como foram até aqui. As CONAE e o FNE devem ter uma atuação efetiva no acompanhamento e avaliação da implantação do novo PNE.

A União deverá tomar medidas que incentivem e induzam estados e municípios a fortalecerem os espaços de gestão democrática das escolas, em especial os conselhos escolares, buscando criar condições reais para que as escolas estabeleçam de forma autônoma seus projetos político pedagógicos. Incentivar que as redes de ensino estabeleçam a eleição como forma de escolha do diretor da escola.

Garantir a eleição direta para reitores em todas as universidades públicas, com participação de toda a comunidade acadêmica, bem como a representação de gestores, profissionais e estudantes nos conselhos gestores dessas instituições. Garantir que nas instituições privadas seja obrigatória a constituição de conselhos gestores com a representação de profissionais e estudantes e com caráter deliberativo.

9. Expansão das universidades públicas buscando o fim do vestibular e a universalização do acesso ao ensino superior

A União deverá expandir a oferta de ensino superior através da criação de novas universidades públicas e da expansão de vagas e cursos nas que já exis-

tem, revertendo o processo que ocorreu nas últimas décadas de oferta de vagas e expansão das instituições privadas. Reverter, gradativamente, os recursos que hoje são aplicados nos programas de bolsas em instituições privadas, para as instituições públicas. Investir na ampliação do ensino superior público visando, em longo prazo, a garantia de acesso à universidade a todos os jovens que saírem do Ensino Médio.

10. Educação Inclusiva como direito

Para garantia da equidade educacional, deverá ser considerado o atendimento às necessidades específicas da Educação Especial, assegurando um sistema inclusivo em todos os níveis, etapas e modalidades de ensino. Além da necessária e urgente universalização do atendimento da educação básica, é necessário garantir as condições políticas, pedagógicas e financeiras para assegurar o acesso e a permanência com aprendizagem aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, tanto na educação básica, no ensino superior e nas diferentes modalidades de ensino (eja, educação profissional, educação do campo, quilombola e indígena).

Compreendemos que para garantir essas condições precisamos, além de investimento financeiro na área, assegurar formação inicial e continuada aos profissionais de educação conteúdos referentes à educação inclusiva, garantir repasse de recursos de acessibilidade em todas as unidades escolares, bem como recursos humanos e materiais que promovam a inclusão dos estudantes com necessidades educacionais especiais.

Nesses casos, mais do que em outros, também é fundamental a articulação entre diferentes áreas, como a saúde e a assistência social, criando uma rede de apoio ao sistema educacional, às famílias e ao estudante. A atuação em nosso governo irá nesse sentido, no qual a União envidará esforços em conjunto com estados e municípios para uma política educacional inclusiva.

5 Ciência e tecnologia

Na área de ciência e tecnologia, o maior desafio no Brasil é a elaboração e a implementação de uma política de longo prazo que permita ao desenvolvimento científico e tecnológico alcançar a população e que efetivamente tenha um impacto determinante na melhoria das condições de vida da sociedade. Para isso, é necessário contrariar interesses, enfrentar o monopólio do conhecimento e colocar o desenvolvimento científico e tecnológico a serviço de um projeto de país.

Eleger ciência, tecnologia e inovação como uma escolha estratégica para o desenvolvimento do país implica priorizar investimentos nesse setor, para recuperar seu atraso e avançar aceleradamente na geração e na difusão de conhecimentos e inovações, em especial quanto à sua incorporação na produção. Significa também advogar em prol da importância da ciência e tecnologia como fator de integração das demais políticas de desenvolvimento do Estado.

Pelas dimensões do país e pela dificuldade de se elaborar e, principalmente, implantar políticas nacionais que também atendam às necessidades regionais, o desenvolvimento científico e tecnológico produzido modifica de forma ainda lenta as desigualdades sociais experimentadas em certas regiões. Dessa forma, os problemas enfrentados pelo Brasil nos campos da ciência e da tecnologia são complexos e de difícil solução a curto prazo.

O país tem capacidade material e intelectual instalada, capaz de promover avanços significativos nas políticas nacionais de ciência e tecnologia e de meio ambiente. Falta um governo capaz de priorizar este setor e superar o modelo de desenvolvimento que privilegia o agronegócio e a especulação financeira. Por isso, são propostas do PSOL:

1. Ampliação do financiamento à pesquisa, especialmente as realizadas em áreas estratégicas para o desenvolvimento nacional e para a redução das desigualdades sociais;
2. Fim da ingerência do capital privado em pesquisas do setor público, como em universidades. Financiamento exclusivamente público da pesquisa pública;
3. Estímulo ao desenvolvimento de tecnologias que quebrem a dependência externa, estimulando a agricultura sustentável e proibindo gradualmente o uso de sementes transgênicas;
4. Revisão da Lei de Patentes para ampliar o controle sobre as riquezas nacionais e da Lei de Inovação Tecnológica para coibir a apropriação privada do conhecimento;
5. Investimento de 2% do PIB em Ciência, Tecnologia e Inovação;
6. Propor uma nova regulamentação que permita amplamente a pesquisa com células-tronco;
7. Duplicar os investimentos no Programa “Ciência Sem Fronteiras”, incluindo os estudantes das áreas de ciências humanas e humanas aplicadas;
8. Utilização de Software livre em todos os níveis do serviço público federal, extinguindo gradativamente as dependências das licenças das empresas privadas;
9. Gestão democrática e controle social dos recursos destinados à pesquisa e inovação;
10. Envio de Lei ao Congresso que recomponha os recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT). Garantia de novos recursos para cada novo programa ou projeto de pesquisa, de forma a não prejudicar os já em andamento.

6 Saúde

O Brasil tem um sistema de saúde universal elogiado por especialistas. No entanto, a promessa do SUS (Sistema Único de Saúde) nunca se cumpriu. Um dos principais motivos é a falta de recursos. O Brasil gasta apenas 4,1% do PIB com o SUS - quando a média dos países da OCDE (Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico) é 8,3%. Para agravar o quadro, outros 4,8% do PIB são gastos privados, que incluem desde gastos de empresas até o que os brasileiros pobres pagam por medicamentos que deveriam ser fornecidos gratuitamente. Os propalados aumentos nos gastos com saúde são apenas em termos nominais, pois em termos relativos eles estão estagnados.

Outro grande entrave ao aumento de recursos para a saúde pública são os subsídios e renúncias diversas de recursos públicos para o setor privado. De acordo com o IPEA, em 2011, R\$ 15,8 bilhões foram destinados a subsídios ao setor privado da saúde, o que equivaleu a 22,5% do orçamento do Ministério da Saúde naquele ano.

Nossa orientação para a saúde é, em primeiro lugar, combater o subfinanciamento do setor público, iniciando um processo de desprivatização que permita ao SUS se realizar como sistema que universalize de fato o direito à saúde no país.

Prioridades:

- a) Aumento e qualificação do financiamento da saúde pública;
- b) Expandir com qualidade a assistência farmacêutica pública;
- c) Qualificar e ampliar a rede de serviços do SUS, garantir dignidade para os trabalhadores de saúde e formação destes de acordo com as necessidades da população;
- d) Combater a concepção de saúde como mercadoria, regulando e apurando com rigor todas as denúncias contra os planos de saúde;
- e) Promover a desprivatização da saúde no Brasil.

Propostas de ação:

1. Elevar para 10% da Receita Corrente Bruta da União os gastos com saúde pública

Entre 1995 e 2001, uma média de 8,4% das Receitas Correntes Brutas da União foram alocadas na saúde; entre 2002 e 2009, este patamar caiu para 7,1%. Para agravar o quadro, o governo federal impediu que a lei 141/2012 elevasse este patamar para 10% das RCB, bandeira antiga do movimento sanitário. Isto permitiria, à época, crescer R\$ 32,5 bilhões ao orçamento do Ministério da Saúde.

2. Aumentar a proporção dos gastos públicos em relação ao privado para que três quartos dos gastos nacionais em saúde sejam destinados ao SUS ao fim 4 anos

Para tanto, além de elevar a 10% da receita os gastos com saúde pública, devemos ter uma série de medidas vinculadas ao fim dos subsídios diretos e indiretos às empresas de saúde, tais como:

- Fim imediato da dedução do IRPJ e progressivo em 4 anos da dedução do IRPF para gastos com planos e seguros de saúde;
- Fim dos empréstimos a juros diferenciados e renegociação de dívidas com setor privado;
- Iniciar imediatamente debate com movimento sindical com proposta de transição dos planos de saúde para o SUS.

3. Reverter a privatização da saúde no Brasil

O sistema de atenção à saúde no Brasil é predominantemente privado desde suas origens. Hoje, 70% dos hospitais no Brasil são privados, e, mesmo que alguns destes prestem serviços ao SUS, parte deles só atende quem pode pagar. A maior parte dos equipamentos de alta e média complexidade (como laboratórios de análises clínicas e hemodiálise) também pertence a entes privados, o que ajuda a explicar as dificuldades de acesso do povo a estes serviços. Para agravar o cenário, desde a década de

1990 os serviços de saúde públicos vêm sendo cedidos a entidades privadas como Organizações Sociais e Fundações, que aplicam a lógica produtivista e lucrativa, precarizando as condições de trabalho e a qualidade do serviço, como mostrou estudo do Tribunal de Contas de São Paulo em 2011. Para defender o caráter público do SUS, promoveremos:

- Auditoria imediata nos contratos de gestão privada no SUS realizados por Organizações Sociais (OSs), Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs), Fundações de Direito Privado e ONGs, e punição imediata das irregularidades;
- Defender e encaminhar ao Congresso revogação das leis das Organizações Sociais (OSs), Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs), Fundações Estatais de Direito Privado (FEDPs), bem como extinguir a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EB-SERH) e devolver os Hospitais Universitários às universidades federais;
- Garantir aos trabalhadores terceirizados por esses modelos uma carreira transitória no serviço público que permita a manutenção do atendimento e dos postos de trabalho;
- Reincorporar os serviços (estatizar) progressivamente ao longo do mandato e promover amplo debate público para construir as bases de uma nova política estatal de gestão pública para o SUS, que garanta transparência, controle social, amplo acesso aos serviços e dignidade para quem trabalha na saúde, eliminando os intermediários privados.

4. Regulação dos planos de saúde com política de controle de tarifas, fim da indicação de empresários do setor para a ANS e garantia, em 2 anos, do ressarcimento total aos cofres dos gastos dos beneficiários de planos de saúde que acessaram o SUS, conforme previsto na lei Lei nº 9.656/1998

Os planos de saúde privados no Brasil têm cometido vários abusos contra os direitos dos usuários, liderando por vários anos consecutivos o ranking de reclamações nos órgãos de defesa dos consumidores. Dentre as principais denúncias estão: a não autorização de procedimentos médicos e laboratoriais, o descredenciamento unilateral de médi-

cos, a baixa remuneração dos profissionais da saúde, além do aumento do valor dos serviços para os usuários. Para 77% dos usuários, ocorreram problemas em algum dos serviços do plano de saúde, principalmente na demora para agendamento de consultas médicas e pronto socorros lotados (Pesquisa da APM/Datafolha 2013).

Para piorar, a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), órgão que deveria justamente fiscalizar os planos de saúde, tem sido presidida por empresários do setor, desde sua criação em 2000. Por outro lado, de acordo com estudos acadêmicos recentes, a cada eleição cresce o financiamento de campanha por parte das grandes empresas de saúde. Em 2010, as operadoras ajudaram na eleição de 38 deputados federais, três senadores, além de quatro governadores e da própria presidente da República. Da empresa que doou legalmente R\$ 1 milhão para a campanha de Dilma Rousseff, saiu o nome que presidiu a ANS até 2012.

Saúde não é mercadoria. Além de promover uma ampla investigação de todas as irregularidades nos planos de saúde – como tem feito o deputado Ivan Valente (PSOL-SP) – é preciso estabelecer uma rigorosa regulação do setor.

5. Rever a Lei de Patentes para fortalecer a saúde pública e utilizar, sempre que necessário, ferramentas de licença compulsória para produção ou compra de medicamentos

O governo brasileiro fez uso do expediente de licenciamento compulsório apenas em 2007, para o Efavirenz (combate a AIDS). Em muitos outros casos essa prática também se demonstra necessária. De acordo com o Grupo de Trabalho em Propriedade Intelectual (GTPI), a Linezolid para o tratamento de tuberculose custa R\$ 82 a unidade, quando a versão genérica poderia custar R\$ 2,50. E o Rituximab para o tratamento de câncer, custa R\$ 1.239 por unidade, enquanto que o genérico custaria apenas 65 centavos.

6. Criação de política industrial específica para o setor farmacêutico que contemple a gratuidade (fim do co-pagamento) no Programa Farmácia Popular e substituição em 4 anos deste programa por uma rede pública de farmácias vinculada a rede de postos de saúde, para garantir o fornecimento regular de medicamentos

Essa política deve ser orientada pelas necessidades do povo e baseada em centros públicos de pesquisa e desenvolvimento, para impulsionar a produção pública de medicamentos, com vistas à autossuficiência.

7. Humanização no tratamento aos cidadãos com sofrimento mental, inclusive causado por uso de drogas

O PSOL se soma ao movimento da Reforma Psiquiátrica e da luta antimanicomial, que tem sofrido enormes ataques nos últimos anos, como comprovam a proliferação de comunidades terapêuticas apoiadas por governos de todos os partidos da ordem.

Defendemos a ampliação e consolidação da rede que substitua os obsoletos manicômios e comunidades terapêuticas, ampliando equipamentos como os Centros de Atenção Psicossocial (incluindo os infantes e álcool/drogas) e os Centros de Convivência, articulando com a rede de atenção primária à saúde. Lutaremos pela ampliação da política de redução de danos para usuários de drogas e em defesa da legalização da maconha, uma vez que o uso problemático de drogas deve ser entendido como uma questão de saúde e não de polícia.

8. Ampliar as equipes de Saúde da Família para cobrir 80% da população em 4 anos

São nestas unidades de saúde que deve ser o primeiro e principal lugar de atendimento, prevenção e promoção à saúde. Nelas estariam as equipes de Saúde da Família, que seriam responsáveis por no máximo 2 mil pessoas (hoje a média nacional é de 4 mil) e compostas por médico, enfermeiros e técnicos de enfermagem, profissionais de saúde bucal e agentes de saúde. De acordo com as necessidades locais, outros profissionais (nutricionistas, psicólogos, fisioterapeutas, etc.) poderiam ser incluídos nessas equipes ou estariam presente como apoiadores. Assim,

80% das necessidades de saúde das pessoas seriam atendidas sem precisar ser acionado outro nível de atenção à saúde.

9. Promover a carreira pública no SUS para todas as profissões, generalizando servidores contratados por concurso público com jornada máxima de 30 horas para todas as categorias da saúde

Condenamos que programas como o Mais Médicos paguem os trabalhadores com bolsas, sem garantias de direitos trabalhistas, o que aprofunda a precarização do trabalho em saúde. Trabalharemos pelo fim das terceirizações no SUS. Nesse sentido, nos comprometemos também a garantir o piso salarial dos Agentes Comunitários de Saúde com a correção do valor, que foi vetada por Dilma Rousseff em junho passado.

10. Por uma formação em saúde baseada na interdisciplinaridade e orientada pelas necessidades do SUS e da população

A saúde tratada como negócio produz também a formação de profissionais a partir das necessidades do mercado e não do conjunto da população, criando-se uma verdadeira “indústria da doença”, onde o objetivo passa a ser a obtenção de lucro a partir do adoecimento das pessoas. Embora as necessidades para o atendimento ao SUS contradigam essa lógica, a concepção de saúde que prevalece segue sendo a da lógica privada do mercado. Nesse mesmo sentido, não se vê uma constituição de equipes multiprofissionais e interdisciplinares, sendo hegemônica a produção de profissionais que atuam primordialmente com práticas fragmentadas e isoladas, reflexo da falta de integração na formação. Mudar essa lógica é fundamental, combinada à necessária democratização do acesso às universidades públicas.

7 Meio Ambiente

O desenvolvimento desenfreado do capitalismo no Brasil tem promovido uma grande destruição ambiental. A poluição das águas, ar e solo são prova disso. Em nosso país mais de 750.000 km² da floresta Amazônica (uma área equivalente a 3 vezes o tamanho do Estado de São Paulo) já foi desmatada, sendo a agropecuária responsável por 70% desse desmatamento, que é seguido pela exploração ilegal da madeira e mineração. O meio ambiente é um bem de todos e por esse motivo seus recursos naturais devem ser geridos de forma a beneficiar toda a sociedade, garantindo o equilíbrio entre as atividades humanas e sua preservação.

Nesse sentido, não é difícil notar que as consequências negativas da degradação ambiental são concentradas, sistematicamente, sobre as populações mais pobres e despossuídas de poder de decisão nas esferas públicas. As áreas destinadas às populações pobres não por coincidência são as mesmas consideradas de “risco ambiental”, seja pela ameaça de deslizamentos, enchentes ou por estarem próximas de fontes de poluição, como aterros sanitários, indústrias, esgotos, etc. A segregação social é também ambiental.

Precisamos construir uma nova cultura de desenvolvimento, que preze pela justiça ambiental em oposição à generalização das práticas ambientalmente insustentáveis, ao ecologismo de mercado e ao “capitalismo verde” que se expressam através de medidas que consolidam o consumismo, fortalecem o capital imobiliário, o transporte privado, o crescimento de uma matriz energética indesejável, a degradação de espaços verdes, a apropriação privada dos espaços públicos e a propagação e reprodução de conflitos ambientais.

O Brasil, país rico em recursos ambientais e humanos pode e deve, a partir de uma concepção ecossocialista, construir políticas de transição para um novo modelo de desenvolvimento, em benefício de seu povo e do meio ambiente. Por essa visão integradora, embora tenhamos destaque aqui para pontos-chave do nosso programa ambiental, as questões ecológicas também estão presentes transversalmente em outros eixos de governo como Mobilidade, Reforma Agrária e Energia.

Prioridades:

- a) Combater o desmatamento decorrente das atividades agropecuárias e extrativistas, regulamentando as atividades humanas em equilíbrio com os recursos naturais e estimulando a conscientização, preservação e conservação ambiental.
- b) Livrar o Brasil de agrotóxicos e transgênicos. O Brasil é hoje o maior consumidor mundial de agrotóxicos e um dos maiores produtores mundiais de transgênicos, o que tem acarretado em danos ao meio ambiente e à saúde dos brasileiros.
- c) Entender a água como um bem essencial à vida e que, portanto, não deve ser tratada como mercadoria. O Estado deve ter o controle sobre a política de águas visando os interesses da sociedade, não das empresas.
- d) Estimular políticas para os Grandes Biomas (Amazônia, Mata Atlântica, Caatinga, Cerrado, Pantanal, Pampa e Zona Costeira), respeitando suas especificidades.

Propostas de ação:

1. Criar o Ministério da Ecologia e Justiça Socioambiental

O Ministério da Ecologia e da Justiça Socioambiental tem por função integrar em uma visão global de desenvolvimento e produção as políticas públicas que não podem estar separadas de uma visão de justiça ambiental e social.

Para tanto, a pasta incorporará ao que hoje já é atribuição do Ministério do Meio Ambiente – especialmente as atividades de comando e controle (licenciamento e fiscalização) e conservação ambiental (áreas protegidas) – algumas das funções desenvolvidas por outros ministérios já existentes, como o de Desenvolvimento, Indústria e Comércio, Agricultura, Transportes e Pesca, fazendo com que as políticas públicas ligadas à infraestrutura, mineração, indústria, pecuária, energia, pesca, etc. estariam subordinadas a uma visão estratégica ecológica e socioambientalista.

2. Revogação de todos os decretos e atos normativos que estimulam o uso de agrotóxicos

A contaminação das águas, dos solos e o comprometimento da saúde de agricultores e consumidores são algumas das consequências da utilização de venenos na agricultura. Desde 2008, o Brasil é o maior consumidor de agrotóxicos do mundo, o que tem causado diversos impactos aos ecossistemas e à saúde humana, pois estão ligados a diferentes tipos de cânceres e doenças associadas.

Esse fato está diretamente relacionado com a política de incentivos fiscais para os venenos e com a liberalidade para os transgênicos. Nesse sentido, revogaremos todos os decretos e atos normativos (Convênio 199/97 do CONFAZ e Decretos 5.630/2005 e 7.660/2011) que concedem incentivo, abatimento ou isenção de tributos como o ICMS, o IPI, o PIS/PASEP e o COFINS para os agrotóxicos em nosso país. Da mesma forma, implementaremos medidas que desestimulem a utilização de agrotóxicos e permitam a utilização de meios sustentáveis para o aumento da produtividade.

3. Suspensão da liberação de organismos geneticamente modificados e incentivo à permacultura como ferramenta de soberania

A utilização de organismos geneticamente modificados é uma ameaça, pois inviabiliza a existência e reprodução de espécies nativas da flora, compromete a soberania alimentar e autonomia dos agricultores, além de gerar insegurança à saúde de consumidores e agricultores, uma vez que não há segurança nenhuma de que os alimentos modificados ingeridos não causarão malefícios à saúde. Além disso, fortalece a monopolização das técnicas de cultivo, já que as sementes transgênicas estão nas mãos de algumas poucas multinacionais, contra as quais, nós enfrentaremos. Já existem estudos que relacionam alguns transgênicos a diferentes casos de cânceres. Nesse sentido, propomos a suspensão da liberação de organismos geneticamente modificados (OGMs) e revisão da Lei de Biossegurança e da composição da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança.

Pro outro lado, a educação ambiental à luz da permacultura é um caminho a ser trilhado para o cuidado com as pessoas e com a natureza, pois esta é a sua proposta ética. A permacultura permite com-

preender, observar e aproveitar os recursos fundamentais de uma cidade como a água, o solo, o clima e as plantas numa perspectiva realmente sustentável. Propomos, neste governo, a criação de uma escola federal de permacultura, tendo na sua grade curricular a educação biocêntrica, a agroecologia, a bioconstrução, a captação e aproveitamento eficiente da água, a utilização de energias renováveis como a solar e eólica, a meliponicultura (abelha nativa sem ferrão), agrofloresta, quintais produtivos, horta mandala e tantas outras ferramentas que reduzem os impactos no meio ambiente e melhoram a saúde das pessoas com atividades na natureza e produção de alimentação saudável.

4. Desmatamento Zero

O atual modelo de produção brasileiro, centrado no latifúndio, monocultura e exportação, é o principal responsável pelo desmatamento das florestas e do cerrado. Estudos recentes apontam que, com o uso das áreas já abertas e um melhor manejo de pastagens, o país poderia dobrar sua produção de alimentos sem desmatar mais nenhum hectare de floresta. Precisamos mudar o modo como funciona um dos eixos centrais da economia brasileira – a produção e exportação de commodities agrícolas ancorada na expansão e conversão sobre áreas florestais. As florestas devem ser adequadamente mapeadas e estudadas e seus biomas preservados a fim de desenvolver as atividades humanas em equilíbrio com os recursos naturais. É necessário desenvolver Planos de Combate ao Desmatamento na Amazônia e no Cerrado em sua totalidade.

5. Viabilização do Plano de Ação Nacional de Combate à Desertificação (PAN-Brasil)

O processo de desertificação que ocorre no Semi-Árido é responsável pela redução da biodiversidade, alterações no clima local e deterioração do solo, sendo resultado da degradação ambiental devido ao uso inadequado do solo pelo homem e das mudanças climáticas. Nesse sentido, propomos a viabilização do Plano de Ação Nacional de Combate à Desertificação (PAN-Brasil) a partir de um diálogo com os movimentos sociais do Semi-Árido, apoiando o projeto de 1 milhão de cisternas de placa e a revisão dos grandes projetos de irrigação que favorecem o agro-negócio.

6. Redução da vulnerabilidade às secas

As secas são fenômenos naturais e, portanto, não se pode pensar em combatê-las, mas em conviver com elas. Teremos como compromisso fundamental o aumento da garantia associada ao abastecimento, uma vez que os racionamentos de água trazem consigo sérios impactos para a saúde e para a economia da sociedade. Para reduzir essa vulnerabilidade é preciso investir na gestão das águas para o enfrentamento da variabilidade das chuvas, como por exemplo em sistemas de armazenamento da água das chuvas em todo o país, centrando os esforços governamentais na prevenção ao invés de recuperação.

7. Universalização do acesso aos serviços de saneamento

Estima-se que nas cem maiores cidades brasileiras sejam produzidos cerca de 5,1 bilhões de m³ de esgoto, dos quais 3,2 bilhões de m³ não receberam tratamento. Isso sem contar os municípios menores, que muitas vezes não possuem recursos para a coleta e tratamento de esgoto. Nesse cenário, propomos como prioridade a ampliação das políticas públicas voltadas à implantação de sistemas de saneamento em todo o território, além de pesquisas voltadas à solução do problema de falta de saneamento público universal no país e na reutilização dos esgotos tratados para diversos usos.

8. Gestão democrática das águas

Água não deve ser tratada como mercadoria, mas um direito fundamental à vida, portanto, o controle sobre a política de águas deve ser público, da sociedade e do Estado. Defendemos a estatização dos sistemas de abastecimento de águas de forma a garantir a qualidade e a quantidade da água distribuída à população em contrapartida à atual política que privilegia e incentiva a exploração dos recursos hídricos por empresas que visam o lucro acima da qualidade e garantia de distribuição.

Propomos aumentar o investimento em sistemas de distribuição, reduzindo desperdício de água pelos encanamentos das cidades; fortalecer e implementar os Comitês de Bacias Hidrográficas em todo o território nacional; organizar o sistema de outorga a fim de controlar problemas decorrentes do consumo individual ou exploração comercial por grandes corporações; elaboração do Plano Nacional de Proteção das Áreas de Mananciais das grandes cida-

des brasileiras, com o objetivo de auxiliar estados e municípios a conservar as florestas e matas fundamentais para garantir a produção de água visando o abastecimento da população.

9. Conservação ambiental e Programa Ciência da Floresta

A recuperação de áreas degradadas, a recomposição das matas ciliares para proteção dos rios, o reflorestamento mediante espécies nativas se colocam como medidas inadiáveis. Também é preciso garantir a preservação e conservação de biomas ameaçados pelos interesses do agronegócio e mineradoras, criando novas Unidades de Conservação, especialmente nos locais que foram identificados como prioritários para a conservação da biodiversidade, incluindo a ampliação em 2,5 milhões de hectares das unidades localizadas no Cerrado.

Defendemos a criação do Programa Ciência na Floresta, visando promover a pesquisa e o uso de novas tecnologias para o setor madeireiro com o objetivo de tornar o país líder na exploração sustentável das florestas tropicais, a realização de um zoneamento ecológico econômico para a produção madeireira na Amazônia, por meio do qual serão definidas as áreas de maior importância para a atividade, os investimentos para a exploração responsável e sustentável e a elaboração de plano de capacitação e investimentos consistentes no manejo florestal comunitário.

10. Revisão do Código Florestal Brasileiro

Nossa bancada deu um duro combate contra as medidas aprovadas pelo atual governo em conjunto com a bancada ruralista no Código Florestal Brasileiro. As mudanças prevêm uma série de retrocessos que ameaçam as florestas brasileiras e beneficiam o agronegócio, e não os pequenos produtores, como propagandeado pelo governo. Por isso, enviaremos proposta de Lei que revise profundamente o atual Código Florestal, reintegrando ao texto, medidas de proteção retiradas pela pressão dos interesses do mercado. Para isso, convocaremos movimentos sociais e organizações da área de meio ambiente para proporem as mudanças necessárias, coadunadas com o modelo de desenvolvimento do governo do PSOL.

8 Energia

Ao longo da última década houve um aumento significativo na produção e no consumo de energia elétrica no Brasil, impulsionado pelos setores destinados à produção de commodities (indústria do ferro gusa e aço, ferro ligas, de papel e celulose, do cimento, indústria química, setor de mineração e pelletagem e o setor de metais não ferrosos), cujo consumo no ano de 2013 foi de 24,32% do total de energia consumida no país, maior do que o consumo residencial no mesmo ano.

A resposta ao aumento da demanda energética se deu via uma combinação do resgate de projetos de grandes barragens hidrelétricas (como Belo Monte) com o uso maciço de energia termelétrica (continuidade de um programa de incentivo do governo de FHC) através de unidades a carvão, óleo e gás. Além disso, a frota automobilística cresceu exponencialmente nos últimos anos, com preços pouco competitivos para o etanol, levando a um consumo extremamente elevado de derivados de petróleo (gasolina e óleo diesel). Ademais, deve-se frisar a realização de uma série de leilões de petróleo, gás e carvão, repassando para corporações privadas a possibilidade de exploração dessas reservas fósseis em território brasileiro.

As hidrelétricas são utilizadas como fonte energética prioritária para suprir o consumo doméstico e a atividade produtiva. Os governos insistem em desconsiderar as constantes variações pluviométricas e as recorrentes secas e seguem concentrando esforços em uma fonte altamente dependente dos níveis das águas dos rios e que, além disso, produz danos ambientais e humanos, como remoções forçadas de populações de seus territórios tradicionais ou da inviabilização da reprodução do seu modo de vida devido à degradação ambiental que promovem.

Nesse sentido, as políticas voltadas para o setor energético devem estar atreladas às políticas de conservação do meio ambiente, justiça ambiental e mudanças climáticas, o que vem sendo desconsiderado com o processo de privatização e internacionalização do setor elétrico iniciado no governo de Fernando Henrique Cardoso e mantido nos governos de Lula e Dilma.

Prioridades:

Reformulação das matrizes energéticas brasileiras, inibindo a produção a partir de fontes fósseis e incentivando a utilização de energias limpas e renováveis, buscando diversificar as matrizes energéticas brasileiras.

- a) Elaborar um programa de energias renováveis democraticamente construído e socialmente justo, com a descentralização da produção energética e subsídio à instalação de painéis fotovoltaicos para as famílias pobres e habitações populares;
- b) Estatização da geração e distribuição de energia, visando garantir os interesses e as necessidades da população, em equilíbrio com os recursos naturais e o meio ambiente, em detrimento do lucro de grandes empresas;
- c) Reduzir o desperdício de energia e aumentar o potencial energético das usinas existentes, evitando a construção desnecessária de novas usinas.

Propostas de ação:

1. Revogar subsídios e apoios às termelétricas

As termelétricas são responsáveis pela emissão de grandes quantidades de CO₂, gás poluidor responsável pela intensificação do efeito estufa. Visando desestimular essa prática danosa à saúde e ao meio ambiente, defendemos o fim de quaisquer subsídios e apoios às termelétricas, que terão um cronograma para sua desativação.

2. Diminuir a dependência de energia a partir de fontes fósseis

Defendemos a diminuição drástica da dependência de energia a partir de fontes fósseis, tanto em usinas quanto nos sistemas de transporte. Isso deve ser feito de forma progressiva, a partir do estabelecimento de metas e prazos para redução das emissões de gases de efeito estufa.

3. Realizar um programa de energias renováveis democraticamente construído e socialmente justo

A mudança na produção de energia deve ocorrer de forma democrática, visando garantir os interesses e as necessidades da população em equilíbrio com os recursos naturais e o meio ambiente, buscando definir a matriz energética que melhor se adapte a essas necessidades e características naturais locais e regionais, além de oferecer menores impactos ambientais, sociais e humanos.

4. Incentivo ao desenvolvimento e utilização de fontes de energia limpas, renováveis e de baixo impacto ambiental

Para que as fontes fósseis sejam substituídas por completo é necessário estimular o desenvolvimento, aprimoramento e utilização de fontes de energia limpas, renováveis e socialmente justas. Dentre as medidas que devem ser tomadas para esse fim, destaca-se a criação de incentivos fiscais às energias renováveis, envolvendo tributos federais (II, IPI e PIS-COFINS); ampliação da participação de novas energias renováveis na matriz elétrica por meio da realização de leilões por fonte de energia; e geração anual de 13 GW de eólica, 14 GW de biomassa e 3 GW de solar até 2018.

5. Solarização de 1 milhão de casas em 4 anos

Os equipamentos do sistema solar fotovoltaico ainda possuem custo elevado, sendo esse um dos fatores que contribui negativamente para sua pouca utilização residencial. Nesse sentido, defendemos: criação de incentivos fiscais às energias renováveis, que levaria a uma redução de 20% do preço de equipamentos do sistema solar fotovoltaico; articulação junto ao Conselho Nacional de Política Fazendária (ConFaz) para garantir que a energia injetada na rede por mini e microgeradores de energia tenha o mesmo valor que a consumida da rede; tratamento diferenciado ao PIS-COFINS incidente sobre o consumo de energia, que pode ser garantido via decreto, com vistas também a garantir que a energia injetada na rede por mini e microgeradores de energia tenha o mesmo valor que a consumida da rede; e criação de linhas de crédito com juros baixos e prazo acima de 10 anos para financiamento da compra do sistema fotovoltaico pelos bancos oficiais de crédito,

para que cada brasileiro possa gerar energia a partir do telhado de sua casa.

6. Redução do desperdício de Energia

Segundo estudo da Associação Brasileira das Empresas de Serviços de Conservação de Energia (Abesco), cerca de 10% dos 430 terawatt-hora (TWh) consumidos no país a cada ano são desperdiçados. Esse volume é superior ao consumido pelo total da população do estado do Rio de Janeiro, sendo os principais responsáveis por esse desperdício os processos industriais obsoletos e sistemas de refrigeração, aquecimento e iluminação inadequados, sem sistemas de automação que permitam, por exemplo, o desligamento automático quando não há pessoas presentes no local.

Para que o Brasil atinja um nível de eficiência energética com patamares comparáveis aos de países avançados nesse tema, como Japão e Alemanha, é preciso incentivar os grandes empreendimentos industriais e comerciais a modernizarem seus sistemas de utilização de energia para reduzir os desperdícios estruturais.

7. Repotenciação de usinas

O Brasil tem 160 usinas hidrelétricas. Cerca de 70 delas têm mais de 20 anos de operação, que com o tempo perdem eficiência e necessitam de modernização. A pesquisa do Instituto de Eletrotécnica e Energia da USP aponta um potencial adicional de 8% na capacidade instalada de geração de energia com esta medida, sem a necessidade de construção de uma nova usina. Para isso é preciso alterar a legislação atual que não permite a paralisação de uma usina para processos de modernização, criando um mecanismo de autorização compartilhada por diversos órgãos, com participação de usuários.

8. Controle estatal sobre a geração e distribuição de energia

Entre 1996 e 2006, os reajustes das tarifas de energia elétrica ficaram bem acima da inflação no período. As tarifas médias subiram 350%, enquanto a inflação medida pelo índice IPCA registrou variação de 196%. Em termos reais (descontando-se a inflação) o aumento na conta de luz atingiu 77%, consequência direta da privatização do setor energético. É preciso acabar com o favorecimento de oligopólios do capital financeiros pelo Estado, impedindo, por

exemplo, manobras contábeis em balanços para falsificar e criar prejuízos e, com isso, obter autorização para aumentos ilegais de tarifas e justificar os baixos investimentos das empresas no setor. Defendemos o fim da Indústria do Apagão.

9. Amplo debate sobre a exploração do Pré-Sal

A exploração comercial da área do Pré-sal demanda respostas a desafios técnicos e logísticos de extrema complexidade, como a profundidade das reservas e a plasticidade do sal, que dificultam a perfuração e a extração do combustível. Um vazamento em águas profundas resultaria na poluição das marés e profunda alteração dos ecossistemas, com grande impacto na costa. Portanto, a exploração

do Pré-Sal deve ser feita a partir de um amplo debate que envolva os impactos ambientais, sociais e trabalhistas. Ao mesmo tempo, defendemos a exploração 100% estatal e a revogação do leilão do Campo de Libra, revertendo seus dividendos em serviços públicos como saúde e educação.

10. Criação de um plano de contingenciamento em caso de acidentes nas operações de petróleo

No Brasil não há um plano de contingenciamento em caso de acidentes nas operações de petróleo, apesar de existir uma proposta desde 2000. Segundo o TCU, a ANP verifica apenas 4% dos acidentes ocorridos.

9 Reforma agrária

O ano de 2014 ficará marcado na história dos lutadores por um Brasil mais justo, democrático e igualitário pela morte de uma grande referência: Plínio de Arruda Sampaio. Durante sua trajetória, Plínio foi um gigante na defesa de uma verdadeira democracia social, no combate à exploração capitalista e na luta pela Reforma Agrária, sua grande bandeira de luta em vida. Presidente de honra da Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA), fundada em 1967, Plínio foi o relator do projeto de Reforma Agrária do governo João Goulart e, por anos, atuou desenvolvendo trabalhos para a causa na Organização para Agricultura e Alimentação das Nações Unidas (FAO/ONU). Posteriormente, com a chegada de Lula ao poder, Plínio foi responsável por elaborar o Plano Nacional de Reforma Agrária, que nunca foi tirado do papel pelo governo. Já no PSOL, Plínio foi candidato a governador do estado de São Paulo e à Presidente da República, mantendo a coerência com os ideais socialistas e libertários e com a luta pela Reforma Agrária.

Embora Plínio tenha partido, suas ideias e seu exemplo permanecem em cada passo dos brasileiros em direção a um país onde vigore a verdadeira justiça. Por isso, em nosso Programa para a Reforma Agrária resgatamos as atuais e urgentes contribuições que Plínio desenvolveu ao lado dos movimentos sociais ao longo de sua efervescente vida política. Como abertura deste ponto colocamos também um excerto de uma importante contribuição do nosso querido Plínio de Arruda Sampaio, que esteja sempre presente!

“Se há uma “questão agrária”, só há um meio de resolvê-la: alterando essa estrutura mediante uma reforma agrária. Isto consiste fundamentalmente na destruição do poder das forças que hoje dominam o mundo rural e impõem uma dinâmica agrícola perversa; e em sua substituição por outras forças aptas a imprimir uma dinâmica econômica e ambientalmente mais equilibrada e socialmente mais justa. Substituir os poderes existentes no campo por novos poderes constitui a essência mesma dos processos de reforma agrária. Dado que atualmente o poder maior no campo está em mãos das agroindústrias que controlam a provisão de insumos e o escoamento da produção, poder-se-ia questionar a necessidade de uma reforma agrária, já que esta consiste essencialmente na distribuição entre a população rural de terras concentradas

em mãos de um reduzido número de grandes empresas agrícolas. Não é assim. Não há como eliminar o domínio hegemônico dessas duas facções sobre a vida rural sem alterar substancialmente o atual perfil de distribuição da propriedade da terra. Está na base do sistema de dominação cuja cúpula são as grandes agroindústrias. É essa extraordinária concentração da propriedade da terra que gera uma população destituída de qualquer possibilidade de sobrevivência sem depender dos favores dos que têm muita terra. Dessa dependência da população rural dos poucos que podem fornecer trabalho ou terra para cultivo surgiram historicamente, e se mantêm até hoje, relações econômicas, sociais e políticas perversas, que abrangem não somente as relações econômicas, sociais e políticas perversas, que abrangem não somente a relação entre a grande empresa agrícola e o habitante rural sem terra, mas englobam as relações entre todos segmentos de classe do meio rural. Essas relações geraram uma inércia que bloqueia todo e qualquer esforço de melhorar o padrão de vida dessa população e de aproveitar todas as possibilidades de criação de riqueza que o desenvolvimento das forças produtivas no campo já permite. Para desbloquear essa situação indesejável, é preciso vencer a dominação da grande empresa agrícola sobre a população do campo; para vencer esta dominação, é preciso quebrar sua espinha dorsal: a concentração da propriedade da terra. Se a maior parte da população rural tiver acesso à terra, as relações sociais perversas não terão como se sustentar e o caminho estará aberto, após um período de adaptação, para um grande desenvolvimento da produção. Daí a necessidade de uma reforma agrária, ou seja, de uma intervenção direta e planejada do Estado, com o apoio decidido da massa rural, para, em um curto período, desapropriar uma quantidade suficientemente grande de terras, de modo a quebrar o poder econômico, social e político dos segmentos das classes dominantes que hegemonizam atualmente o meio rural.”

Prioridades:

- a) Impedir a concentração da propriedade privada da terra, das florestas e da água, e fazer uma ampla distribuição das maiores fazendas, instituindo um limite de tamanho máximo da propriedade de bens da natureza e restringindo a propriedades de empresas transnacionais;
- b) Implementar um programa agrícola e hídrico

que priorize a soberania alimentar de nosso país, com estímulo à produção de alimentos saudáveis, à diversificação da agricultura, à Reforma Agrária com ampla democratização da propriedade da terra, à distribuição de renda e à fixação das pessoas no meio rural brasileiro;

- c) Assegurar que a agricultura brasileira seja controlada pelos brasileiros e tenha como base a produção de alimentos saudáveis e a organização de agroindústrias na forma de cooperativas em todos os municípios do país;
- d) Incentivar a produção diversificada, na forma de policultura, priorizando a produção camponesa.

Propostas de ação:

1. Reorientação das políticas públicas com prioridade à agricultura familiar

Nos últimos anos, o governo tem dado prioridade total ao agronegócio de larga escala. Nossa prioridade será a agricultura familiar com vistas a assegurar a soberania alimentar, a justa e equitativa distribuição das terras produtivas e a geração de empregos no campo. Além disso, há inúmeros estudos que mostram que a agricultura familiar tem tido desempenho mais produtivo do que as grandes propriedades vinculadas ao agronegócio, tanto no que se refere à eficiência produtiva e ao aproveitamento da terra, quanto ao retorno econômico do país com taxa superior de geração de emprego, distribuição de renda e aproveitamento de recursos e financiamentos públicos.

Visando estimular a agricultura familiar e a democratização do acesso e produtividade na terra, vamos ter como eixos gerais:

- prioridade para a produção de alimentos para o mercado interno;
- estabelecer preços rentáveis aos pequenos agricultores, garantindo a compra pela Conab;
- implantar uma nova política de crédito rural, em especial, para investimento nos pequenos e médios estabelecimentos agrícolas;
- defender que a política de pesquisa da Embrapa seja definida a partir das necessidades dos camponeses e da produção de alimentos;

- garantir a adequação da legislação sanitária da produção agroindustrial às condições da agricultura camponesa e das pequenas agroindústrias, ampliando as possibilidades de produção de alimentos;
- implementar políticas públicas para a agricultura direcionadas e adequadas às realidades regionais;
- Aumentar os recursos do Pronaf e os créditos iniciais de instalação;
- Destinar recursos para os estados e municípios colocarem equipes de Saúde da Família nos projetos de assentamentos;
- Rediscutir o PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar);
- Definir critério para produção de oleaginosa para a produção de Biodiesel nos assentamentos de utilização máxima 25% de cada parcela, proibindo o arrendamento para Usinas;
- Aumentar os valores para o PNHR (Programa Nacional de Habitação Rural) para que as casas sejam construídas com, no mínimo, 60m², incluindo kits de fossa biodigestoras (desenvolvidas pela Embrapa - São Carlos), coletores solares (desenvolvidos pela Unicamp) e cisternas de placas desenvolvidas pela Articulação do Sem Árido (ASA);
- Definir um Plano Nacional de Assistência Técnica Rural;
- Apoiar prefeituras e estados na reconstrução das Escolas do Campo;
- Ampliar os recursos para o Pronera e rediscutir o manual com vistas à sua desburocratização;
- Aumentar os valores do custo por famílias para os pagamentos de TDA's;
- Destinar todas as terras arrecadadas por órgãos públicos para a Reforma Agrária;
- Revogação da Medida Provisória 2.183-56 (Agosto 2001) que proíbe terras ocupadas de serem desapropriadas.

2. Estruturação de um sistema nacional para a Justiça Agrária

Na atrasada estrutura fundiária brasileira ainda predomina, por um lado, os grandes latifúndios improdutivos ou com produção que não atende às demandas internas da população e, por outro, um cenário de conflito e violência no campo onde há uma grande quantidade de trabalhadores camponeses sem terra. Esse conflito é agravado pela imensa quantidade de grilagem, de ocupação de terras indígenas e quilombolas, de desrespeito ao meio ambiente e aos ribeirinhos. Tudo amparado em uma justiça de classe onde prevalece as frias estatísticas de mortes de camponeses e ativistas de direitos humanos no campo. Reestruturar o judiciário no campo para constituir uma Justiça do Campo nos moldes da Justiça do Trabalho é um grande desafio. Para isso propomos medidas como a criação de varas e promotorias agrárias – à semelhança do que já acontece em alguns estados – em todo o país como transição para um sistema organizado com tribunais específicos. Ao mesmo tempo, é preciso promover de imediato a estatização dos cartórios de terras, focos da legalização da grilagem de terras.

3. Adotar técnicas de produção que busquem o aumento da produtividade do trabalho e da terra, respeitando o meio ambiente e a agroecologia

Para desestimular o avanço do desmatamento é necessário aumentar a produtividade do trabalho e da terra, porém respeitando o meio ambiente. Nesse sentido, a agroecologia se faz necessária para reduzir os impactos no meio ambiente e melhorar a saúde das pessoas com atividades na natureza e produção de alimentação saudável, combatendo o uso de agrotóxicos, que contaminam os alimentos e a natureza.

4. Preservar, difundir e multiplicar as sementes nativas e melhoradas

Defendemos a proibição da atuação de empresas estrangeiras no controle da produção de alimentos e no comércio de sementes, uma vez que coloca em risco a autonomia da produção de alimentos. Visamos preservar, difundir e multiplicar as sementes nativas e melhoradas de acordo com nosso clima e biomas, para que todos os agricultores tenham acesso a elas, estimulando a produção, a distribuição e o controle das sementes, bem como a diversidade genética vegetal e animal por parte dos próprios agricultores e agricultoras.

5. Proibir a aquisição de terras brasileiras por empresas transnacionais e “seus laranjas”

As empresas transnacionais, em conjunto com falsas entidades ambientalistas, vêm se apropriando das terras brasileiras para transformá-las em simples mercadorias como, por exemplo, por meio da utilização de créditos de carbono negociáveis nas bolsas, que isenta empresas poluidoras do Norte e gera oportunidades de lucro para empresas do Sul, mantendo as agressões feitas ao meio ambiente pelo capital.

6. Desapropriar as terras de empresas estrangeiras, bancos, indústria e comércio, empresas construtoras e igrejas que não tenham na agricultura sua atividade fim

A produção de alimentos saudáveis e o respeito ao meio ambiente são nossas prioridades. Nesse sentido, é preciso impedir a privatização dos recursos naturais por grandes empresas, como Nestlé, Coca-Cola, Suez, e geração de energia para agronegócio e o hidronegócio, que destrói e polui o meio ambiente, privilegia os grandes consumidores eletrointensivos e entrega o controle da energia às grandes corporações multinacionais. Defendemos a desapropriação das terras de empresas estrangeiras, bancos, indústria e comércio, empresas construtoras e igrejas que não tenham na agricultura sua atividade fim, além da destinação dessas terras para a meta de assentamento de 1 milhão de famílias.

7. Desapropriar as terras públicas e privadas que não cumpram sua função social

A função social da terra, garantida na Constituição Federal, estipula que ela não deve ser tratada como uma mercadoria qualquer. Ela deve servir à sociedade e manter-se produtiva. Por esse motivo, defendemos a desapropriação das terras públicas e privadas que não cumpram sua função social determinada pela produtividade, de acordo com o potencial de cada região, bem como o respeito ao meio ambiente e às leis trabalhistas, aprovando a lei que determina a expropriação de toda fazenda com trabalho escravo.

8. Regularizar todas as terras quilombolas do país

A expansão do agronegócio e as disputas terri-

toriais colocam em risco o acesso à terra e o reconhecimento de direitos quilombolas. Para garantir a manutenção de territórios ocupados por essa população, defendemos a regularização de todas as terras quilombolas do país.

9. Demarcar imediatamente todas as áreas indígenas e promover a retirada de todos os fazendeiros invasores

Desde a colonização do Brasil, os povos indígenas vêm sofrendo com a perda de seu território. Nas últimas décadas, o agronegócio e a extração de madeira tem sido as principais ameaças para a manutenção desses povos e de suas culturas. A demar-

cação de todas as terras indígenas, em especial nas áreas dos guaranis, no Mato Grosso do Sul, se faz necessária para garantir a manutenção de seus espaços de reprodução cultural, social e econômica.

10. Assegurar a educação no campo

Defendemos a implementação de um amplo programa de escolarização no meio rural, adequado à realidade de cada região, que busque elevar o nível de consciência social dos camponeses, universalizar o acesso dos jovens a todos os níveis de escolarização e, em especial, aos ensinos médio e superior, além de desenvolver uma campanha massiva de alfabetização de todos os adultos.

10 Habitação e Reforma Urbana

O modelo brasileiro de desenvolvimento favoreceu a especulação imobiliária nas grandes cidades, expulsando com isso a população mais pobre para zonas distantes e aumentando ao mesmo tempo os custos de infraestrutura e de transportes. O combate à segregação urbana em nossas metrópoles passa pelo fim da aceitação de que imóveis são ativos de investimento. Imóveis são bens sociais e devem cumprir a função social da propriedade. O programa habitacional que defendemos é um eixo norteador de um grande Plano Nacional de Desenvolvimento Urbano que esteja articulado à necessidade imperativa do direito à cidade para quem nela habita, ou seja, que as cidades sejam planejadas e construídas de acordo com os interesses e as necessidades da maioria de sua população.

Prioridades:

a) Criar um sistema nacional de desenvolvimento urbano estruturado que garanta a plena hierarquia de competências dos entes federativos e a execução de instrumentos de democratização do direito à cidade, desde os pequenos núcleos às grandes metrópoles; b) Zerar o déficit habitacional nas cidades médias e grandes; c) Retomar a capacidade do Estado em planejar, intervir e gerenciar a produção do espaço urbano com atuação direta do governo federal; d) Assegurar a participação popular no planejamento e execução do desenvolvimento urbano, a partir da obrigatoriedade de mecanismos de controle social, especialmente sobre o orçamento; e) Urbanizar e regularizar favelas em todo o país.

Propostas de ação:

1. Estabelecer um **Plano Nacional de Desenvolvimento Urbano** que rediscuta a administração do território urbano e torne realidade a utilização dos instrumentos presentes no Estatuto das Cidades

A realização de uma efetiva e necessária Reforma Urbana passa em primeiro lugar por garantir a efetividade de medidas de democratização do acesso à terra urbanizada, combatendo a especulação imobiliária e exigindo o cumprimento da função social da

propriedade. Instrumentos como o IPTU progressivo no tempo, o parcelamento compulsório de imóveis que não cumprem sua função social e as Zonas Especiais de Interesse Social que garantem moradia digna no planejamento urbano são formas de ampliar o direito à cidade e combater a segregação urbana. Embora esses dispositivos estejam previstos desde 2001 no Estatuto das Cidades, raramente são implantados. Custa caro à sociedade que financia o Estado manter a infraestrutura urbana em áreas que só atendem à especulação. A implantação destes e de muitos dos instrumentos assegurados no Estatuto das Cidades não se efetiva por conta da incapacidade da União de intervir nas questões urbanas fundamentais.

Elaboraremos, em conjunto com os movimentos sociais e a sociedade civil, um Plano Nacional de Desenvolvimento Urbano que enfrente o desafio de pensar o planejamento urbano em longo prazo a partir das diferentes demandas das diversas cidades do país, desde as pequenas às grandes metrópoles. Para tanto é fundamental reestruturar o pacto federativo assegurando clara hierarquização das competências dos entes e controle social para garantir a plena execução dos dispositivos de democratização das cidades. Tudo isso requer que o governo federal seja o principal responsável por assegurar a implantação deste plano nos estados e municípios.

2. Planejamento e Orçamentos Participativos obrigatórios em todos os municípios do país

Um problema central do panorama urbano brasileiro é a completa ausência de mecanismos efetivos de participação popular e democracia direta no planejamento das cidades. Nesse cenário, os negócios de todo o tipo – e especialmente os financeiros e imobiliários nas grandes metrópoles – são os principais planejadores das cidades. Ou seja, o desenvolvimento urbano atende prioritariamente aos interesses do grande capital em prejuízo das demandas mais sentidas pelo povo.

Reverter tal quadro é um imperativo para ter cidades justas e viáveis nos aspectos social, econômico e ambiental. Em nosso governo o planejamento e o orçamento urbanos de todas as cidades do país, a partir de regulamentação própria que preveja a di-

versidade de realidades, deverão contar obrigatoriamente com plena e ativa participação popular, sendo condição para que os estados e municípios recebam transferências de recursos e investimentos do governo federal.

3. Nova Lei do Inquilinato

Nos últimos anos as ocupações de terras e prédios urbanos se multiplicaram em função da alta astronômica dos preços dos aluguéis que chegaram a ser reajustados muitas vezes acima das taxas de inflação. Esses reajustes abusivos criam sérios problemas na infraestrutura urbana, alargando o déficit habitacional com a expansão de habitações precárias e em áreas de risco e aumentando a pressão por equipamentos e serviços públicos nas áreas periféricas. Combater a especulação imobiliária é o principal objetivo da elaboração de uma nova lei do inquilinato que estabeleça limites aos reajustes dos aluguéis, garantindo que esses não estejam acima da inflação.

4. Implantação de política federal de desapropriação de terrenos ociosos e destinação de terrenos da União (SPU) para habitação popular

A lei de desapropriações no país premia o especulador. Uma área ociosa, que não cumpre função social, pode ser desapropriada pelo Estado, mas os governos são obrigados a pagar em valor de mercado e à vista e, por conta disso, há proprietários que festejam a desapropriação e fazem até conluíus para que elas ocorram. Quem especula com a terra – urbana ou rural – precisa ser punido e não premiado pela lei. Como proposta mínima para uma política federal de desapropriação, se a terra está sendo usada para especulação, deve ser objeto de desapropriação compulsória, pelo valor venal e com pagamento em títulos da dívida pública. Ao mesmo tempo é fundamental garantir que haja um banco público de terras para não deixar que os terrenos urbanos sejam monopólio do mercado imobiliário. Os terrenos da União não utilizados devem ser alvo de políticas de desapropriação que tenham como prioridade a resolução do déficit habitacional.

5. Política de combate a despejos forçados, criando Secretaria específica no Ministério das Cidades

Como se viu durante todo o período de prepara-

ção do país para a Copa do Mundo, os despejos forçados são a regra na execução do planejamento urbano brasileiro, controlado pela avidez do mercado imobiliário em consórcio com os políticos que se elegem em função do financiamento de empreiteiras e construtoras. Combater os despejos forçados é uma necessidade que demanda a criação de uma Secretaria específica no Ministério das Cidades. Ela deve ser a mediadora dessas situações.

6. Ampla reformulação do Programa Minha Casa Minha Vida (MCMV)

Gestado como política industrial para ampliar os negócios imobiliários vinculados às grandes empresas da construção civil e ao capital financeiro, o MCMV precisa de mudanças profundas para produzir, de fato, moradia digna para aqueles que mais precisam. Medidas emergenciais:

- fortalecimento da gestão direta dos projetos e obras pelos futuros moradores, destinando 100% dos novos projetos à modalidade MCMV Entidades;
- focar o programa nas famílias com renda menor que três salários mínimos, que representam 70% do déficit habitacional brasileiro;
- associar o programa a uma política nacional de desapropriações, possibilitando assim uma melhor localização urbana dos empreendimentos populares;
- reduzir a margem abusiva de lucro das construtoras no programa, com o aumento das exigências de qualidade e tamanho mínimo das moradias construídas, garantindo que nenhuma habitação tenha tamanho inferior a 55m²;
- aumentar os recursos destinados ao programa.

7. Limitação para a aquisição de imóveis

A dinâmica da concentração de poder e de riqueza no Brasil está associada à concentração proporcional de propriedades e de imóveis que, em grande parte dos casos, sequer cumprem sua função social, servindo apenas especulação. Em nossa proposta, para combater o déficit habitacional e contribuir efetivamente para a desconcentração de riqueza e renda ninguém poderá ter mais do que 5 imóveis

em uma cidade, a não ser em casos excepcionais. Com isto, visamos também quebrar o ciclo de especulação que faz os preços dos imóveis explodirem.

8. Lei da Casa Vazia

A quantidade de domicílios vazios nas grandes cidades é imensa e capaz de resolver grande parte do déficit habitacional que as metrópoles acumularam ao longo de anos. Boa parte desses domicílios está localizado em áreas centrais das cidades, abastecidas amplamente por sistemas de transportes públicos e por infraestrutura urbana. Portanto, associada a outras políticas habitacionais, a Lei da Casa Vazia estabelece que imóveis desocupados por mais de dois anos, que estejam comprovadamente a serviço da especulação, com dívidas com o poder público e em áreas onde há grande déficit habitacional, devem ser desapropriados a fim de transformá-los em habitação popular.

9. Política federal de Aluguel Social em áreas centrais

As políticas de aluguel social no Brasil servem, na melhor das hipóteses, como atenuantes para famílias que sofrem com desastres ou remoções força-

das. Ao contrário, deveriam significar instrumentos de combate à favelização e à periferização a partir de programas que forneçam subsídios para que quem tenha menos recursos possa morar dignamente em áreas providas de infraestrutura urbana.

10. Urbanização e regularização de favelas

O processo de expansão das periferias urbanas e de favelização é uma regra geral nas grandes cidades brasileiras. Essas habitações são as que os negócios imobiliários deixam disponíveis para quem tem pouca renda, em geral em áreas onde o mercado formal não pode ou não quer investir. Entretanto, na imensa maioria das vezes as favelas, vilas e outras denominações de habitações chamadas “irregulares”, sofrem um processo pesado de segregação urbana por parte do poder público que as condiciona a uma situação de “não-cidade”. Integrar as favelas à cidade com investimentos de vulto em urbanização e iniciativas concretas para a regularização fundiária, administrativa e patrimonial dessas habitações é uma prioridade e a melhor alternativa para responder ao passivo socioambiental das cidades, preservando empregos, laços territoriais e acesso a equipamentos públicos.

11 Mobilidade e Transportes

A questão dos transportes foi a principal catalisadora das jornadas de junho, que levaram milhares de brasileiros às ruas, rompendo o dique da indignação popular. O PSOL sabe que não é por acaso. A luta contra o aumento das tarifas sempre foi uma prioridade nossa porque o transporte público e de qualidade é uma necessidade estruturante de justiça social e direito à cidade, devendo ser entendido como um direito universal e um dever do Estado assegurado na Constituição.

Por isso, garantir políticas efetivas de mobilidade que desonerem os trabalhadores e a juventude ao máximo – com a perspectiva da tarifa zero – ao mesmo tempo em que incluam outros modais – como a bicicleta, transporte sobre trilhos, sobre a água e o transporte por veículos elétricos (trólebus e bondes) – em uma visão integrada de desenvolvimento das cidades é uma prioridade do nosso programa. Ao mesmo tempo é necessário reorientar tanto a rede urbana quanto a rede de transporte de cargas para alternativas mais racionais ambiental e economicamente.

Prioridades:

- a) Garantir transporte público como direito social constitucional;
- b) Reduzir e até zerar as tarifas e, ao mesmo tempo, expandir a oferta e avançar na qualidade do serviço;
- c) Aumentar a destinação de verbas públicas à mobilidade urbana;
- d) Integrar transportes urbanos em um Plano Integrado de Mobilidade, abarcando diversos modais (bicicleta, carro, transporte coletivo e deslocamento a pé) dentro das estruturas de planejamento urbano;
- e) Para transporte de cargas, substituir progressivamente o modal rodoviário pelos aquaviário e ferroviário, com frete mais barato e menor consumo de energia;
- f) Garantir condições dignas de salário e trabalho aos profissionais de transportes.

Propostas de ação:

1. Estabelecer o **transporte público como direito social nos termos do artigo sexto da Constituição Federal**

A PEC 74 do Senado, que já tem todos pareceres favoráveis, versa sobre o tema e só precisa ser posta em votação. Como já foi aprovada a PEC 90 da Câmara, com o mesmo objetivo, aprovada a PEC 74 está completada a inscrição na Constituição. Garantir o transporte público como direito social constitucional significa avançar para a obrigatoriedade de seu oferecimento pelo Estado bem como a qualidade e a gratuidade.

2. Destinação de ao menos **2,1% do PIB para mobilidade urbana**

Destinaremos, conforme proposto pelo IPEA, pelo menos 2,1% do PIB para mobilidade urbana dando prioridade absoluta ao transporte público. A política de amplos subsídios estatais às grandes montadoras e ao transporte individual motorizado como prática dos governos Lula e Dilma, além de reforçar a desigualdade social diminuindo a capacidade de arrecadação do Estado, reforça a lógica de mobilidade crítica e segregação nas grandes metrópoles com os problemas crônicos de trânsito e as deficiências profundas no transporte público.

O dado mais alarmante dessa política falida é a crescente quantidade das mortes em acidentes de trânsito: em 2012 foram 46 mil mortes desse tipo, número que se aproxima cada vez mais das mortes por homicídio. O fortalecimento do transporte público – garantido como direito e financiado pelo Estado – articulado com outros modais não motorizados, como a bicicleta, é fundamental para garantir a todos o direito a cidades mais humanas, ambientalmente justas e economicamente viáveis.

3. Estabelecimento de um **Código Nacional de Desempenho dos Transportes Coletivos Urbanos e Metropolitanos**

Como desdobramento das diretrizes da LEI Nº 12.587, DE 3 DE JANEIRO DE 2012, denominada Lei da Mobilidade, propõe-se a edição de um Código

Nacional do Desempenho dos Transportes Coletivos Urbanos e Metropolitanos que torne efetivas as diretrizes gerais contidas na citada lei. Diferentemente de Planos de Mobilidade ali previstos, o Código proposto tem força de operacionalizar de imediato as características do desempenho dos transportes coletivos urbanos e metropolitanos. Um país não pode prescindir de tais especificações, tal como existe na aviação civil e no trânsito, por exemplo.

Esse Código determinará, por exemplo, que:

- será de cinco o número máximo de passageiros por metro quadrado em qualquer horário;
- o tempo máximo de espera nos pontos de parada será de 4 minutos;
- será obrigatório o uso de ar condicionado nos veículos;
- será proibido o uso de veículos encarroçados sobre chassis de caminhões;
- será obrigatório o uso de câmbio automático;
- os polos geradores de passageiros, sejam de origem residencial, comercial ou de serviços, deverão prover obrigatoriamente serviços de transportes tipo “shuttle”, entre o polo gerador e terminais de transportes coletivos;
- será obrigatório (conforme decreto 5.296 DE 2 DE DEZEMBRO DE 2004) a todos os ônibus a garantia de plena acessibilidade para deficientes;
- será proibido o acúmulo de tarefas dos profissionais dos transportes coletivos.

4. Criação do **Fundo Nacional de Financiamento das Tarifas de Transportes Coletivos Urbanos e Metropolitanos**

Com recursos provenientes de uma reforma tributária, com ênfase nos impostos diretos e sobre grandes fortunas, além da transformação do Vale-Transportes em Taxa Transportes proporcional ao número de trabalhadores das empresas. Tal fundo ajudará no subsídio das tarifas, em complemento aos subsídios de origem municipal e estadual. Só acessarão o Fundo os municípios e estados que observarem o Código de Desempenho.

5. Criação do **Programa Ônibus Sustentável**

Estimulando a inovação, fomento e incentivo à fabricação nacional e uso de ônibus movidos a energia elétrica segundo os padrões recentes que prescindem do uso de alavancas captadoras de energia e usam sistema de recarregamento de baterias por modos de indução eletromagnética nos pontos de parada. O mercado brasileiro de ônibus urbanos é de cerca de 100.000 veículos. Os municípios e estados que usarem esse tipo de veículos nos corredores e nas linhas comuns, terão um adicional do Fundo de Financiamento das Tarifas. Paralelamente, condicionado à gratuidade das tarifas, haverá incentivos e financiamento por parte do governo federal a pequenos e médios municípios a comprarem frotas próprias de ônibus.

6. Estabelecimento de **padrões de eficiência para a produção de carros brasileiros**

Os fabricantes de veículos automotores deverão alcançar metas mínimas de eficiência energética veicular, que serão progressivamente introduzidas de 2018 a 2021, até atingir a meta de 1,22 Mj/Km (megajoules por quilômetro). Se tal eficiência for alcançada, além dos benefícios ambientais, a população brasileira economizaria R\$ 287 bilhões em combustível.

7. **Integração prioritária e obrigatória da bicicleta aos planos de mobilidade com estímulo ao uso de modais não motorizados como parte da mudança do padrão de deslocamentos urbanos**

É necessário incentivar a busca por alternativas de transportes menos impactantes na rede viária, desestimular o uso excessivo do automóvel e ainda reorganizar a utilização do espaço urbano de forma a garantir que deslocamentos, quando necessários, sejam realizados da forma mais racional possível. A integração entre diferentes modais de transporte – com prioridade aos coletivos e aos não motorizados – deve ter tratamento preferencial, em detrimento de intervenções específicas de expansão da infraestrutura existente.

A bicicleta, absolutamente viável para pequenas e médias distâncias, quando integrada a outros modais de transporte permite atingir vários destinos, além de ser um vetor de melhoria ambiental e de saúde. O trajeto por bicicleta multiplica por 15 a zona de influência de uma parada de transporte público. Em estudo da Comissão Europeia, constatou-

se que o ciclista pode ganhar um quarto de hora em relação ao ônibus, no seu deslocamento para alcançar uma estação de integração. Para nós, aliada à expansão e prioridade ao transporte público coletivo, o compromisso com a mobilidade ciclística será central. Para tanto, incorporaremos propostas dos movimentos ciclísticos para o desenvolvimento de um programa nacional de mobilidade ciclística que envolva, como sugerido pela União de Ciclistas do Brasil:

- Criar um sistema de pesquisa, monitoramento e avaliação das políticas públicas, da infraestrutura cicloviária e da participação da bicicleta nos deslocamentos, assim como incluir a bicicleta no censo e nas pesquisas domiciliares do IBGE, de modo a subsidiar a elaboração de planejamento para o setor;
- Criar rubrica específica no Orçamento Geral da União, por meio do Plano Plurianual, para custeio e investimentos em mobilidade ciclística, bem como linhas de financiamento aos municípios brasileiros para infraestrutura cicloviária, em montante crescente a cada ano;
- Estabelecer metas claras de aumento da participação da bicicleta na mobilidade urbana e rural, envolvendo todos os setores da administração pública federal, bem como aplicar a bicicleta nas políticas públicas sociais tais como de trabalho, geração de renda, erradicação da pobreza, defesa civil, educação, saúde e moradia;
- Instalar bicicletários adequados em todos os prédios públicos federais, de todas as cidades brasileiras, quando houver espaço disponível, suprimindo, se necessário, vagas de estacionamento de automóveis;

8. Transferência modal do **transporte de cargas: de rodoviário para aquaviário e ferroviário**

Os modais ferroviário e aquaviário são mais eficientes economicamente e menos poluentes para o

transporte de carga. O custo do frete ferroviário é, segundo o DNIT, 50% menor do que o rodoviário, que continua sendo usado pela pressão histórica das grandes empresas automobilísticas. Em nenhum outro país com dimensões continentais como o Brasil (como EUA e Rússia) existe a utilização desse padrão.

9. **Integração do Planejamento e Logística de Transportes** nacional às realidades de estados, regiões metropolitanas e municípios

Por meio de investimentos em capacitação técnica, humana e financeira de setores do governo, como a Empresa de Planejamento e Logística (EPL), deve-se prover estados e municípios de apoios diretos ao aperfeiçoamento e criação de planos de mobilidade onde estes não existam e integrá-los a um plano comum nacional com otimização dos investimentos e resultados.

10. Estabelecimento e criação, através de legislação pertinente, de **ferramentas de democracia direta** no planejamento, programação e controle das linhas de transportes coletivos urbanos e metropolitanos

A mobilidade urbana é um dos serviços públicos que mais se presta e exige a democracia direta no estabelecimento de suas políticas, planejamento, programação e controle. A população usuária detém um conhecimento só permitido pela vivência presenciada pelo uso diário dos transportes coletivos.

Cabe ressaltar que das reivindicações das Jornadas de junho de 2013, a questão da mobilidade e das tarifas dos transportes coletivos foi a que menos foi contemplada, na prática, por medidas inovadoras e concretas. O máximo que aconteceu foi a aprovação do REITUP, que desonera as empresas de impostos, contribuições e taxas, supondo que tais renúncias fiscais chegarão ao bolso do usuário pela redução das tarifas. Assim mesmo, poderão reduzir as tarifas em baixos percentuais.

12 Segurança Pública

Vivemos no Brasil uma dramática situação de violência e criminalidade generalizadas. As grandes cidades em especial vivem sob a escalada do número de homicídios e roubos, e as respostas-padrão dadas pelos governos – aumento da repressão, violência do Estado e encarceramento – se demonstraram um fracasso de grandes proporções. Essa escalada da violência é complementada pela organização cada vez maior e mais eficiente das organizações criminosas, como as milícias e os traficantes de armas e drogas que seguem tendo domínio de importantes partes do território, da produção à circulação de suas mercadorias. A postura do governo federal nas últimas décadas tem sido a de total refém dessa situação de insegurança, não tendo tomado nenhuma medida que combatesse isso de maneira expressiva.

Entendemos que é preciso enfrentar a situação da insegurança de frente, acompanhando os inúmeros exemplos que demonstram a necessidade de entender a segurança pública em sua múltipla dimensão. Isso significa que se deve combater as causas e não apenas os efeitos da criminalidade. Não é nenhuma novidade que países onde os índices de distribuição de renda e os serviços públicos de educação, cultura, saúde, lazer, esportes e atividade física, habitação e urbanidade são melhores, têm também indicadores de segurança muito melhores.

Ao mesmo tempo, não se trata de transferir para as outras áreas o que é tarefa dos organismos de segurança pública: é preciso que o sistema seja reformulado para ser eficiente, combatendo a estrutura corrupta que se perpetua nas polícias, enfrentando a impunidade das ações do Estado, garantindo mecanismos mais inteligentes e efetivos de combate ao financiamento e comando das organizações criminosas e tendo a clara necessidade de transformar a segurança em compromisso civil, revertendo a política de encarceramento e a doutrina militar que são heranças do regime ditatorial do Brasil.

Prioridades:

- a) Reduzir drasticamente a situação que coloca o Brasil como um dos primeiros países nos rankings de homicídios no mundo, levando em consideração a necessária combinação de políticas públicas de prevenção nas mais diversas áreas sociais e políticas de ação baseadas em

planejamento e inteligência;

- b) Reformar o modelo policial integrando as polícias em um sistema único e desmilitarizado que construa um novo pacto federativo e valorize o trabalhador e o plano de carreira dos servidores da segurança pública, permitindo a esses todos os direitos civis de organização e sindicalização;
- c) Revisar as políticas criminais e penitenciárias baseadas na falida lógica do encarceramento em massa e na morosidade da resolução dos crimes;
- d) Revisar a política de drogas, descriminalizando e regulamentando o uso da maconha e pondo fim à política de guerra às drogas que, na prática, se transformou em uma verdadeira guerra aos pobres.

1. Plano Nacional de Redução de Homicídios

O Brasil está em 12º lugar no ranking de homicídios, com 29 mortes a cada 100 mil habitantes. Os jovens são as maiores vítimas dos homicídios no país, grande parte por auto de resistência, elevando esse índice a 53,4 mortos a cada 100 mil habitantes, na faixa etária entre 15 e 24 anos. A vitimização negra também tem aumentado vertiginosamente: cerca de 100% entre 2002 e 2012, enquanto a branca vem diminuindo, dado que revela a importância da elaboração de políticas públicas de combate ao racismo social e institucional, assim como foco por parte da política de segurança.

A partir da elaboração de uma agenda prioritária em segurança pública, realizada por importantes entidades e especialistas na área, nossas propostas para a redução de homicídios são:

- Criar e implantar o Plano Nacional de Redução de Homicídios;
- Priorizar a investigação policial nos crimes de homicídio (garantindo a investigação em casos de autos de resistência e resistências seguidas de morte);
- Investir na perícia criminal;

- Fortalecer e ampliar a política nacional de controle de armas e munições;
- Financiar programas de prevenção com foco na juventude, principalmente, na juventude negra;
- Trabalhar um plano de estímulo em conjunto a outras áreas fundamentais no combate às causas da criminalidade, como educação, saúde, habitação, esportes e atividade física, cultura e assistência social.

2. Desmilitarização da Polícia

Lutaremos pela aprovação da PEC 51/2013, que altera a estrutura institucional da segurança pública, para desmilitarizar as PMs. Elas deixariam de existir como tais, porque perderiam o caráter militar dado pelo vínculo orgânico com o Exército (enquanto força reserva) e pelo espelhamento organizacional. A PEC também prevê o ordenamento da instituição policial em carreira única, a realização do ciclo completo do trabalho policial (preventivo, ostensivo, investigativo) e expansão das responsabilidades da União, que assume a atribuição de supervisionar e regulamentar a formação policial, respeitando diferenças institucionais, regionais e de especialidades, mas garantindo uma base comum e afinada com as finalidades afirmadas na Constituição. A PEC propõe também avanços no controle externo e na participação da sociedade, além de garantir o respeito aos direitos trabalhistas dos profissionais da segurança.

3. Combate à letalidade policial

Além de um processo de reforma do modelo policial atual, é necessário apresentar propostas no sentido de reduzir imediatamente a letalidade policial. Segundo o 5º Relatório Nacional sobre os Direitos Humanos no Brasil do Núcleo de Estudos da Violência da USP, entre 1993 e 2011 ao menos 22,5 mil pessoas foram mortas em confronto somente com as polícias paulista e carioca. Para isso, incorporamos outras propostas apresentadas pela Agenda Prioritária de Segurança Pública:

- Extinguir a categoria “resistência seguida de morte” e substituí-la por homicídio/morte decorrente de intervenção policial;

- Estimular a atuação das corregedorias e ouvidorias, garantindo os devidos recursos e o financiamento permanente adequado;
- Estabelecer política de incentivo pela redução de letalidade policial com estabelecimento de metas/bônus para redução;
- Desenvolver e disseminar protocolos/procedimentos de uso da força em todos os níveis;
- Fortalecer o controle externo da polícia pelo Ministério Público.

4. Revisão da Política Criminal e Penitenciária e combate à lógica do encarceramento em massa

O Brasil tem a 3ª maior população carcerária do mundo (CNJ/2014). As altas taxas de criminalidade brasileiras confirmam que essa política de encarceramento em massa não contribui para a redução da criminalidade. Apesar do aumento da população carcerária, há também um crescimento das taxas de homicídio no Brasil (Mapa da Violência/2014). De acordo com estes dados, apresentados e sistematizados pela Rede Justiça Criminal, “prender mais gera um sistema mais violento e violador de direitos, aumentando ainda mais os custos para um Estado que sequer provê serviços básicos, como saúde e educação.”

Na contramão da descabida política de redução da maioria penal que não diminuiu a violência em nenhum dos países onde foi adotada, é urgente um novo modelo penal, que priorize penas alternativas e a progressão de regime. A privação da liberdade só deve ser aplicada contra quem oferece perigo real à sociedade. Por isso, a primeira iniciativa será buscar um efetivo engajamento do governo federal para garantir que a Lei de execução penal seja cumprida. Por outro lado é necessário incentivar a agilização dos demais procedimentos judiciais a fim de reduzir o número de detidos à espera de julgamento, acabar com as revistas vexatórias e promover programas de educação, treinamento profissional e trabalho para reinserção. Defendemos um efetivo Sistema Nacional de Alternativas Penais com a aplicação de penas alternativas para delitos de menor potencial ofensivo e formas diferentes de resolução de conflitos, sempre com o objetivo de reparar

os danos causados pelas condutas criminais, de responsabilizar seus perpetradores. Tudo isso visando um gradual esvaziamento das prisões.

5. Descriminalização e Regulamentação do uso da Maconha

Um conjunto de estudos internacionais já comprovam que as políticas de criminalização e a “guerra às drogas” em todo o mundo apenas reforçaram o poder das redes das organizações criminosas, visto que estas se valem dos lucros extraordinários que obtêm para montar esquemas de corrupção de agentes públicos e atuar livremente em diversos territórios. As drogas que hoje são ilegais estão na prática “liberadas”, visto que elas são vendidas cotidianamente em todas as cidades e têm sua comercialização regulada pelo Estado de maneira informal, através da corrupção das polícias e outros agentes do sistema. Por outro lado, a repressão policial só atinge os jovens que trabalham na ponta desse lucrativo comércio, isto é, no varejo de drogas, tendo como vítimas, em sua maioria negros, pobres e favelados. Daí decorre que a guerra às drogas se transformou numa guerra aos pobres e não terminou com o narcotráfico, tornando-se um dos grandes alimentadores do sistema carcerário brasileiro, mas sem combater, de fato, os grandes traficantes que seguem com seus negócios inabalados.

Legalizar a maconha e acabar com a guerra às drogas, então, não é somente uma questão de liberdades individuais. É, também, uma questão de segurança pública e de direitos humanos: a guerra às drogas está dizimando a juventude mais pobre das periferias, que morre vítima das lutas de facções, da repressão ao tráfico, da violência policial e das milícias, ou é encarcerada pelo comércio ilegal de drogas ou, em muitos casos, pelo uso delas — já que, dependendo da cor e da classe social, a mesma quantidade de substância pode ser considerada para uso ou para tráfico — e é enviada a presídios superlotados que são verdadeiros infernos e escolas do crime.

Por isso, defendermos a aprovação do projeto de lei 7270/2014 do deputado Jean Wyllys (PSOL-RJ), que regulamenta a produção, comercialização e consumo da maconha e propõe uma série de mudanças na política de drogas do Brasil. A legalização da maconha, além de garantir as liberdades individuais dos usuários, será uma ferramenta fundamental para reduzir a violência, deixar de encher nossas prisões e acabar com uma guerra que já matou gente

demais.

6. Investimento em inteligência: aperfeiçoar a difusão e gestão de dados

Um estudo recente organizado pelo o Ministério da Justiça aponta que no Brasil apenas 8% dos casos de homicídios são efetivamente esclarecidos. Quem mais sofre com essa incapacidade do Estado na elucidação dos crimes é exatamente a população mais pobre que não tem acesso a recursos suficientes para enfrentar a ineficiência do judiciário. Tal dado somente reforça a imensa impunidade, especialmente se forem crimes cometidos pelas polícias ou pelo Estado. Investir em inteligência, prevenção e aperfeiçoamento da difusão e gestão de dados é um dos meios de democratizar a justiça no país, evitar e solucionar a situação generalizada da criminalidade que impera no Brasil.

7. Sistema Único de Segurança Pública

Uma das grandes tarefas nacionais é desenvolver um Sistema Único da Segurança Pública que consiga construir um arranjo institucional que repactue as competências e responsabilidades de cada ente federativo para que haja a possibilidade de planejar e executar ações comuns e dinamizar as políticas públicas, além de garantir maior controle social, transparência e comprometimento das autoridades com suas ações.

8. Combate à prática de tortura nas delegacias e penitenciárias brasileiras

O fim do regime militar no Brasil não levou consigo uma das práticas mais perversas da ditadura: a tortura. É lugar comum nas delegacias e penitenciárias do país o flagrante desrespeito aos mais básicos direitos humanos e o descumprimento das leis nacionais e estaduais contra a tortura, bem como do Protocolo Facultativo à Convenção contra Tortura e Outros Tratamentos ou Penais Cruéis, Desumanos ou Degradantes da Organização das Nações Unidas (ONU) de 2007. Apesar de haver instrumentos legais que tornam possível a investigação ou a penalização da prática da tortura, ela ainda é aprovada e/ou tolerada por agentes públicos que se escoram em delegacias e penitenciárias que mantêm pessoas sob o total controle sem qualquer acompanhamento e fiscalização públicos. Lá a tortura é executada apenas como forma de investigação e castigo, mas também como

forma de controle e intimidação. É preciso garantir o devido marco legal para a instalação de mecanismos externos e independentes de monitoramento dos espaços de privação de liberdade, assegurando a transparência das ações e diminuindo as oportunidades de ocorrência das práticas de tortura.

9. Ampliação do **controle de fronteiras**

Parte da insegurança nacional está relacionada à total incapacidade do Estado em controlar as fronteiras de um país com dimensões continentais como o Brasil. O tráfico de drogas e armas, bem como de automóveis, equipamentos eletrônicos, mas também a mineração clandestina e os contrabandos dos mais diversos tipos são exemplos do quanto a ausência de controle fronteiro tem impacto na segurança interna do país. Ao lado de uma reestruturação do sistema de segurança, com o estabelecimento de um novo pacto federativo, vamos ampliar substancialmente os investimentos em políticas de inteligência e tecnologia para o controle das fronteiras nacionais.

10. **Valorização dos trabalhadores** da segurança pública e direito à organização, livre

expressão e sindicalização

Os profissionais de segurança pública são também vítimas desse sistema militarizado de polícia nos mais diversos aspectos. O primeiro deles é ter que se submeter a uma lógica corporativa militar reacionária que transforma o servidor da segurança em inimigo da sociedade, especialmente da sociedade que se mobiliza em torno de seus direitos. Em segundo lugar, apesar da submissão à ideologia da corporação e dos imensos riscos aos quais são submetidos em situações de violência e enfrentamento à criminalidade, os profissionais de baixa patente são tratados com profundo desrespeito, com péssimas condições de trabalho e salário e sem ter direito à sindicalização e livre expressão, que é permitida a todos os civis. Parte das transformações que defendemos envolve a extinção da justiça militar e o livre direito civil de associação, organização e expressão dos policiais, o direito de greve e também a sua devida valorização como profissionais que devem ser parte do cumprimento de tarefas importantes para a sociedade civil – especialmente a mais pobre e seus movimentos organizados – e não estar contra ela.

13 Reforma Política

Os milhões de brasileiros que saem às ruas constantemente desde junho de 2013 por mais direitos reconheceram na prática que somente mecanismos mais diretos de organização e pressão podem fazer com que qualquer mudança real aconteça no país. As velhas instituições do Estado brasileiro estão absolutamente desacreditadas, encasteladas em posições que reproduzem um sistema político viciado e longe das demandas populares. É urgente uma profunda democratização do acesso ao poder que faça do povo o real condutor das políticas do país.

Por isso, mais do que uma mera reforma eleitoral, que redividirá as fatias do bolo do mercado eleitoral de acordo com o interesse das elites, nossa proposta de Reforma Política é de mecanismos diretos e participativos de alargamento da democracia para uma verdadeira refundação democrática das instituições nacionais. Sabemos que, para isso, as vozes de junho devem estar sempre presentes empurrando a mobilização permanente do povo em defesa de seus direitos. Aqui, apresentamos algumas de nossas bandeiras para essa luta.

Prioridades:

- a) Combater a corrupção fortalecendo a Democracia Direta e a Democracia Participativa com a instituição de plebiscitos, referendos, conselhos deliberativos e mecanismos de iniciativa popular;
- b) Coibir a influência do poder econômico nas esferas de poder e especialmente no processo eleitoral, assegurando espaços democráticos para a pluralidade de opiniões.

Propostas de ação:

1. Combate implacável à corrupção

Um dos problemas mais sentidos pela população é a nítida transformação do Estado brasileiro em um balcão de negócios infestado por práticas corruptas dos mais diversos tipos. Contudo, para além das críticas moralistas a esse tipo nefasto de ação generalizada no país, é preciso tomar medidas concretas que combatam e desmontem a corrupção que já é estrutural nas relações comerciais, econômicas e políti-

cas. Somando-se ao financiamento público de campanhas que detalhamos mais à frente, propomos:

- Organização de comitês ou conselhos de controle social voltados para acompanhar a realização das despesas de órgãos públicos específicos;
- Articular a aprovação de projetos de leis definidores de uma radical profissionalização da Administração Pública com a redução extrema dos espaços ocupados por agentes não-detentores de cargos efetivos;
- Articular a aprovação de emenda constitucional definidora de profundas restrições na discricionariedade da execução orçamentária por parte do Poder Executivo (“orçamento impositivo”);
- Organizar a efetiva aplicação da Lei n. 12.846, de 2013, voltada para a responsabilização objetiva, administrativa e civil, de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública;
- Alterar a Lei de Licitações e Contratos Administrativos, com o objetivo de construir mecanismos de prevenção e combate aos atos de corrupção nessa seara. Fim do Regime Diferenciado de Contratações;
- Fim do Foro Privilegiado e da imunidade parlamentar, a não ser em casos de opinião ou ameaça à integridade física do acusado;
- Abertura dos sigilos bancários de todos os políticos (eleitos ou nomeados);
- Rigorosa fiscalização dos recursos públicos repassados às entidades não-governamentais, independentemente de sua personalidade jurídica.

2. Assembleia Nacional Constituinte: Popular, soberana e com deputados constituintes eleitos exclusivamente para tal fim.

O momento político de completa falta de credibilidade e representatividade real das instituições do

Estado brasileiro exige uma refundação democrática. A verdadeira mudança que indiscutivelmente o povo exige não poderá ser resolvida por representantes eleitos por um sistema político viciado, corrompido pelo poder econômico e oposto às necessidades reais que levaram milhões às ruas em junho de 2013.

Por isso propomos a instalação de uma inédita Assembleia Constituinte soberana e exclusiva, isto é, onde os representantes eleitos estarão mandata-dos exclusivamente para exercer o poder soberano de definir politicamente as mudanças que o Estado necessita. Por meio dessa Assembleia, o povo soberanamente poderá decidir os novos rumos do país.

3. Financiamento das campanhas eleito-rais exclusivamente público e limitado

No Brasil as eleições se tornaram um imenso mercado, com campanhas milionárias, onde candidatos sem apoio dos grandes grupos econômicos têm poucas condições de disputa. Quase sempre isso resulta na eleição daqueles que tiveram mais dinheiro para fazer campanha e não necessariamente os melhores candidatos.

Ainda que não seja a única solução para que as eleições sejam justas e democráticas, o fim do financiamento privado de campanha diminui a influência das grandes empresas nas eleições e as torna mais justas e equilibradas, contrapondo a corrupção daqueles que, financiados por recursos privados, terão que “pagar a conta” quando chegam ao poder. Ao mesmo tempo, o financiamento público exclusivo favorece a participação política e a representação de segmentos sociais que dificilmente são protagonistas das eleições como mulheres, negros e negras e jovens.

Defendemos que os recursos destinados aos partidos políticos para constituição do fundo de financiamento de campanhas sejam exclusivamente públicos, proibindo as doações de pessoas físicas e jurídicas e sujeitando doadores e receptores à punição. Da mesma forma serão proibidos recursos advindos de filiados e do fundo partidário.

4. Garantir a **divisão equitativa do tempo destinado à propaganda eleitoral gratuita**, tanto nos processos eleitorais quanto nas propagandas institucionais dos partidos políticos

Uma das formas de rebaixar o debate político é

impedir que as diferentes posições políticas tenham espaços iguais de exposição e debate de propostas. Ao mesmo tempo, no sistema atual, a avidez dos partidos da ordem por acúmulo de tempo na TV e no rádio conduz diretamente à pressão por alianças sem princípios e negociações que distorcem ainda mais o já pobre debate eleitoral.

5. Instituir a **revogabilidade de mandatos por parte dos eleitores**

A representação não pode ser um cheque em branco que permite ao representante após eleito atuar da forma que lhe convier e até, como é frequente no sistema político brasileiro, de contrariar completamente as ideias que o elegeram. Defendemos o direito da população de revogar mandatos de autoridades públicas por meio de referendos e consultas públicas. Tal instrumento diminui o poder do representante e aumenta o poder direto e a capacidade de fiscalização do representado.

6. **Votação proporcional em lista partidária pré-ordenada e flexível**, fortalecendo os partidos e seus candidatos

Os partidos, em sua maioria, tornaram-se legendas esvaziadas de conteúdo ideológico e programático, reduzindo-se a meros instrumentos de negócios eleitorais. O PSOL defende o fortalecimento de partidos ideológicos, assegurando a mais ampla participação de seus militantes, filiados e aderentes. Por isso defenderemos o voto proporcional em lista partidária pré-ordenada. O voto proporcional é - ao contrário do voto distrital, que estimula o caciquismo, o localismo e a exclusão da pluralidade e das minorias - uma defesa da democracia participativa em um país de dimensões continentais e marcado por tantas desigualdades sociais e regionais como é o nosso. É necessário, entretanto, corrigir distorções para garantir a proporcionalidade do voto. Um partido que receba um percentual dos votos deverá ocupar o mesmo percentual das cadeiras, preservando, com a máxima fidelidade, a composição política do eleitorado, terminando com as coligações proporcionais. O mecanismo adequado ao voto proporcional é a lista partidária pré-ordenada e flexível na qual é o partido quem escolhe a nominata de candidatos. No atual modelo eleitoral a orientação ideológica das candidaturas e dos partidos fica diluída pelo personalismo e com a lista pré-ordenada o foco passa ser no programa partidário. Ao mesmo tempo

defendemos ainda que a lista seja flexível. A ordem dos candidatos, na relação apresentada pelos partidos, poderia ser alterada de acordo com a vontade do eleitor.

7. Fim dos mecanismos que restringem a livre organização partidária

Frequentemente surgem no Congresso propostas dos mais diversos tipos para enfraquecer as representações dos partidos ideológicos que não são financiadas pelo poder econômico. Porém, já existem hoje medidas que restringem a livre organização partidária – que não é o mesmo que o direito de criar partidos. Essas medidas utilizam a quantidade de votos nacionais, de parlamentares, etc., para excluir ou limitar determinados partidos aos direitos ao tempo de TV, à participação nos debates eleitorais, à estrutura de liderança na Câmara dos Deputados, participação no fundo partidário, etc. Embora tal expediente seja utilizado com a justificativa de conter os partidos de aluguel, na prática representa uma definição previa e arbitrária de um recorte que é ao mesmo tempo uma exclusão de possibilidades e oportunidades de partidos iniciantes ou com menor expressão eleitoral de acessar em nível de igualdade o conjunto da população e, por outro lado, uma contenção de partidos marcadamente ideológicos de esquerda que não aceitam o vale-tudo eleitoral e a adaptação à lógica viciada de submissão ao poder econômico das máquinas eleitorais.

8. Introduzir o referendo e o plebiscito como forma de participação e controle dos eleitores sobre o processo político, com regulamentação do preceito constitucional que os institui

É patente a falência do modelo de democracia representativa com o qual convivemos hoje no Brasil. Sem que haja uma combinação entre a representação e a participação popular permanente através de manifestações frequentes, plebiscitos, referendos e a presença em conselhos, a democracia tende a ser não

mais que um jogo de cartas marcadas. Por isso, defendemos que é preciso garantir institucionalmente mecanismos mais diretos de democracia que, se por si mesmos não resolvem absolutamente os problemas de representatividade e garantem uma democracia real, representarão conquistas efetivas na limitação das ações e do poder da velha política.

9. Facilitar a apresentação de projetos de leis de iniciativa popular

Hoje, na prática, embora regulamentados os projetos de iniciativa popular são quase impossíveis de serem submetidos à votação e aprovação. O projeto de iniciativa popular sobre o Fundo Nacional de Habitação Popular, por exemplo, levou 13 anos para ser aprovado. Por isso defendemos a simplificação do processo, com utilização de urnas eletrônicas e precedência na tramitação da votação no Legislativo, implicando no trancamento da pauta e votação em caráter de urgência.

10. Proibição da veiculação de pesquisas eleitorais por todos os meios de comunicação durante o período eleitoral, inclusive na Internet, e tipificação como grave crime eleitoral para o descumprimento desse dispositivo

A divulgação de pesquisas eleitorais tem representado um instrumento de manipulação de opiniões e distorção do debate eleitoral. Não raro aparecem também denúncias dos mais diversos tipos sobre práticas viciadas de consultas, manipulação dos resultados e entrevistas incompletas. Ao mesmo tempo, resultados de pesquisas de boca de urna têm se demonstrado absolutamente equivocados, distantes da realidade dos votos quando os resultados das urnas são apurados. Por fim, a sugestão das pesquisas eleitorais inverte a lógica do bom debate político: ao invés de permitir ao eleitor a escolha das melhores propostas, faz com que os partidos moldem suas propostas ao sabor do suposto ânimo do eleitorado.

14 Relações exteriores

A ideia de que o Brasil mudou seu lugar no mundo tornou-se corrente, mas é só parcialmente verdadeira. Essa suposição é uma ideologia que, como tal, possui certa correspondência com a realidade objetiva. De fato existem condições para que ela se estabeleça entre nós: em última instância e por mais contraditório que pareça, a suposta “nova posição” do Brasil no mundo é produto do aprofundamento da dependência e do subdesenvolvimento, a característica principal de nossa formação social.

A sensação de maior relevância no cenário internacional – estimulada, sobretudo, nos dois governos de Lula – é consequência necessária da última onda expansiva da economia mundial que consagrou o lugar de países como o Brasil no sistema capitalista. Mas é preciso deixar claro: a despeito das aparências, o lugar reservado para o Brasil é aquele que tradicionalmente nos reservam os mais poderosos da humanidade: a periferia do sistema.

A economia mundial cresceu de maneira vertiginosa até setembro de 2008, momento em que o sistema bancário faliu e importantes multinacionais do setor produtivo foram à bancarrota nos Estados Unidos e também na Europa. Antes desta data, a expansão da acumulação mundial favoreceu enormemente a acumulação de capital das economias periféricas, especialmente em alguns países que possuem abundantes recursos naturais e que haviam logrado certa especialização na produção de alimentos - o Brasil entre eles. Porém, com a retomada do crescimento das economias centrais, vemos o protagonismo da diplomacia brasileira diminuir vertiginosamente. Essa é uma das marcas do governo de Dilma Rousseff.

Além disso, há que se notar que o ativismo diplomático do governo brasileiro na África, o protagonismo no Haiti (Caribe) e Honduras (América Central), como também o interesse pela integração econômica latino-americana (América do Sul) estão em consonância com as iniciativas de empresas brasileiras que exploram as oportunidades abertas pela expansão conjuntural da economia mundial e o reforço da posição do Brasil na clássica divisão internacional de trabalho. Porém, as forças que geraram o alinhamento automático da diplomacia brasileira às diretrizes de Washington anos atrás não foram suprimidas. Por isso, observar neste movimento uma in-

dependência quase completa é simplesmente reforçar a apologia de setores da classe dominante sobre as possibilidades do Brasil no mundo.

Entendemos que a política externa do governo brasileiro deve estar em consonância com um novo modelo de desenvolvimento interno. A mudança radical de prioridades deve se refletir na diplomacia brasileira. A participação do Brasil no sistema internacional deve ocorrer de forma soberana e solidária. A independência nacional significa a conquista da liberdade política, econômica e social por parte do povo brasileiro. Além disso, o PSOL defende que o Brasil pode exercer uma política externa construída não apenas pelo governo, nos gabinetes dos Ministérios e do Planalto, mas também diretamente pelo povo, titular do poder político. Por isso, as propostas do PSOL tem como eixos norteadores:

- A defesa da autodeterminação dos povos e o rompimento de relações diplomáticas com países que violem as leis internacionais e o direito à independência e à liberdade;
- A busca de uma integração regional que diminua a dependência dos países capitalistas centrais, com bases solidárias e cooperativas;
- O combate ao Imperialismo em todas as suas manifestações;
- A ampliação da participação da sociedade civil nas definições das políticas de relações exteriores.

Entendemos que o imperialismo (principalmente norte-americano) e as elites nacionais associadas, via capital financeiro, aos interesses do capitalismo central, são os grandes inimigos da independência nacional e da integração entre os povos. Considerar parceiro estratégico um país que historicamente viola nossa independência nacional, intervindo direta ou indiretamente em nosso país e agora, que comprovadamente espiona para favorecer suas empresas, é violar a Constituição. As parcerias estratégicas devem ser construídas a partir do princípio da democracia, da paz, da não-intervenção e da autodeterminação dos povos. Este é o compromisso de Luciana Genro e do PSOL. Veja abaixo nossas propostas para a Política Externa:

1. **Fortalecimento da integração regional latino-americana** nos níveis econômico, político, social e cultural, buscando superar os limites dos organismos multilaterais atualmente existentes, com vistas a colocá-los a serviço da integração dos povos e da luta pela independência das nações sul-americanas, enfrentando conjuntamente males comuns, como o flagelo da dívida externa e interna.
2. **Defesa incondicional da autodeterminação dos povos**, com apoio à formação de estados nacionais autônomos, à secessão e à integração de territórios, desde que produto da vontade livre e soberana dos povos; solidariedade aos povos em luta contra o imperialismo.
3. **Busca da solução pacífica dos conflitos**, respeitando o princípio da não-intervenção, com fim da participação brasileira em qualquer operação militar intervencionista e o fim de exercícios militares conjuntos com países que não respeitem este princípio;
4. **Retirada das tropas brasileiras no Haiti** e substituição por um Corpo Permanente de Paz e Solidariedade composto por médicos, professores, engenheiros e outros profissionais;
5. **Rompimento de relações diplomáticas com todos os Estados que promovam a violência** e agridam o direito à autodeterminação dos povos, com imediata revogação dos acordos de cooperação militar com esses países, como é o caso do Estado de Israel;
6. **Concessão de asilo aos perseguidos políticos** de qualquer nacionalidade, com destaque para a concessão imediata de asilo para Edward Snowden;
7. **Criação do Conselho Nacional de Política Externa**, de caráter consultivo e não remunerado, com participação de setores da sociedade nas decisões do Ministério das Relações Exteriores;
8. **Suspensão e revisão da Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA)** junto aos países signatários do acordo, com o objetivo de avaliar os impactos de sua implantação no meio ambiente e as violações aos direitos consagrados na Convenção 169 da OIT;
9. **Combate ao terrorismo**, seja ele promovido por Estados e outros entes governamentais, seja ele praticado por organizações políticas, paramilitares ou religiosas. Rejeição, em nível internacional, da política de “guerra ao terror” como justificativa para combater as lutas dos povos do mundo.
10. **Democratização dos organismos internacionais** e combate às medidas promovidas unilateralmente, como no caso do embargo econômico imposto pelos EUA a Cuba.

15 Direitos Humanos

Acreditamos que as políticas de direitos humanos são determinantes para que o Brasil seja um país efetivamente democrático. Infelizmente o cenário atual demonstra que ainda estamos distantes de cumprir com essa missão. A gritante desigualdade social, com concentração de poder e renda na mão das elites econômicas, aliada a uma estrutura de Estado antidemocrática e impermeável às demandas populares mais sentidas, desdobra-se concretamente no desrespeito generalizado aos direitos mais fundamentais da população, especialmente do povo pobre. O PSOL tem tido uma atuação de defesa intransigente dos direitos humanos nas ruas e no parlamento onde, infelizmente, propostas progressistas como muitas que estavam contidas no PNDH 3 (Programa Nacional de Direitos Humanos 3) do governo Lula, foram escamoteadas em função dos interesses das bancadas mais reacionárias e conservadoras.

Neste documento, apresentamos propostas específicas de Luciana Genro para construir um Brasil onde todos os direitos sejam respeitados, qualquer que seja sua condição. Pela amplitude da pauta de direitos, vários temas que compõem a defesa dos direitos humanos (como direitos dos negros e negras, defesa dos direitos da mulher, direitos da juventude, direitos da comunidade LGBT, mudança da lógica das políticas de segurança pública, dentre outros) estão contemplados em outros tópicos do programa de governo de Luciana Genro, alguns dos quais com documentos específicos produzidos pelos setores mais próximos a essas lutas.

Prioridades:

- a) Assegurar papel fundamental das políticas públicas de direitos humanos na condução de todas as ações do Estado;
- b) Fortalecer as organizações de direitos humanos dos governos em todas as esferas, propondo que tenham papel coordenador e integrador das demais políticas públicas.

Propostas de ação:

1. Assegurar o livre direito à expressão e à manifestação

Neste último ano, na esteira da realização da Copa do Mundo de Futebol no Brasil, assistimos a uma onda de intensificação de repressão a manifestações e manifestantes e criminalização dos movimentos sociais e de sindicatos que historicamente foram fundamentais na luta e conquista de direitos sociais. Em todo o Brasil foram abertos inquéritos completamente irregulares, realizadas prisões descabidas e arbitrarias e assistimos nas TVs e redes sociais a atuações condenáveis da polícia. A tentativa de intimidar manifestantes e coibir legítimas reivindicações encontrou apoio em grande parte de uma mídia corporativa comprometida em não permitir que estes movimentos alcançassem a dimensão política necessária para seguir com a organização e as conquistas sociais que os protestos de junho de 2013 pautaram na agenda do país. Este mesmo discurso, que já foi utilizado em outros momentos da história para violar direitos e suprimir a participação do povo na vida política do país, serviu para que neste ano víssemos dezenas de projetos de leis propostos no sentido de impedir o pleno exercício da liberdade de expressão e manifestação e redução da já precária democracia nacional.

Contrariando esta tese, nossa orientação de governo será propor legislação que amplie os direitos, proibindo todo tipo de cerceamento das liberdades políticas. Ao mesmo tempo, entendemos como fundamental proibir as medidas repressivas do Estado contra as diversas formas de manifestação cidadã, assegurando pleno direito de protesto, greve e ocupação por parte dos movimentos sociais.

2. Em defesa dos Direitos Indígenas

Associaremos à necessária e imediata demarcação de todas as terras indígenas do país – com prioridade ao combate à PEC 215 e outras medidas que dificultam a demarcação de terras indígenas – como garantia dos diversos povos ao direito fundamental de autonomia territorial, à implantação de políticas de proteção e promoção dos direitos indígenas, em substituição às políticas assimilacionistas e assistencialistas. Para tanto é fundamental o aprofundamento das ações afirmativas voltadas às comunidades indígenas em todas as esferas do poder público e o fortalecimento das organizações de defesa dos direitos indígenas. Ao mesmo deve-se garantir que ne-

nhuma intervenção seja feita em território indígena sem que o povo autorize ou qualquer mudança legislativa que trate de suas questões sem que eles sejam devidamente ouvidos, conforme a Convenção 169 da OIT.

3. Fortalecimento da Secretaria Nacional de Direitos Humanos

O flagrante e corriqueiro desrespeito aos direitos humanos no Brasil está diretamente relacionado à incapacidade de atuação dos órgãos governamentais vinculado à sua defesa. A Secretaria Nacional de Direitos Humanos é constantemente desrespeitada e desautorizada, inclusive, por outros órgãos governamentais que gozam de mais autoridade e maiores recursos, sendo, portanto, vistos como mais importantes. Assim, direitos são negociados, projetos são engavetados e o conhecido fisiologismo se sobrepõe a políticas públicas verdadeiramente necessárias à população. Nossa proposta é transformar a luta pelos Direitos Humanos em toda sua amplitude como eixo norteador do governo, dando aos órgãos governamentais, como a Secretaria Nacional, o status de coordenação geral e mediação fundamental do desenvolvimento das demais políticas.

4. Plano Nacional de Acessibilidade em defesa dos direitos das pessoas com deficiência

É preciso que os direitos das pessoas com deficiência sejam parte da elaboração de todos os setores, ministérios e secretarias do governo federal. Com isso queremos elaborar um plano nacional de acessibilidade que tenha como desdobramentos mais concretos a ampliação dos investimentos e a integração desse tema ao planejamento de todos os entes federativos nacionais que devem englobar de início as seguintes questões-chave:

- Criação de equipes multidisciplinares nas escolas para atendimento adequado das pessoas com deficiência
- Garantia real acessibilidade em prédios e espaços públicos
- Criação da profissão do cuidador, para a pessoa com deficiência e para o idoso
- Ampliação do número de núcleos para atendimento de reabilitação (núcleos integrados de

reabilitação e problemas auditivos), distribuição de órteses, próteses e aparelhos auxiliares

- Ampliação dos locais para exames de mamografia, papanicolau, entre outros, para mulheres com deficiência
- Realização estudos em todas as grandes e médias cidades para entender a real necessidade da pessoa com deficiência e mobilidade reduzida.
- Garantia de médicos para atendimento domiciliar caso das pessoas que não podem locomover-se
- Ônibus circulares para levar ao posto de saúde facilitando o acesso
- Comissão de fiscalização do transporte, manuseio e funcionamento dos elevadores, treinamento dos funcionários responsáveis e adequação de pessoal fisicamente para os transportes adaptados
- Regularização e legalização, de direito e de fato, do trabalho dos camelôs com deficiência
- Garantia que em todo projeto ou programa habitacional da cidade de São Paulo seja respeitado a legislação de reservas de cotas e de acessibilidade

5. Garantia dos direitos dos imigrantes

No Brasil os estrangeiros ainda não são vistos como cidadãos que devem gozar de todos os direitos humanos e sociais garantidos pelas leis brasileiras. A organização legal da imigração é arcaica e não atende à multiplicidade de culturas e às necessidades que os estrangeiros residentes em nosso país têm. O desdobramento disso é a ocorrência frequente de situações de exclusão, exploração e preconceito. É preciso reformular a Lei dos Estrangeiros, através do projeto de lei 1813/91, que regula a situação jurídica do estrangeiro no Brasil, para assegurar, em primeiro lugar, que todas as pessoas sejam reconhecidas como iguais perante a lei e a partir daí ampliar direitos como: participação na escolha de seus representantes políticos; educação baseada na interculturalidade e no combate ao desconhecimento e à xenofobia; saúde que reconheça as especificidades dos imigrantes, como no caso da garantia de casas de parto humanizado para mulheres imigrantes

no sistema de saúde que não concordam com o parto via cesariana comum no Brasil; direito à conta e serviços bancários e comerciais; etc.

6. Erradicação do Trabalho Escravo

Fortalecer os mecanismos para fiscalizar e coibir o trabalho forçado, com confisco de terras e imóveis, conforme prevê a PEC 438. Reconhecer a definição de “trabalho análogo ao de escravo” presente no artigo 149 do Código Penal, bem como desestimular os empreendimentos de empresas que tenham utilizado – direta ou indiretamente – o trabalho escravo, além de apoiar a “lista suja” do Ministério do Trabalho e Emprego.

7. Garantia do Estado Laico

A defesa do Estado laico supõe a imparcialidade religiosa do Estado, que não deve ter religião oficial e nem tratar de modo diferenciado ou privilegiado uma religião em detrimento das outras. A educação pública deve ser laica e as políticas públicas não podem se submeter a nenhum dogma religioso, devendo garantir os direitos de todos por igual, tanto dos que professam uma fé, seja qual for, como daqueles que não têm religião. Colocaremos fim às isenções fiscais de que atualmente desfrutam as igrejas, já que as crenças devem ser respeitadas e ter sua liberdade religiosa garantida pelo Estado, porém, sem privilégios econômicos e com a devida fiscalização e tributação a que qualquer outra entidade da sociedade civil deve se adequar.

8. Direitos das Crianças e Adolescentes

Incentivar a reorganização das instituições privadas de liberdade para menores infratores até 18 anos, com prioridade na implementação das demais medidas sócio-educativas previstas no ECA e combater frontalmente a ideia de redução da maioria penal legal ou indireta, com a transformação de fundações e organizações teoricamente socioeducativas em centros de encarceramento de jovens. Por outro lado, é preciso dar prioridade nas políticas pú-

blicas voltadas à proteção de crianças e adolescentes e à prevenção da exploração sexual, do abuso sexual infantil e da violência de gênero, tanto por meio de programas específicos, como mediante a manutenção e ampliação dos programas de inclusão social que comprovadamente têm sido fundamentais para reduzir a prática da exploração sexual de adolescentes em situação de vulnerabilidade nas regiões mais pobres do país.

9. Direitos dos Idosos

Generalizar a concessão de passe livre e precedência de acesso aos idosos em todos os sistemas de transporte público urbanos. Criar, fortalecer e descentralizar programas de assistência aos idosos, de forma a contribuir para sua integração com a família e com a sociedade, além de incentivar o seu atendimento no seu próprio ambiente, especialmente no atendimento de saúde público ou privado. É preciso, assim como previsto em nosso programa sobre a questão da previdência, ampliar os direitos dos aposentados, também colocando fim ao fator previdenciário.

10. Memória e Verdade

Defendemos, conforme projeto de lei formulado pelo jurista Fábio Konder Comparato e apresentado por Luciana Genro no Congresso Nacional, a revisão da Lei de Anistia, a partir dos trabalhos da Comissão Nacional da Verdade, e a punição aos torturadores da Ditadura Militar, considerando a tortura como crime imprescritível de lesa-humanidade. O atual formato da Lei de Anistia está colocado frontalmente contra os princípios internacionais de direitos humanos, especialmente, contra a Corte Interamericana de Direitos Humanos que não admite, em diversas jurisprudências consolidadas, a autoanistia de torturadores e assassinos que se autoperdoam, baseados em leis de anistia que foram revogadas em diversos países que subscrevem acordos e tratados internacionais, como a Convenção Americana de Direitos Humanos.

16 LGBT

Junho de 2013 não surpreendeu lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros (LGBT). No começo do ano passado, elas já haviam tomado as ruas para protestar contra o fato do fundamentalista Marco Feliciano ocupar a presidência da Comissão de Direitos Humanos da Câmara. Na verdade, todos os anos milhões de LGBTs brasileiras ocupam o espaço público com paradas do orgulho LGBT para celebrar o levante de Stonewall e reivindicar direitos negados no resto do ano. E o PSOL tem participado da construção de todos esses momentos. Com Luciana presidenta, os direitos humanos das LGBTs serão eixo estruturador das políticas públicas e não moeda de troca com conservadores. Nosso compromisso com a defesa dos direitos da população LGBT é inegociável.

Prioridades:

- a) Combate a todas as formas de preconceito por orientação sexual e/ou identidade ou expressão de gênero.
- b) Garantia de igualdade jurídica para a população LGBT em todos os âmbitos.
- c) Elaboração participativa através do diálogo permanente com os movimentos sociais e a comunidade, sem dirigismos partidários, de políticas públicas visando combater o preconceito, garantir a igualdade e promover a inclusão social da população LGBT, entendendo que essas políticas devam estar presentes em todas as áreas de governo.

Propostas de ação:

1. Criminalização da discriminação contra LGBT e **implantação de políticas concretas de combate sistêmico à homofobia e à transfobia**

Com relação à criminalização da homofobia, da gayfobia, da lesbofobia, da bifobia e da transfobia, o PSOL é a favor da equiparação dessas formas de discriminação ao racismo. Contudo, o PSOL defende uma política integral de combate a todas as formas de preconceito que não se limite à legislação penal

e não aumente o estado penal, que vitima principalmente os mais pobres, os negros e os moradores das periferias. Por isso, somos a favor de uma forma de criminalização que diferencie a homofobia “dura”, que se traduz em crimes violentos (homicídio, lesões, etc.) motivados por qualquer tipo de preconceito e que devem ter suas penas agravadas, dos crimes de injúria e outros, que produzem dano moral e devem ter penas socioeducativas, sem privação da liberdade. Consideramos que isso deve vir acompanhado de uma legislação integral que acabe com todas as formas de discriminação, de políticas públicas nas áreas de educação, saúde, cultura e promoção da igualdade social que incluam a diversidade, além de campanhas massivas de conscientização que visem acabar com o preconceito e deem um basta às alianças políticas dos governos com o fundamentalismo. A homofobia deve ser combatida sistematicamente, dando ênfase às ações capazes de produzir mudanças culturais e reduzir o poder dos principais impulsionadores do ódio e do preconceito.

2. Criação de um **observatório para monitoramento da violência homofóbica**

As crescentes denúncias de violências físicas e psíquicas contra a população LGBT mostram um cenário de assassinatos diários e agressões homofóbicas generalizadas e impunes, com número desproporcional de vítimas travestis e transexuais. O Grupo Gay da Bahia tem realizado, ao longo dos anos, um trabalho importantíssimo de identificação e mapeamento dos crimes de ódio, mas essa tarefa é responsabilidade do Estado e deve fazer parte das políticas de segurança pública. O Disque 100 do governo federal não recebe bem as denúncias de violação a direitos humanos nem garante sua resolução. Tal cenário exige políticas concretas para mapear e tomar providências no sentido de coibir e garantir apuração e punição para os casos de homofobia. No mesmo sentido, a criação deste observatório permitirá a formulação de políticas públicas mais eficientes para prevenção e treinamento de servidores públicos para lidar com esses casos.

3. Constitucionalização da **proteção às LGBTs e a todas as formas de família**

Defendemos todas as formas de família que existem em nossa sociedade, por isso somos a favor do acesso igualitário à adoção e à reprodução humana assistida, sem qualquer forma de discriminação aos casais do mesmo sexo ou às pessoas solteiras, seja qual for a sua orientação sexual e/ou identidade de gênero. Da mesma forma, o reconhecimento dessas famílias permite que não sejam marginalizadas de programas sociais do governo federal. Como presidenta, Luciana apresentará uma proposta de emenda à Constituição, a fim de incluir a proteção contra discriminação por orientação sexual e identidade de gênero e proteger todas as formas de família.

4. Alteração o Código Civil para **assegurar a conquista do casamento civil igualitário**

O casamento civil igualitário foi regulamentado em maio de 2013 pelo Conselho Nacional da Justiça (CNJ) após uma representação do PSOL, redigida pelo advogado e ativista gay Paulo Iotti e assinada pelo partido junto com a ARPEN-RJ, por iniciativa do mandato do deputado Jean Wyllys (PSOL-RJ), que dois anos antes tinha lançado uma campanha nacional em favor desse direito. Desde a decisão do CNJ, provocada pelo PSOL, os casais do mesmo sexo já podem se casar em qualquer cartório do Brasil, mas esse direito precisa ser garantido para sempre por lei, pois o Congresso não pode se omitir numa questão fundamental de direitos humanos. O projeto de lei 5120/2013, também do deputado Jean Wyllys, propõe alterar o Código Civil para que o casamento civil entre pessoas do mesmo sexo seja legalizado. A Luciana e o PSOL também defendem essa proposta.

5. Garantia do direito à **autodefinição da identidade de gênero**

O PSOL também defende uma lei de identidade de gênero que garanta às pessoas trans – travestis, transexuais e transgênero – o direito ao nome próprio e à livre determinação sobre seus corpos.

A política do “nome social”, defendida timidamente por alguns órgãos governamentais durante o governo do PT, embora constitua um avanço, é ao mesmo tempo prova de uma grande hipocrisia: o Estado reconhece que a identidade social dessas pessoas não é a que consta nos seus documentos, porém, em vez de garantir o direito a mudar os documentos, promove uma identidade dupla, com um nome legal

e outro “social”, que tem pouco valor jurídico.

O governo da Luciana trabalhará para aprovar o projeto de lei 5002/2013 (lei “João Nery”), do deputado Jean Wyllys (PSOL-RJ), que garante o direito à mudança de nome e de sexo na documentação pessoal mediante um trâmite simples no cartório, sem a necessidade de laudo médico (quer dizer, sem patologizar as identidades trans) e sem intervenção judicial.

6. Garantia do **direito de travestis e transexuais à saúde integral**

O Estado brasileiro ainda vê travestis e transexuais como doentes e não respeita o direito fundamental ao atendimento integral a sua saúde. Eles ainda precisam arriscar a saúde e a vida para adequar seus corpos a sua identidade de gênero com não-profissionais. Atualmente, a hormonioterapia e outros procedimentos são oferecidos precariamente e pouquíssimas operações transexualizadoras são realizadas. São apenas quatro hospitais públicos, o que aumenta muito as filas de espera.

O PSOL defende a despatologização da travestilidade e da transexualidade e reconhece o direito da população trans à autodefinição da identidade de gênero, o que será garantido pela Lei João Nery. Além disso, investiremos mais recursos na formação de profissionais da saúde para assegurar os tratamentos e procedimentos reivindicados por travestis e transexuais.

7. Revisão de políticas públicas de **combate ao HIV e DSTs com conscientização e atendimento das LGBTs**

No mundo todo, os casos de HIV/Aids diminuíram. No Brasil, no entanto, houve aumento de 11% entre 2005 e 2013. A falta de políticas públicas de prevenção e apoio aos grupos mais vulneráveis é decisiva para esse resultado. Apesar disso, o governo Dilma, pressionado por fundamentalistas, suspendeu a veiculação na televisão de campanha publicitária de prevenção a DST/Aids voltada para jovens gays.

A população LGBT é uma das principais vítimas do HIV/Aids e de DSTs. O medo gerado pela discriminação faz com que muitos jovens não procurem os serviços públicos de saúde. Faltam iniciativas para prevenir, sobra preconceito para condenar. Combater a homofobia é parte indispensável da luta contra a contaminação por HIV. No mesmo sentido, a

generalização do discurso preconceituoso de que as DSTs são doenças de homens gays submetem, especialmente as mulheres, a uma maior vulnerabilidade que deve ser combatida com disponibilização de materiais de prevenção e políticas específicas de conscientização.

8. Implementação do kit “Escola sem Homofobia” e revisão dos materiais já existentes

O cancelamento do programa “Escola sem Homofobia” durante o governo Dilma foi um retrocesso imperdoável. No governo da Luciana, a luta contra o assédio moral e a homo/lesbo/bi/transfobia (da mesma forma que a luta contra o racismo, o machismo e outras formas de opressão) fará parte dos conteúdos do Plano Nacional de Educação e será entendida como conteúdo transversal em todos os níveis de ensino, com materiais didáticos adequados à idade e maturidade dos alunos e alunas. Vamos educar as próximas gerações sem preconceitos, para construir a sociedade do futuro: sem racismo, sem machismo e sem discriminação contra as LGBTs.

9. Qualificação dos servidores públicos

para o atendimento à população LGBT

O preconceito se institucionaliza a partir da ausência de iniciativas por parte do governo federal para preparar profissionais e servidores públicos para atender e lidar com a diversidade da população LGBT. O respeito à livre orientação sexual e em especial à identidade de gênero deve ser uma exigência que começa no serviço oferecido pelo Estado. Quando se trata de profissionais que têm contato com LGBTs em situação de maior vulnerabilidade, como assistentes sociais, funcionários de casas de acolhimento e trabalhadores do judiciário, um treinamento especializado é ainda mais urgente e necessário.

10. Fortalecimento da participação direta das LGBTs

Nos últimos anos, o governo federal realizou conferências nacionais LGBT, mas as propostas de seus participantes não foram incorporadas pelo Estado. Como presidenta, Luciana realizará as conferências de forma mais periódica e democrática e com mais estrutura, bem como abraçará de fato as propostas apresentadas pela população LGBT.

17 Mulheres

No Brasil, com uma população de 195,2 milhões de habitantes, cerca de 100,5 milhões de habitantes – ou 51,5% - são mulheres de acordo com a PNAD 2011, representando 5,8 milhões a mais que os homens. Entretanto, embora as mulheres sejam maioria numérica em um país que teve a conquista simbólica de eleger uma mulher presidenta do país, já é possível fazer um balanço de que no governo Dilma o aprofundamento dos direitos das mulheres deixou muito a desejar.

Diferentemente do atual, no governo de Luciana Genro - que sempre se comprometeu e fortaleceu a luta das mulheres - o compromisso em defesa dos direitos das mulheres será inegociável. Em seu programa de governo, a candidata do PSOL amplificará as demandas das ruas levantadas historicamente pelas mulheres que, com especial protagonismo nos protestos de junho de 2013, levantaram as principais bandeiras de transformação social do país.

Prioridades:

- a) Combate a todas as formas de machismo e sexismo,
- b) Compromisso em defesa e ampliação dos direitos das mulheres,
- c) Construção participativa de políticas públicas visando combater o machismo por meio do diálogo permanente com os movimentos sociais e entidades buscando elaboração.

Propostas de ação:

1. Combate à violência contra a mulher

A violência permanece uma das mais graves violações dos direitos das mulheres e um dos maiores desafios no que se refere à construção de políticas públicas. Os índices ainda são altos em todo o país. Contudo, em relação ao quadro de execução orçamentária de 2013, de acordo com o CFEMEA, para combate à violência contra a mulher – que abrange, de forma mais ampla, os programas e ações do Promoção da Autonomia e Enfrentamento à Violência, Promoção dos Direitos de Crianças e Adolescentes e

Segurança Pública com Cidadania – o cenário é crítico. Dos R\$ 695 milhões previstos, só foram empenhados efetivamente R\$ 123 milhões (o que representa 17,7%) e pagos R\$ 28,5 milhões, apenas 4,1%. A deficiência de investimentos é reflexo direto da falta de prioridade que o governo federal delega aos direitos das mulheres. Com os recorrentes cortes orçamentários não há programa de enfrentamento à violência que se sustente no país.

Além disto, os programas de enfrentamento à violência contra a mulher seguem intimamente ligados às secretarias de segurança pública, determinando novos problemas de concepção nessa política. A falta de treinamento adequado aos policiais militares e o machismo da corporação são fatores relevantes no momento em que as vítimas de violência encontram-se mais fragilizadas e precisando de suporte para romper com o ciclo de violência e denunciar o agressor. Por outro lado, as políticas de combate à violência que priorizam o encarceramento, sem o acompanhamento do agressor e sem medidas preventivas, deixam claro o descompromisso do poder público em romper radicalmente com a violência endêmica contra as mulheres. Por isso, nos comprometemos a dotar as condições orçamentárias necessárias para:

- Promover a prevenção da violência contra a mulher por meio de campanhas socioeducativas nos meios de comunicação de massa, nas escolas e nos serviços públicos em geral (saúde, segurança etc.);
- Promover a assistência integral às mulheres que sofrem de violência doméstica e sexual, ampliando e estruturando serviços especializados: Centros de Referência, Casa Abrigo, Unidades referência em Saúde, Contracepção de emergência e a profilaxia de infecção pelo HIV;
- Formar e capacitar os servidores públicos, em particular na área de saúde e segurança, para o atendimento adequado das mulheres vítimas de violência;
- Expandir Delegacias da Mulher com funcionamento 24 horas e atendimento psicossocial, cujos funcionários tenham treinamento ade-

quando para lidar com casos de violência machista.

2. Aumento da oferta de **vagas na educação infantil**

O Brasil precisa de mais creches (como são mais conhecidas as escolas infantis). Segundo a PNAD de 2011, 37,4% dos lares brasileiros são chefiados por mulheres e dentre elas há muitas que criam seus filhos sozinhas. A realidade de grande parte das mulheres trabalhadoras é ter que deixar seus filhos com vizinhos ou crianças um pouco maiores. Mesmo em lares com pai e mãe, muitas vezes ambos precisam trabalhar fora de casa. Essas crianças ficam sem assistência qualificada e expostas a riscos. Além disso, toda criança tem direito à educação escolar desde a primeira infância. Portanto, a exigência de creches e pré-escolas gratuitas vem preencher uma lacuna frequente nas residências brasileiras, especialmente as mais carentes.

Defender a educação infantil como obrigatória dos zero aos seis anos é defender as crianças e seu direito a uma oportunidade de desenvolvimento pleno, visto que é nesta fase da vida que se formam as bases para o aprendizado futuro. É por isso, inclusive, que a concepção de creches como um local de assistência social foi substituída pela concepção de educação infantil, um local de aprendizado e desenvolvimento das crianças.

Nos comprometemos em nosso plano de governo a atender toda a demanda por creches manifesta nos municípios em quatro anos, contados a partir do início do governo. Para isso, o financiamento precisa e deve ser aumentado. Atualmente o orçamento previsto pelo FUNDEB é insuficiente para atender a demanda com qualidade. Nos comprometemos com:

- A consolidação de políticas, diretrizes e ações destinadas à ampliação do acesso à educação infantil, visando a garantia do direito à educação de qualidade às crianças de 0 a 6 anos de idade, atendendo toda a demanda manifestada pelos municípios em quatro anos;
- Aumentar o financiamento para atender a demanda, proporcionando uma educação de qualidade, de acordo com o Custo Aluno-Qualidade (CAQ), indicado pelo Conselho Nacional de Educação;
- Ampliação da oferta de educação infantil pelo poder público, extinguindo progressivamente

o atendimento por meio de instituições conveniadas. Visando a qualidade e a melhoria das condições de trabalho dos profissionais da educação infantil.

3. Pela vida das mulheres, **legalizar o aborto**

O direito das mulheres a não morrerem em abortos clandestinos é um direito democrático básico. O aborto é uma realidade no Brasil e no mundo e milhares de abortos são praticados a cada ano de forma clandestina. Enquanto as mulheres que têm dinheiro podem praticá-lo em clínicas privadas com absoluta segurança, as mulheres pobres recorrem a métodos precários que colocam em risco sua saúde e sua vida. Nos países em que o aborto foi legalizado, a quantidade de abortos diminuiu e o número de mulheres que morrem por complicações na prática do aborto foi reduzido a zero.

Não se trata de conceber o aborto como método contraceptivo, mas de entender que as mulheres devem ter o direito de escolha com relação à continuidade ou interrupção da gravidez, seja quando ela é produto da violência sexual, quando pode colocar em perigo sua saúde ou sua vida, ou quando se trata de uma gravidez indesejada por qualquer outro motivo. Por isso, junto com a legalização do aborto, o Estado deve garantir, através de políticas públicas, a educação sexual integral (sobretudo das meninas e adolescentes, que muitas vezes engravidam ou contraem DSTs por falta de conhecimento sobre o sexo seguro) e garantir a todas o acesso gratuito aos métodos contraceptivos. Defendemos a educação sexual para prevenir, contraceptivo para não engravidar e aborto legal e seguro, garantido pelo SUS, para evitar a morte de mulheres em decorrência de abortos clandestinos. Defendemos:

- A possibilidade de interrupção voluntária da gravidez até a 12ª semana de gestação, como sua escolha exclusiva, enquanto para casos como estupros até a 14ª semana de gestação;
- Obrigação dos governos federal, estadual e municipal, por meio do Sistema Único de Saúde ou ainda com as unidades conveniadas, de realizar o procedimento de aborto gratuito, legal e seguro obedecendo os termos da lei;
- Amplo programa de conscientização sobre a maternidade e paternidade, sobre planeja-

mento familiar e sobre os métodos contraceptivos.

4. Em defesa do parto humanizado e contra a violência obstétrica

O PSOL defende o projeto de lei 7633/2014 do deputado Jean Wyllys, que garante à gestante o direito ao parto humanizado, conforme sua vontade, à mínima interferência médica, acompanhamento, correta informação sobre procedimentos e direitos, e ao abortamento seguro nas formas da lei. Também estabelece como direitos do neonato o nascimento digno e seguro, o contato com a mãe logo no primeiro momento de vida quando não houver impedimento médico, entre outros.

5. Pela equidade salarial

Implantaremos políticas de equidade de gênero para a igualdade plena de homens e mulheres e políticas afirmativas que façam um contrapeso a séculos de opressão da mulher. Neste sentido, é fundamental o desenvolvimento de ações para incluir ou igualar as mulheres no mercado de trabalho por meio da promoção da sua autonomia econômica. Defendemos o PL 7016/10, de autoria da Luciana Genro, que prevê punição e mecanismos de fiscalização contra a desigualdade salarial entre homens e mulheres. Ao mesmo tempo, encaminharemos a redução da jornada de trabalho e a socialização dos trabalhos domésticos com a implantação de espaços públicos de reprodução da vida comunitários, como lavanderias, cozinhas, refeitórios e creches.

6. Aumento do tempo de licença-maternidade e paternidade

O tema da licença-maternidade/paternidade deve ser discutido na perspectiva da responsabilização igualitária de homens e mulheres no cuidado das crianças. A maternidade deve ser uma escolha (de casais heterossexuais ou homoafetivos) e não imposição. A ampliação da licença-maternidade/paternidade é importante pelo vínculo emocional construído entre os pais e a criança, o que comprovadamente contribui para maior estímulo nas conexões do cérebro do bebê, desenvolvimento físico, emocional e intelectual a curto e longo prazos. A ampliação da licença-paternidade, em especial, além de fortalecer o vínculo do pai com o bebê, é central para a desmistificação dos papéis sociais de “pai” e

“mãe” e garantia de um maior envolvimento do homem com a criação dos filhos, permitindo à mulher maior autonomia e liberdade na tomada de decisões. Propomos licença-maternidade de um ano para as mães e de um mês para os pais, visando progressivamente tempos de licença iguais.

7. Por uma reforma política que fortaleça a participação das mulheres

A construção social dos papéis de gênero é algo tão naturalizado que passa despercebido no nosso cotidiano. Nunca é demais lembrar que mulheres e homens têm internalizado durante muitos anos que determinadas atitudes e comportamentos são próprios de cada gênero (feminino e masculino) – por exemplo: ocupar espaços públicos para homens e privados para mulheres.

Como consequência, hoje as mulheres ocupam 9% dos mandatos na Câmara de Deputados e 12% no Senado, colocando Brasil em 106º lugar no item de “igualdade de gênero na política”. Neste sentido, defendemos uma reforma política, que promova a participação da mulher, envolvendo mecanismos democráticos, tais como:

- Defesa do sistema de votação proporcional em lista partidária pré-ordenada, com paridade de gênero;
- Democratização radical dos espaços de definição de políticas públicas de forma que estimule a participação das mulheres;
- Garantia da realização de Conferências de Políticas Públicas para Mulheres com ampla divulgação, não só entre o movimento de mulheres, mas na sociedade como um todo, chamando todas as cidadãs a participarem deste processo;
- Criar Secretarias de Políticas Públicas para Mulheres nos locais onde esta não existe, além de garantir recursos financeiros e humanos e autonomia para seu funcionamento;
- Prezar pela laicidade do Estado.

8. Por uma educação não-sexista

A educação é um espaço privilegiado para o enfrentamento às opressões. É na escola onde o machismo se reproduz diariamente. Nossa escolha é construir relações igualitárias na escola, por meio

da efetivação de ações e programas de educação não-sexistas e que combata todas as discriminações, como o racismo, sexismo, homofobia, lesbofobia e transfobia. Por isso é fundamental a inserção nos currículos escolares de conteúdos que promovam uma educação inclusiva, não discriminatória, que aborde de forma progressista questões de gênero, etnia, orientação sexual e identidade de gênero.

9. Mulheres negras

Para as mulheres negras o direito à vida própria (autonomia) até o direito à própria vida (no enfrentamento à violência) são batalhas constantes. Isso, apesar do espaço conquistado por meio das lutas históricas das mulheres em geral, e das negras em particular. Lutas que conseguiram se traduzir em políticas públicas de enfrentamento à violência, de acesso a trabalho e renda, à educação e saúde e de empoderamento político.

O racismo, aliado ao sexismo, constitui a base real da subjugação das mulheres negras no Brasil. As estatísticas apontam o que é ser mulher e negra num país em que a estrutura socioeconômica e político-cultural foi construída e embasada em práticas racistas e sexistas. As mulheres negras e jovens são a maioria das vítimas de violência doméstica, além de estarem mais constantemente expostas à violência sexual e policial. De acordo com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), mais de 60% das mulheres assassinadas no Brasil entre 2001 e 2011 eram negras. A mulher negra aparece nos dados estatísticos associada a baixos índices de escolaridade, a trabalho degradante e rendimentos inferiores, estando posicionada na parcela mais pauperizada da sociedade brasileira, constituindo um dos segmentos mais vulneráveis, fazendo com que a pobreza brasileira tenha um rosto feminino e negro. Para mudar este cenário, propomos:

- Incentivo a medidas que possam transformar esta realidade, garantindo a estas mulheres o acesso à cidadania, além de incentivo em conselhos de participação popular;
- Criação de políticas públicas e de ações afirmativas se coloca como uma das estratégias para a superação destas desigualdades e disparidades existentes entre o homem e a mulher, entre os negros e brancos, entre as mulheres brancas e as mulheres negras;
- Formação, educação permanente e atenção es-

pecial dos servidores da saúde para a saúde integral das mulheres negras, com atenção especial nos casos de hipertensão, diabetes e anemia falciforme.

10. Combate à lesbofobia e à transfobia

Merece atenção especial a condição de opressão a que estão submetidas hoje as mulheres não heterossexuais (lésbicas e bissexuais) no Brasil. O caráter “invisível” da mulher lésbica se reflete na forma como ela é discriminada: geralmente (mas não exclusivamente), os atos discriminatórios contra elas ocorrem em ambientes privados. Isso torna mais difícil, mas não impossível, o combate à lesbofobia. Para isso, é preciso recolocar no espaço público a importância do respeito à mulher lésbica e bissexual. O Estado é o responsável por isso e deve contribuir para que as lésbicas, assim como todas as mulheres, saiam da situação de invisibilidade e sejam reconhecidas como sujeitos políticos ativos na sociedade.

A população trans também sofre com a invisibilidade e o preconceito. Dados da ANTRA – Associação Nacional de Travestis e Transexuais – dão conta que 90% dessa população está se prostituindo, esse é um número estarrecedor e que não deveria ser tratado como uma questão menor ou algo secundário. É preciso urgentemente de políticas públicas nacionais que visem incluir a população de travestis e transexuais dentro do mercado de trabalho.

Além dos casos de violência psicológica e física, que chegam a matar, também há infinitos relatos de travestis e transexuais que foram agredidas por representantes do Estado, como policiais e demais funcionários públicos. O preconceito não está somente na sociedade, ele se reflete no poder público, por meio da violência institucional. Para acabar com isso, defendemos:

- Formação e educação permanente dos servidores da saúde para a saúde integral das mulheres lésbicas, bissexuais e transexuais, principalmente sobre prevenção de DSTs, AIDS, câncer de colo de útero e de mama;
- Campanha de combate ao HIV entre mulheres lésbicas, bissexuais e transexuais;
- Estímulo à produção e difusão de conhecimento e sensibilização dos profissionais da saúde para a atenção às mulheres lésbicas, bissexuais e transexuais sobre direitos humanos;

- Instalação de ouvidorias, como canal de comunicação entre mulheres lésbicas, bissexuais e transexuais e as instituições públicas;
- Garantia de representatividade das mulheres lésbicas, bissexuais e transexuais em conselhos de participação popular;
- Casas de acolhimento e preparação para o trabalho para LGBTs em situação de risco;
- Pelo reconhecimento de identidade de gênero das mulheres trans a partir da defesa da aprovação da Lei João Nery;
- Pela despatologização e reconhecimento das identidades sexuais;
- Atendimento humanizado no acompanhamento à população trans no processo de readequação dos corpos, em centros ambulatoriais com atendimento psicoassistencial e hormonal, bem como a qualificação dos profissionais do setor de saúde para atendimento a travestis e transexuais;
- Ampliação do atendimento das delegacias da mulher para as mulheres trans.

18 Comunicação

A “era da informação”, cantada e decantada como nova etapa do desenvolvimento das forças produtivas mundiais, no Brasil chegou para poucos. O imenso abismo que segue separando ricos e pobres em nosso país é sustentado por um sistema de comunicações quase que exclusivamente privado e agravado pela ação de grupos empresariais que conformam verdadeiros monopólios e oligopólios controladores de Tvs, rádios, mídia impressa e Internet. Esse sistema tem uma íntima ligação ao sistema político, sustentando-se a partir de relações perversas de um círculo viciado entre os interesses dos grupos empresariais que controlam as comunicações e seus apadrinhados políticos. Por isso, conforme demonstraram as manifestações de junho do ano passado, é fundamental que se estabeleça um sistema efetivamente público, que tenha como princípio a liberdade de expressão real e a defesa dos direitos humanos e estabeleça um equilíbrio entre o estatal e o privado na produção da comunicação do país.

Prioridades:

- a) O direito à comunicação é um direito humano fundamental e sua democratização, com a consolidação de um sistema verdadeiramente público, deve ser, portanto, um dever do Estado.
- b) O sistema público deve ter autonomia em relação aos governos, com garantia de financiamento.
- c) Os meios de comunicação que dependem de concessão pública devem ser distribuídos com equilíbrio de espaço e de alcance entre os sistemas público, privado e estatal.
- d) Garantir pluralidade nos conteúdos, formatos, abordagens e gêneros da produção das emissoras de rádio e TV que reflita a diversidade cultural (especialmente étnico-racial, de gênero e regional) presente na sociedade brasileira, conforme previsto no artigo 221 da Constituição. Além de garantir a pluralidade de ideias na produção de conteúdo, também é essencial assegurar a distribuição dos mesmos pelo território nacional.
- e) Assegurar a Internet como serviço fundamental, a ser prestado em regime público com ga-

rantia de universalização e metas de qualidade.

Propostas de ação:

1. Cancelar licenças de rádio e TV de senadores e deputados

Conforme a Arguição por Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) protocolada pelo PSOL no Supremo Tribunal Federal, nosso programa é contra a outorga e renovação de concessões, permissões e autorizações de radiodifusão a empresas que possuam políticos titulares de mandato eletivo como sócios ou associados. O controle de emissoras de rádio e TV por políticos é inconstitucional e viola direitos fundamentais como o acesso à informação, a liberdade de expressão, o pluralismo político e a realização de eleições livres, além do princípio da isonomia, da isenção e independência do membros do Poder Legislativo.

2. Reservar espaços iguais para os sistemas público, privado e estatal no rádio e na TV e criar um sistema público gerido por um Conselho Nacional de Comunicação com participação da sociedade civil e independência de governos

O sistema de comunicações no Brasil foi historicamente forjado com a predominância do sistema privado, descumprindo o artigo 223 da Constituição Federal. Por isso, como primeiro passo buscaremos implantar uma quantidade equilibrada de canais entre os sistemas privado, público e estatal.

O Conselho Nacional de Comunicação ainda terá o papel de definir a Política Nacional de Comunicações, envolvendo a gestão do sistema público, e elaborar políticas para emissoras privadas com fins lucrativos, devendo estabelecer, entre outras questões, critérios para outorga, utilização das verbas do Fundo de Comunicação Pública e orientações gerais para garantir pluralidade e diversidade na programação das emissoras. Será formado por representantes da sociedade civil (com eleição direta pelos pares), das emissoras públicas (com indicação de entidade representativa ou eleição pelos pares) e do Governo Federal (por meio de indicação de repre-

sentantes de órgãos responsáveis por Comunicações, Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Casa Civil).

3. Criar o **Fundo de Comunicação Pública** como principal ferramenta de um sistema de financiamento público independente dos governos para comunicação pública e comunitária

Para garantir um sistema verdadeiramente público de comunicação com produção independente e de qualidade, que faça frente às emissoras comerciais, é necessário autonomia no financiamento. Assim ele se manterá autônomo, tanto da ingerência estatal quanto do mercado. Para tanto, o Fundo de Comunicação Pública – tal como proposto na campanha Para Expressar a Liberdade - será composto prioritariamente por: receitas previamente vinculadas dos orçamentos públicos em âmbito federal e estadual; recursos da taxa de publicidade veiculada nos canais comerciais e pelo pagamento de uso do espectro por parte dessas emissoras, garantindo que a expansão do sistema privado esteja sempre vinculada ao público; impostos progressivos embutidos no preço de venda dos aparelhos de rádio e televisão, com isenção para aparelhos de TV com menos de 20", e taxa progressiva especialmente para equipamentos superiores à 29"; doações de pessoas físicas e jurídicas.

4. Fortalecer as emissoras comunitárias

É preciso interromper o processo de criminalização dos radialistas comunitários em curso. As emissoras comunitárias são um importante ator na democratização da comunicação. Para tanto, ao contrário das restrições, haverá o fortalecimento das rádios comunitárias, sem restrição de potência (tal como acontece com as emissoras comerciais), aumento de canais comunitários por município, garantia de financiamento e autonomia e a inclusão das TVs comunitárias no processo de regulamentação pública.

5. Definir a internet como serviço fundamental, colocando a prestação do serviço em regime público para universalizar o acesso e estabelecer metas de qualidade

Embora a Internet seja uma ferramenta cada vez mais presente e necessária para o desenvolvimento profissional, pessoal e econômico dos brasileiros, sua

difusão praticamente não é alvo de políticas públicas. Definir a Internet como serviço fundamental exigirá dos governos em todos os âmbitos providenciar políticas de universalização do acesso para fazer chegar esse serviço especialmente nas regiões onde o mercado não chega. Junto à política de expansão, é necessário promover uma política de inclusão e educação digital, que forme usuários capazes de entender como a rede funciona e como usar criptografia.

6. Elaboração de regulamentação do Marco Civil da Internet de maneira a garantir a **neutralidade da rede e proteger a privacidade dos usuários de Internet**

Para que a Internet possa ser usada de forma a aumentar a pluralidade na comunicação e não como mecanismo de controle social, é necessário que seus usuários sejam protegidos contra políticas de vigilância, como as denunciadas pelo ex-agente da NSA, Edward Snowden. Os provedores de Internet não devem guardar registros de acesso em massa (sem ordem judicial) e tal prática deve ser criminalizada. Além disso, a rede deve ser neutra, isso é, não deve ser permitido que os provedores priorizem o tráfego de determinados pacotes em detrimento de outros.

7. Regular a propriedade cruzada e vertical dos meios para **impedir o monopólio das comunicações**

Democracia pressupõe a existência de pluralidade. A existência de pluralidade pressupõe o livre fluxo de informações. E o livre fluxo de informações pressupõe a multiplicidade de fontes, algo que só é possível com uma regulamentação capaz de coibir a concentração de propriedade que, infelizmente, é bastante comum na comunicação social. Por isso, como já ocorre na Europa e nos EUA, propomos a regulação econômica do setor de comunicação social eletrônica. Entre as propostas, está a limitação de controle por um mesmo grupo empresarial de diferentes veículos, tais como canais de TV, de rádios e mídia impressa de grande circulação (propriedade cruzada). A regulação da propriedade cruzada deve ser combinada com o limite à concentração à propriedade vertical, impedindo que um único grupo econômico controle várias etapas da cadeia produtiva de comunicação como produção, programação, empacotamento e distribuição, por exemplo.

8. Garantia de cotas de produções nacional,

regional e independente na TV e no rádio

A pluralidade de ideias só se produz a partir da diversidade na autoria. Por isso, é essencial definir regras para a inserção mínima de conteúdos nacional, regional e independente. Essa política também visa reduzir as desigualdades econômicas regionais e desconcentrar a produção do eixo Rio/São Paulo, de forma a estimular a igualdade de oportunidades em todo o país.

9. Regulamentação do direito de resposta, incluindo direitos difusos e coletivos

O direito de resposta é um importante instrumento de liberdade de expressão e de garantia de direitos fundamentais. Além disso, é essencial para a garantia do acesso à informação e para estimular

o pluralismo de ideias. O direito de resposta deve ser um direito não apenas individual, mas também difuso e coletivo, de maneira a abarcar a representação da diversidade cultural, social e política da sociedade e as políticas públicas de Estado que garantam a participação e representação dos diversos grupos.

10. Direito de antena

Tal como praticado em países como Portugal, Alemanha, França e Espanha, o direito de antena é um instrumento de democratização do acesso aos meios de comunicação, a partir da garantia à livre manifestação nos espaços de comunicação de massa a movimentos sociais, organizações sindicais, profissionais e representativas de atividades econômicas, de acordo com sua relevância e representatividade e seguindo critérios objetivos previamente definidos.

19 Cultura

A última década foi a primeira vez na história brasileira em que um ciclo de crescimento econômico não foi acompanhado de um ciclo de explosão criativa da Cultura nacional. Uma das razões para tanto é a financeirização da Cultura, que transformou departamentos de marketing de grandes empresas em órgãos decisórios das políticas públicas de Cultura, assim como a ausência de investimentos em formação.

Prioridades:

- a) Assegurar a construção de uma rede pública de Cultura que conte com o planejamento, incentivo e investimento do governo federal em todas as esferas públicas e que estejam articuladas nos três âmbitos federativos;
- b) Garantir um financiamento público adequado para a ampliação e qualificação das produções culturais, bem como a sua distribuição regional equitativa, combatendo a financeirização atual da Cultura;
- c) Promover a pluralidade, a multiculturalidade e o potencial transformador e independente da arte.

Propostas de ação:

1. Criação de Escolas Federais de Artes

A falta de importância dada à Cultura no Brasil pode ser verificada pela inexistência de um sistema federal de escolas de arte. Propomos a reversão deste quadro com a criação de Escolas Federais de Arte que atendam à diversidade regional e territorial do país e contem com cursos de longa duração de literatura, música, teatro, cinema, vídeo, dança e artes visuais nas periferias das grandes cidades brasileiras.

2. Criação de um sistema de bolsas para artistas iniciantes

A produção artística brasileira encontra-se entre a penúria dos profissionais ou sua sujeição às normas e necessidades do mercado. Tal situação, que acontece por falta de incentivo e acompanhamento

do Estado, é um ataque à potência criativa e à capacidade de produção de uma Cultura independente e transformadora. Propomos que os artistas iniciantes possam desenvolver sua produção em autonomia diante do mercado a partir de um programa estruturado de bolsas concedidas pelo governo federal.

3. Construção de bibliotecas públicas federais

O Brasil tem índices tragicamente insuficientes na relação entre o número de bibliotecas e a quantidade de habitantes, estando atrás de países com menores índices econômicos e produtivos. Ao mesmo tempo, as bibliotecas do país são marcadas pela inadequação do acervo que não atende à demanda, por dificuldades de acesso e utilização e pela extremamente precária capacitação profissional. Quando tratamos desses dados observando as disparidades regionais, os números são ainda mais alarmantes, com claro prejuízo para as populações do Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Tratar dessas disparidades – tanto da relação biblioteca-habitante quanto da relação biblioteca-região – deve ser uma prioridade para que o escasso acesso ao hábito da leitura no Brasil seja combatido. Além da obrigatoriedade da construção desses equipamentos nos municípios, como trataremos em outra proposta, orientaremos em todas as cidades com população acima de 150.000 habitantes a construção de equipamentos no modelo das bibliotecas-parque, com incentivos do governo federal, e equipamentos públicos multifuncionais em áreas de risco e com acesso imediato e fácil à informação.

4. Ampliar para 2% do PIB as verbas da Cultura e promover amplas políticas de financiamento com equidade da distribuição regional de verbas

Defendemos a vinculação de orçamento para a Cultura com a meta da destinação de 2% do PIB para garantir de fato à área independência e consistência no planejamento e intervenção estatais. Além disso, promoveremos a reformulação do Programa de Fomento e Incentivo à Cultura (PROCULTURA) com ampliação dos editais públicos de seleção de proje-

tos culturais e incentivo à ação política cultural independente. O aumento do financiamento da Cultura deve estar sempre vinculado ao atendimento de critérios transparentes de distribuição regional de verbas para que as regiões historicamente menos favorecidas pelas políticas culturais estejam à altura de ter produções com o mesmo nível de investimento das regiões que historicamente recebem mais recursos.

5. Assegurar a **incorporação dos preceitos da Convenção sobre a Proteção e a Promoção da Diversidade das Expressões Culturais** da UNESCO

Conforme o documento da Convenção sobre a Proteção e a Promoção da Diversidade de Expressões Culturais da UNESCO, “a diversidade cultural se manifesta não apenas nas variadas formas pelas quais se expressa, se enriquece e se transmite o patrimônio cultural da humanidade mediante a variedade das expressões culturais, mas também através dos diversos modos de criação, produção, difusão, distribuição e fruição das expressões culturais, quaisquer que sejam os meios e tecnologias empregados.” No Brasil é ainda mais gritante a necessidade de incorporar esse e outros princípios que reconhecem a pluralidade e o multiculturalismo no planejamento e gestão de políticas públicas.

6. Atualização permanente dos **Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) do ensino de arte-educação e da música**

A formação em arte-educação, bem como a formação do profissional da Cultura, dos ensinamentos básicos ao superior, requer uma constante atualização e qualificação, de acordo com as transformações nas diferentes linguagens artísticas, na educação, na produção e gestão de políticas culturais, na área de educação patrimonial e no incentivo ao livro e à leitura. Nesse contexto, deve-se sempre observar a garantia ao acesso e acessibilidade à produção cultural, com capacitação profissional, recursos próprios e aquisição de livros e equipamentos destinados ao atendimento de pessoas com deficiência.

7. **Rede integrada de equipamentos culturais** e obrigatoriedade de bibliotecas, espaços de memória e centros culturais em cada município

Tidos como elementos secundários nos planejamentos de obras dos municípios, os equipamentos culturais devem ser entendidos como meios de desenvolvimento humano e, inclusive, econômico de cada município, devendo ser tratados como instrumentos norteadores dentro das estratégias de políticas públicas municipais e estaduais. Para tanto, além de promover uma rede nacional de equipamentos culturais integrada, que leve em conta os instrumentos públicos federais, estaduais ou municipais e também os controlados pela iniciativa privada, devemos condicionar a criação de novos municípios à existência de equipamentos culturais básicos tais como: biblioteca, espaço de memória e centro cultural de uso múltiplo. Paralelamente deve-se estabelecer um prazo para adequação dos municípios já existentes dentro de uma relação razoável entre cada equipamento e o número de habitantes.

8. **Direito à cidade é direito à Cultura**

É preciso que os programas habitacionais e de intervenções urbanas entendam que o déficit habitacional é também e fundamentalmente um déficit de cidade. Isso significa que a produção da cidade é também uma produção da sociedade, devendo contemplar toda a diversidade e possibilidades de desenvolvimento cultural. Assim, nada mais fundamental do que assegurar, na implantação de conjuntos habitacionais, planos de moradia e intervenções urbanas, a obrigatoriedade de construção de equipamentos culturais básicos (biblioteca, telecentro e centro cultural de uso múltiplo). Isso é especialmente importante quando se refere às periferias das grandes cidades.

9. **Elaborar, aprovar e executar os planos de Cultura e planos setoriais de Cultura nos três âmbitos federativos**, a partir das propostas aprovadas em suas respectivas conferências

Democratizar a Cultura passa também por democratizar as decisões a respeito de como ela será planejada e gerida. As conferências de Cultura são um importante espaço de discussão e elaboração, mas também precisam ser espaços com poder de deliberação e ação, comprometendo o poder público com os desejos e as necessidades públicas, em todos os âmbitos e passando por todos os entes federativos.

10. Mapa da Cultura

Há uma diversidade de iniciativas culturais que não passam pelas políticas públicas, mas nem por isso devem estar isoladas, fora do mapa das ações

culturais. É necessário implantar um sistema de informações que seja um mapeamento dessas ações mas, por outro lado, conte com informações e indicadores culturais em cada uma das linguagens artístico-culturais.

20 Esporte e atividade física

A derrota histórica da seleção brasileira de futebol na final da Copa do Mundo deste ano foi reveladora não só dos grandes problemas que nosso futebol enfrenta. Ela explicitou o quanto as estruturas do esporte nacional estão corroídas pela total falta de capacidade de planejamento, intervenção e atuação do poder público e da sociedade. As verdadeiras ditaduras instaladas na CBF e no COB – só para citar os exemplos mais chamativos – contaram com a conivência e parceria do poder público, como temos visto na vergonhosa ação do Ministério dos Esportes nos últimos governos. Incrivelmente, apesar de todo apelo social e do momento político propício para mudanças por conta da ação de movimentos inéditos e extremamente progressivos como o Bom Senso FC, os candidatos do sistema sequer têm propostas de revisão do atual estado de coisas.

De nossa parte, procuramos apresentar aqui uma síntese inicial a partir das pautas de reivindicações desses movimentos, de contribuições de especialistas da área e também utilizando uma preciosa proposta elaborada por atletas como contribuição ao plano de governo de Lula em 2002, mas abandonada pelo presidente, que preferiu estar ao lado das máfias encasteladas na direção da CBF e do COB e de seus negócios associados aos megaeventos.

Partimos da premissa de que o esporte é um importante fator de desenvolvimento humano, determinante para políticas de educação e também de saúde. Apesar disso, e de que comprovadamente a inatividade física representa um grande prejuízo para os cofres públicos, atualmente o acesso ao esporte e à atividade física acontece de forma fragmentada, sem apoio em um sistema organizado nacionalmente, sem objetivos claros e sem capacidade de avaliação de resultados. A prática esportiva acaba sendo sempre secundarizada, como uma atividade sem importância e dispensável.

Uma população que pratica esportes é uma população mais saudável, mais integrada, mais preparada para enfrentar os problemas cotidianos. A atividade física representa, para os indivíduos em formação, uma verdadeira escola prática na composição da personalidade em que são aprendidos valores sobre cooperação, competição, desenvolvimento de capacidades cognitivas de elaborar táticas e estratégias, a relação do homem com a natureza de forma sa-

dia, superação de limites, organização coletiva, disciplina e respeito com o próximo.

Prioridades:

- a) Democratizar o acesso ao Esporte e à Atividade Física;
- b) Construir o Sistema Público Nacional do Esporte e da Atividade Física que seja definidor da plena hierarquia das competências dos entes federativos, bem como da relação de atribuições entre educação, saúde e esporte. Tendo como objetivo prioritário a universalização das práticas esportivas como direito humano fundamental à toda população, esse Sistema Público tem também a função de regular e normatizar as organizações esportivas, sejam elas estatais, públicas, comunitárias, de interesse público ou privadas, estando elas vinculadas ou não aos esportes de alto rendimento;
- c) Construir um país saudável, que invista no esporte como fator de prevenção de doenças, socialização e educação, tripé que reduz a violência e estimula a cidadania;
- d) Estruturar uma legislação que moralize o esporte de alto rendimento e lhe dê os instrumentos para caminhar em consonância com os interesses prioritários do país. A transparência, a democratização dos regimes internos de organizações esportivas e o fim da impunidade no esporte brasileiro certamente trarão grande avanço no nível de consciência popular sobre as mudanças de que o Brasil necessita.

Propostas de ação:

1. Sistema Nacional Público do Esporte e Atividade Física

A partir da adoção do Diagnóstico do Esporte como política permanente, organizaremos um Sistema Nacional Público do Esporte e Atividade Física que defina objetivamente as atribuições, direitos e deveres de entes federativos e organizações sociais, estabelecendo conceitos, definindo prioridades

na aplicação dos recursos disponíveis e integrando o esporte com outras políticas públicas.

O Estado deverá partir da definição de que o esporte e a atividade física são políticas vinculadas à educação e à saúde públicas, priorizando a universalização do acesso à prática esportiva para todos os brasileiros. Para tanto, é fundamental assegurar espaços de participação das comunidades e de suas diversas associações esportivas por meio do desenvolvimento de comitês esportivos comunitários com assistência técnica e financeira do poder público. Paralelamente, deverá estruturar também políticas para o esporte de alto nível com avaliação permanente e regulamentação das entidades esportivas dos setores público e privado, de acordo com legislação própria.

Espera-se com isso expandir e fortalecer o esporte nacional em todas as suas dimensões: de planejamento e gestão, técnica, científica, acadêmica; de ampliação e melhora da infraestrutura; de modernização do equipamento existente; de uso de inovação tecnológica e medicina aplicada aos esportes; e da criação de uma nova cultura de organização e gestão dos recursos vinculados ao fomento das atividades esportivas.

2. Reforma Política e Estatuto do Esporte e da Atividade Física

O gargalo do desenvolvimento da prática esportiva no Brasil – em especial a de alto rendimento – é sem dúvida a estrutura de poder arcaica, antidemocrática e corrupta que se cristalizou nas entidades esportivas. Concomitantemente, sob um aparato legal débil que naturaliza as fraudes e descumprimentos de obrigações fiscais e trabalhistas, os clubes, as federações, as confederações e organizações de direito privado adotam uma prática extremamente lesiva ao desenvolvimento de uma verdadeira política pública de esportes.

Recentemente, a ação de movimentos proponentes da democratização dos esportes conseguiu a aprovação da lei 12.868/2013 que estabelece regras de gestão para as entidades que recebem recursos públicos ou gozam de isenção fiscal. Embora essa lei seja uma importante conquista há ainda muito a ser feito nesse sentido. Por exemplo, um dos pontos fundamentais dessas regras ainda não foi regulamentado, justamente aquele que obriga essas organizações a assegurar a participação dos atletas nas eleições dos dirigentes das entidades que administram o esporte.

Entendemos que a consolidação de um Sistema Nacional Público do Esporte e da Atividade Física passa também pela consolidação de um Estatuto do Esporte e da Atividade Física que, a partir das necessidades e prioridades discutidas e decididas pela sociedade, haja uma regulamentação das obrigações democráticas, das normas de transparência e desempenho das entidades esportivas. É fundamental uma verdadeira reforma política que estabeleça participação ampla da comunidade esportiva no planejamento, na gestão e na eleição dos dirigentes; limite seus mandatos e proíba as reeleições infinitas; estabeleça um sistema de referendos e mandatos revogáveis; preserve os direitos trabalhistas dos atletas; defina punições claras e severas para quem desprezitar as regras; respeite os torcedores; etc. Nesse sentido, compreendemos que as autonomias asseguradas pela Constituição às entidades não impedem a imposição neste estatuto de regras rígidas que coíbam abusos e punam violações.

3. Plano Nacional de Democratização do acesso ao Esporte e à Atividade Física

Garantir a democratização e a universalização do acesso ao esporte e à atividade física terá como ponto central a mobilização social para a participação e a utilização plena de todos os instrumentos políticos e equipamentos disponíveis. Para tanto, o ponto de partida é a construção de um plano nacional que garanta ampla participação, discussão, definição da sociedade civil desde a elaboração das ações voltadas às metas, como também em sua fase de execução e avaliação.

O acesso democrático ao esporte deverá respeitar o modelo do Sistema Público Nacional do Esporte e da Atividade Física para todo o País, considerando as especificidades e as diversidades regionais. O ponto fundamental é que os programas deverão valorizar o profissional de educação física e esporte como figura central e obrigatória.

Em todas as escolas haverá esporte e atividade física para crianças e para os pais e professores (nos fins de semana e horários ociosos dos dias úteis) de forma organizada e permanente. Como eventos estimuladores e referenciais, teremos os jogos colegiais nos seus mais diferentes níveis e o esporte comunitário. Por outro lado, é tarefa deste plano criar as condições para o acesso permanente dos idosos à prática esportiva, assim como dos portadores de deficiência física, com a utilização de todos os espaços públicos

possíveis e também com a obrigação de cessão de espaços ociosos particulares.

4. Lei de Responsabilidade Social do Esporte

Diversos estudos recentes têm comprovado que os investimentos no esporte social têm capacidade de geração de emprego, formação educacional e prevenção de doenças muitas vezes maior do que no esporte de alto rendimento. Ainda assim, as políticas públicas esportivas giram em torno deste último, em função das pressões do enorme mercado e dos vultosos negócios que aí se estabelecem. Disso decorrem também práticas viciadas de gestão e concessões públicas, incentivos e renúncia fiscal, impunidade e ausência de fiscalização.

A proposta de Lei de Responsabilidade Social do Esporte visa à construção de instrumentos de fiscalização e garantia de compensações do esporte de alto rendimento ao esporte social, prioridade do nosso governo. Desse modo, pretendemos fazer com que empresas públicas e privadas e universidades, estimuladas pelas potencialidades resultantes de um arcabouço político e fiscal favoráveis, participem diretamente do desenvolvimento do esporte como atividade econômica pública e meio de formação de base de atletas como cidadãos.

5. Fundo Nacional para o Desenvolvimento do Esporte, a Atividade Física e a Educação Física

O financiamento esportivo deve ter em vista o atendimento do artigo 217 da Constituição Federal que diz que o esporte é dever do Estado e direito de cada um. Por isso defendemos, em primeiro lugar, uma criteriosa redistribuição do orçamento federal entre os ministérios que possibilite ter especial atenção ao investimento preferencial no esporte educacional. Ao mesmo tempo, a política esportiva deve estabelecer um Fundo Nacional constituído pelas contribuições realizadas pelas empresas e organizações públicas ou privadas. Este fundo será utilizado para o financiamento de planos, projetos e programas de desenvolvimento e fomento à atividade física e ao esporte, o atendimento integral e a segurança social dos atletas.

6. Articulação Interministerial do Esporte

Nos dias de hoje a área esportiva é relegada ao se-

gundo plano das políticas públicas, tendo que estar submetida a elaborações isoladas das outras áreas, com baixo financiamento e pequena capacidade de executar mudanças efetivas. Ao contrário, acreditamos que essa área deve estimular uma visão mais integrada, que envolva ao menos a articulação de programas e projetos voltados a atribuições que hoje são dos ministérios do Planejamento, Educação, Saúde e Cidades. Por isso, também entendemos que a locução "Atividade Física" deve ser adicionada à do Ministério dos Esportes.

7. Centros Esportivos de Excelência nas Universidades Públicas e fomento ao desenvolvimento da ciência esportiva em espectro nacional

Uma visão integradora dos esportes pressupõe que sejam pensadas cientificamente e de maneira articulada as diversas áreas do conhecimento como Nutrição, Fisioterapia, Fisiologia, Educação Física, Ciências Sociais, História, Geografia, etc. Nesse sentido é preciso construir em cada região do país centros esportivos de excelência que se proponham a pensar a democratização do acesso ao esporte e à atividades físicas ao mesmo tempo em que sejam espaços onde será possível trabalhar com os futuros atletas das seleções brasileiras nas diversas modalidades, permitindo que o alto rendimento também tenha como contrapartida o desenvolvimento da ciência esportiva do Brasil.

Pensar uma distribuição regional desta política de maneira que não reforce as desigualdades em nosso país deve ser um princípio, garantindo que desde a formação inicial de professores nas Universidades Públicas até a qualificação dos profissionais a partir de cursos de pós-graduação *strictu e latu* senso seja pensada nacionalmente. Com isso visamos o combate à atual concentração dos cursos de pós graduação em educação física do país nos estados do sul e do sudeste enquanto há apenas três programas no nordeste e nenhum na região norte.

8. Fomento ao esporte comunitário a partir do estímulo à criação de secretarias estaduais e municipais exclusivas para o trato do esporte e compostas por técnicos concursados

Os municípios brasileiros raramente dão a atenção devida à institucionalização do planejamento esportivo. Por isso, via governo federal, é preciso um

estímulo concreto para a criação de secretarias estaduais e municipais de esportes e atividade física. O Ministério terá o dever de garantir reserva orçamentária para o repasse de recursos diretos aos entes federativos que possuem tais secretarias, de maneira a viabilizar o desenvolvimento de projetos na área do esporte e garantir seu acompanhamento e integração ao Sistema Público Nacional.

9. Fomento ao esporte feminino

Historicamente, há uma grande disparidade entre o incentivo ao esporte feminino e masculino. Caberia ao Ministério do Esporte e Atividade Física financiar a criação e manutenção de ligas de esporte e de bolsas específicas para atletas do sexo feminino como política permanente de fomento, assim como a criação de um programa específico para a manutenção de seleções femininas em modalidades coletivas e individuais.

10. Caravanas “esporte bairro adentro”

Resgataremos o projeto “Caravanas do Esporte” com o intuito de massificar a prática esportiva, a educação física e recreação nas regiões mais carentes do país, onde não chegam ações sociais e não há sequer equipamentos públicos nos bairros e favelas.

As caravanas acontecerão o ano todo e em três fases. Em um primeiro momento as caravanas se instalam estimulando atividades esportivas e outras das mais diversas como dança, ginástica, skate, natação, atividades lúdicas para crianças, preparação física na gravidez, capoeira, etc. De preferência contarão com atletas de renome nacional e regional para ajudar na convocação. Em um segundo momento vamos elaborar um plano de ação para a generalização da prática esportiva e das atividades físicas na região. Em um terceiro momento haverá a implantação de ações concretas de financiamento e execução de programas permanentes por parte dos entes federativos.

Contribuição: Carta-compromisso de Luciana Genro com o Movimento Negro

É inegável a dívida histórica deste país com a população negra que foi açoitada por mais de três séculos e no pós-abolição foi excluída do projeto de nação, produzindo um verdadeiro abismo econômico, social e cultural entre negros e não negros.

As marcas deste abismo se traduzem em nosso cotidiano por meio da prática do racismo que estrutura as relações de poder no Brasil. Os Amarildos, Cláudias, Douglas, Terezinhas são exemplos desse cotidiano violento que marca a vida da população negra, onde o Estado Democrático de Direito ainda é direito a ser conquistado.

O modelo de expansão do capitalismo por meio dos grandes centros tem produzido um verdadeiro processo de limpeza étnica e social que se consolida cada vez mais como uma bomba-relógio, pois é também incapaz de responder de fato aos anseios de parcela significativa da população. Com a maioria população vivendo cada vez mais distante dos centros urbanos, com baixa infraestrutura, com transporte público precário, com poucos equipamentos públicos, combinado com a queda na capacidade de consumo, há diretamente como consequência o aguçamento da violência.

Enquanto o modelo de desenvolvimento das cidades e do país estiver a serviço dos interesses das grandes corporações em detrimento de um desenvolvimento sustentável e cidadão, que regule os territórios, que taxe as grandes fortunas e garanta, de fato, uma distribuição de renda eficiente, a população permanecerá vulnerável e sujeita a viver de forma precária.

O atual modelo de segurança pública intensifica o processo de criminalização da pobreza, produzindo um discurso do medo, além de tentar esconder as contradições e os problemas sociais latentes. O combate à violência está longe de ser um problema de polícia. É sim um problema estruturante da sociedade brasileira. Por isso, precisamos de mudanças e ações imediatas.

Acreditamos que a superação do racismo, bem como das maiores mazelas que atinge o povo brasileiro, depende também do rompimento com os interesses do grande capital privado e de sua lógica de operação do Estado. Não será por pequenas refor-

mas ou políticas compensatórias que alcançaremos mudanças estruturais capazes de eliminar as desigualdades. Mas é preciso dar respostas possíveis e concretas aos problemas do agora. E para isso propomos:

1 – A população Negra, maioria do povo brasileiro, é também quantidade muito significativa dos responsáveis pela produção e pelo consumo em nossa sociedade. A riqueza e a sustentação da nação brasileira passam por suas mãos. Não é justo que essa população continue vivendo a margem das oportunidades e exposta a violências tão profundas. É papel do Estado promover um permanente incentivo à cultura da diversidade, do respeito e de valorização aos direitos humanos. É necessário agir.

2 – O Estado é, na relação com a população, o primeiro promotor do racismo. Seja através dos serviços de saúde pública, precários como são; através dos serviços educacionais, degradados e segregatórios como estão e são; ou através da segurança pública e sua força repressiva, seletiva, violenta e letal, como sabemos. O enfrentamento ao racismo estrutural e institucional é o primeiro passo para a construção de um imaginário e uma cultura de respeito às diferenças, valorização da diversidade cultural, religiosa, política e aos valores dos direitos humanos.

Educação e mobilização para o combate ao racismo

- **Ação emergencial de práticas de Educação Popular para o combate ao racismo e o fomento da diversidade e dos direitos humanos** em todo país através do fortalecimento de organizações negras que desenvolvem projetos no campo educacional. Também é fundamental fomentar a ampliação e massificação de iniciativas governamentais tais como os programas **Justiça Comunitária** e **Casa de Direitos** (*Plano de Enfrentamento à Violência nas Periferias Urbanas*), Pontos de Cultura, Casas de Cultura, entre outros.
- **Criação do Fundo para Reparação Histórica e Humanitária para os Descendentes de Escra-**

vizados e Indígenas (Previsto pela Declaração de Durban – África – 2001)

- **Campanha Nacional de Mobilização pela Prática da Lei 10639 nas escolas públicas do país; Criação de instrumentos de acompanhamento e cobrança da execução da Lei ante as administrações Públicas; Ampliação para 10% do PIB para Educação – Ação em conjunto com movimento negro;**
- **Criação da Comissão Nacional da Verdade, Memória e Justiça para os Crimes da Escravidão e Crimes de hoje por parte do Estado** – Que reúna pesquisadores, historiadores, antropólogos, economistas, religiosos, artistas e movimento negro para recontar a história e reconstruir a memória nacional a partir da escravidão negro-indígena;
- **Transformação do Plano Juventude Viva em PROGRAMA, para que avance para além de um apanhado de políticas pré-existentes, com destinação de recursos equivalentes à gravidade do problema que se dispõe a enfrentar e garantia de autonomia de ação;**
- **Titulação de todos os territórios quilombolas e indígenas e emergencial retomada da reforma agrária** – Casos emblemáticos: Quilombo do Rio dos Macacos Salvador/BA e Povo Guarani Kaiowas – MS;
- **Promoção de espaços de diálogo, audiências e consultas públicas permanentes, abertas e livres, por parte do governo no que diz respeito à temática do combate ao racismo;**
- **Mudança na Lei de Cotas Federal: que o percentual de negros/os por estado incida sobre 100% das vagas;**
- Política de Permanência estudantil para alunos cotistas e cotas na pós-graduação;
- **Pronunciamento em rede nacional** - sobre o problema do racismo enquanto estruturante das desigualdades e herança cultural a ser combatida; Divulgação da agenda de ações antirracistas;
- Força tarefa de todos os ministérios no sentido de, de maneira articulada, assumir o genocídio da juventude negra como uma realidade e a co-responsabilidade do Estado. A partir

daí, construir espaços de elaboração de ações interministeriais de enfrentamento ao genocídio; Estipular data para apresentação de metas e resultados das ações. Isso deve ser tratado com prioridade de governo.

Sobre a violência racista

- Regulamentação do artigo 5º. da Constituição brasileira que define o racismo como crime inafiançável e imprescritível; Tornar Racismo como Crime de Lesa Humanidade;
- Desmilitarização das polícias e imediato debate público sobre um novo modelo de segurança pública – comunitária, humanizada e antirracista;
- Não aprovação de leis “anti-terror” que criminalizem movimentos sociais e determinados perfis de grupos;
- Pela revogação imediata da Portaria Normativa 3461/13, publicada pelo Ministério da Defesa, que disciplina a atuação das Forças Armadas em ações de segurança pública e que institui o **Manual de Garantia da Lei e da Ordem (GLO)**, que atribui poder de polícia às três Forças Armadas, mediante ordem da presidente da República;
- Aprovação do PL 4471 que prevê o fim dos “autos de resistência” em todo país;
- Fim da revista vexatória;
- Federalização dos crimes cometidos por policiais civis e militares – Caso emblemáticos dos crimes de maio de 2006 em São Paulo;
- Formulação de um projeto que prevê a responsabilização penal de racismo e assassinatos promovidos por policiais;
- Política de apoio psicossocial para familiares de vítimas do Estado;
- Indenização para familiares de vítimas do Estado;
- Imediato mutirão do Judiciário para revisão de penas dos presos;
- Chega de prisões! Pelo fim da política do encarceramento em massa;

- Pelo direito democrático às manifestações livres e autônomas, sem necessidade de tutela, acordo ou aviso prévio a instituições repressivas do Estado. Pelo direito à LIVRE manifestação, sempre garantido o pressuposto da dignidade humana;

Política Internacional

- É obrigação do Estado Brasileiro acolher e integrar o povo Haitiano, bem como todo o povo das Américas e da África, que vierem ao país na condição de refugiados;
- Pela retirada das Tropas Brasileiras do Haiti, por uma saída política, soberana da crise do povo Haitiano e a garantia de ajuda humanitária.

Contribuição da Juventude

Após a atividade “Bate Papo das Juventudes com Luciana Genro” os movimentos organizaram a construção de uma síntese das reivindicações da Juventude. O texto abaixo representa essa contribuição, que foi incorporada como tal ao programa de governo, pela Coordenação de Campanha.

*O que eu consigo ver é só um terço do problema
É o Sistema que tem que mudar
Não se pode parar de lutar
Senão não muda
A Juventude tem que estar a fim
Tem que se unir
O abuso do trabalho infantil, a ignorância
Só faz destruir a esperança
Na TV o que eles falam sobre o jovem não é sério
Deixa ele viver! É o que liga!
(Charlie Brown Jr.)*

Apresentação

Em diferentes momentos da história, o Brasil sempre pôde contar com a mobilização da juventude para alcançar vitórias. A força e a coragem dos jovens brasileiros foram e são fundamentais para concretizar as mudanças no país.

Segundo a ONU, existem atualmente 1,8 bilhão de pessoas no mundo com idade entre 10 e 24 anos, constituindo a maior população de jovens da história. No Brasil, segundo o Censo 2010 do IBGE, temos 51,3 milhões de jovens, o que corresponde a 26,1% do total da população brasileira. Destes, mais de 80% vive nas zonas urbanas.

As contradições que afetam a vida da juventude tem servido como substância para o questionamento das velhas estruturas políticas e econômicas. No ano de 2011, foram muitos os exemplos de mobilizações juvenis. No Chile, os jovens conhecidos como “pinguins” foram às ruas para protestar contra a mercantilização da educação universitária. Na Europa e nos Estados Unidos, os jovens “indignados” reagiram à crise do sistema capitalista que retira direitos da juventude e eleva as taxas de desemprego. No mundo árabe, a juventude foi parte dos milhões que derrubaram as ditaduras nesta região. E em junho de 2013, chegou a vez do Brasil. Com o protagonismo dos jovens, o país vivenciou um dos maiores levantes de sua história recente. A pressão popular emparedou governos e derrubou o aumento das tarifas do transporte coletivo. Com as Jornadas de Junho, o Brasil entrava para a rota dos jovens indignados mundiais.

Estas mobilizações têm em comum a indignação com a ausência de uma perspectiva de futuro para os jovens. Os diplomas escolares não dão mais a certeza de emprego. A desigualdade social é gritante. Segundo a OIT (Organização Internacional do Trabalho), cerca de 1% da população acumula tanta riqueza quanto os 3,5 bilhões de pessoas mais pobres do planeta. E em um mundo com tamanha injustiça, a juventude está tomando as rédeas para a construção de mudanças que apontam para um novo futuro.

Segundo pesquisa da Secretaria Nacional de Juventude, quando questionados sobre se é possível mudar o mundo, nove em cada dez jovens brasileiros responderam que sim. Dentre estes dez, sete acreditam que podem mudar muito. O caminho eleito pela maioria (45%) da juventude para mudar as coisas no Brasil é “a participação e mobilização nas ruas e ações diretas”. Em seguida, a opção é pela “atuação em associações ou coletivos que se organizam por alguma causa (44%)”. A pesquisa mostrou ainda que a maioria valoriza a política, 83% acha que ela é muito ou mais ou menos importante, contra apenas 16% que acha que ela não é importante.

A coleta de dados dessa pesquisa foi feita de abril a maio de 2013, antes das Jornadas de Junho, mas aqui as grandes mobilizações servem como a prova concreta de que a juventude tomou para si a tarefa de lutar pelos seus direitos. Isso pode ser visto nos 55% de jovens que revelam terem tirado título de eleitor antes da idade obrigatória (18 anos). Ocupar a política é uma escolha daqueles que já não se sentem representados neste âmbito. A pesquisa ainda revela

que seis em cada sete jovens declararam que participam, já participaram ou gostariam de participar de coletivos e movimentos sociais.

A juventude brasileira não é homogênea, e, sim, diversa e com grande desigualdade, seja na esfera social, econômica ou cultural. Seria melhor usarmos o termo 'juventudes', já que a vida juvenil é composta por uma pluralidade de elementos que se desdobram em múltiplas trajetórias, estéticas e sonhos. Nesse mesmo sentido, os jovens enquanto "sujeitos de direitos", demandam políticas públicas específicas. Além disso, têm como sua maior preocupação a violência (43%) e o emprego (34%). A preocupação com saúde e educação afetam 26% e 23%, respectivamente.

Quando questionados sobre o que o Governo deveria fazer para melhorar a situação da educação, da saúde e enfrentar a violência, as respostas foram: "investir nos professores" (55%), "contratação de novos profissionais" para a saúde (60%) e "combate à corrupção e à má conduta de policiais" (51%).

Nesse novo momento que se abriu na política nacional, não podemos repetir as fórmulas e os velhos bordões. A juventude pede novas respostas e ousadia nas ações. Os jovens vêm construindo novas e criativas formas de atuar, de participar do debate político e de interferir diretamente no rumo do país. Disposição não falta e o recado é claro: acordamos para lutar por mais direitos.

Dessa forma, a plataforma apresentada abaixo é uma expressão das bandeiras das Jornadas de Junho de 2013. A força das ruas renovou e ampliou diversas bandeiras. Sistematizamos nossas reivindicações em 7 grandes pontos.

Educação

Segundo dados da pesquisa da Secretaria Nacional de Juventude, a desigualdade social existente na sociedade se reflete também no nível de formação e acesso ao ensino formal no Brasil. Entre classes de baixa renda, cerca de 43% foram apenas até o ensino fundamental, 54% até o médio e 4% até o superior. Nas classes de renda média, os números já se diferenciam, são 23%, 64% e 13%, respectivamente. Enquanto, na classe alta, os números são 10% até o ensino fundamental, 53% até o ensino médio e 37% até o ensino superior. Segundo a PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) de 2012, o Brasil tem 13,2 milhões de analfabetos com 15 anos ou mais. A erradicação do analfabetismo continua a ser

um grande desafio.

Se na geração de nossos pais apenas 25% tinham alcançado o Ensino Médio, este número atualmente cresceu para 59%. Discute-se muito que o Ensino Médio deve ser reformado, isso porque não é segredo para ninguém que ele não cumpre as duas principais funções que se propõe: não prepara para a continuação dos estudos do ensino superior (no caso do Ensino Médio regular) e nem para o mercado de trabalho (no caso no Ensino Técnico profissionalizante).

Porém, reformas como o Politécnico no Rio Grande do Sul tem contribuído para um maior sucateamento da educação, fazendo subir artificialmente as notas do ensino no Estado por meio de uma mudança no sistema de atribuição de conceitos. Além disso, tem sido implantado de cima para baixo, sem consulta a alunos e professores. Em molde semelhante, tem sido implantado o ETIM nas ETECs, que agora integra o médio ao técnico, diminuindo a carga de matérias essenciais para a formação acadêmica como História, Geografia e Português, e substituindo-as por matérias do Técnico, o que resolve parcialmente um dos problemas, o da profissionalização, mas agrava outros: dificulta o acesso ao ensino Superior e debilita a formação humana e crítica.

Muitos governos vão ainda mais longe: abrem a escola para a iniciativa privada e a transformam em vitrine para a venda de cursos pagos de grupos como o SENAC, Fundação Roberto Marinho, Oi, etc. Achamos que a educação brasileira precisa de muito mais, e isso tem de ser construído por meio de um processo que escute educador, demais funcionários da rede de ensino, aluno e comunidade. E estes possam opinar e formular um novo Sistema Educacional. A escola pública deve ser mais atendida, democrática, inclusiva e aberta para a comunidade, conectada com as novas ferramentas tecnológicas e capaz de preparar o jovem para uma inserção ativa e crítica na realidade social do país e do mundo.

Em 2003, apenas 6% dos jovens de 15 a 24 anos tinham Ensino Superior, número que hoje está na casa dos 10%. Mesmo que as taxas de ingresso ao Ensino Superior tenham aumentado nos últimos 10 anos, ele ainda é restrito e desigual. O vestibular funciona como um funil, através do qual se revelam as diferenças entre o ensino público regular e o ensino privado, de alto custo e padrão. A falta de investimento adequado em educação coloca as escolas públicas em situações precárias e dificultam o acesso do jo-

vem de baixa renda à universidade pública. Assim, por vezes ele ingressa em uma universidade privada de qualidade inferior e tem de começar a trabalhar para pagar mensalidades caríssimas.

Essa realidade precisa mudar. Defendemos a ampliação do investimento em educação pública para 10% do PIB, imediatamente. E precisamos avançar na discussão da universalização do ensino superior público. Devemos garantir, assim como em vários outros países, o livre acesso a uma universidade, sem o vestibular.

O atual contexto da educação brasileira revela o fortalecimento da educação privada, em especial, com a expansão desenfreada de vagas no ensino superior privado, representando mais de 70% do total das matrículas. A partir dos incentivos dos últimos governos, com recursos públicos e isenções fiscais, aprofundou-se um processo de financeirização da educação superior com formação de megaempresas do ramo. Enquanto isso, o ensino público em seus diversos níveis sofre com a falta de investimentos, estrutura, corpo técnico e docente. Ganha centralidade, assim, o debate sobre o financiamento público da educação. Em 2013, o Brasil investiu cerca de 6,4% de seu PIB na área. Não é de hoje que os movimentos de educação exigem o investimento de 10% das riquezas produzidas no país em educação pública, como forma de garantir qualidade, estrutura, expansão, permanência e acesso.

Nos últimos anos, a principal arena de disputa foi o debate em torno do novo Plano Nacional de Educação (PNE), documento que rege a educação brasileira em um período de 10 anos. Após anos de tramitação no Congresso, em que os movimentos de educação fizeram dura luta em diversos pontos, em especial na parte do financiamento, o texto aprovado é altamente contraditório, abrindo brechas para o maior fortalecimento da educação privada, principalmente no ensino superior. Da parte do governo federal, revela-se um apoio acrítico a programas como o Prouni e Pronatec. Estes programas são contraditórios em sua essência, uma vez que, se têm o mérito de integrar milhares de jovens ao ensino superior e ao técnico, têm igualmente a função de garantir altas taxas de lucro aos tubarões do ensino privado, às custas do dinheiro público. Eles devem ser vistos apenas como emergenciais, não podendo ser considerados políticas de Estado, cabendo ao governo ter como meta que esses estudantes estejam no ensino público, tornando possível a universalização do acesso.

Ao mesmo tempo, o texto do PNE avança em diversos pontos, como as metas de universalização da educação básica, implementação da gestão democrática nas escolas, erradicação do analfabetismo infantil, estabelecimento de um padrão mínimo de qualidade (com o Custo Aluno-Qualidade), entre outros.

Nosso compromisso é com o fortalecimento da educação pública. Em um governo do PSOL, lutaremos para conquistar a universalização da educação em todos os níveis, com qualidade, laicidade e com garantia de retorno para a sociedade.

Para garantir uma formação emancipatória, precisamos de uma revolução pedagógica em todos os níveis de ensino, com ampliação das políticas de assistência estudantil e de democracia e participação.

Financiamento e Metas da Educação

- Garantia de 10% do PIB para educação pública;
- Erradicação do analfabetismo e do analfabetismo funcional;
- Por uma política de expansão de vagas no ensino superior público, com garantia de investimentos suficientes para termos qualidade no ensino e estrutura adequada nas IFEs, a fim de se atingir a universalidade no acesso e o fim do vestibular.

Ensino Fundamental e médio

- Por uma reforma no ensino médio, fruto de amplo debate democrático;
- Por uma educação laica;
- Gestão democrática das escolas: eleições diretas com voto paritário para diretor, funcionamento democrático dos conselhos escolares com direito a voz dos estudantes; livre organização nos grêmios estudantis, sem intervenções do corpo de direção e coordenação;
- Formação continuada dos professores e funcionários de rede educacional;
- Infraestrutura: cadeiras, mesas e lousa são objetos básicos que ainda não existem em muitas escolas! Por mais bibliotecas, refeitórios, laboratórios equipados;
- Incentivo à produção cultural e à prática esportiva com infraestrutura adequada;

- Reformulação da grade curricular buscando a interdisciplinaridade;
- Levar o debate da orientação sexual e da identidade de gênero, fortalecendo assim uma educação humanista e não sexista/lgbtfóbica;
- Em defesa da autonomia pedagógica;

Ensino Técnico

- Melhor infraestrutura com laboratórios e maquinários de ponta, e frequente manutenção;
- Professores valorizados com plano de carreira em dia, o que deve acontecer em todos os níveis do ensino;
- Assistência estudantil para permanência dos estudantes nas escolas;
- Bandeirão estruturado para todas as escolas em tempo integral, a preços acessíveis e comida de qualidade;
- Ensino Técnico sensível às especificidades de cada região.

Democracia nas universidades

- Eleições diretas e paritárias para reitores;
- Fim das listas tríplices! Em defesa da autonomia universitária;
- Paridade nos conselhos departamentais e gerais;
- Liberdade de organização e manifestação política.

Universidades particulares

- Gestões democráticas que garantam a participação estudantil;
- Pela liberdade de organização do movimento estudantil;
- Congelamento das mensalidades, contra o aumento;
- Regulamentação do Ensino Superior Privado;
- Contra a mercantilização do ensino! Fim da financeirização das Universidades;

- Pela regulamentação da Assistência Estudantil nas instituições privadas! Que as universidades privadas tenham bibliotecas, restaurantes universitários, moradia e bolsas.

Universidades públicas

- Financiamento destinado para a conclusão das obras inacabadas do REUNI;
- Valorização de docentes e trabalhadores técnicos administrativos;
- Contratação de mais docentes com dedicação exclusiva;
- Em defesa dos Hospitais Universitários 100% públicos! Contra a EBSERH;

Assistência estudantil

- Fortalecimento da Assistência Estudantil com a valorização do PNAES! Queremos R\$2,5 bilhões com uma política de reajuste anual.
- Ampliação das políticas de permanência em todos os campi, incluindo construção de moradias, transporte gratuito, circular interno e ônibus intercampi, restaurantes universitários, creches e bolsas de estudos;
- Pela criação de Pró-reitorias de Acesso e Permanência, com dotação orçamentária própria, vinculada ao orçamento das universidades, gerida por um conselho paritário como forma de garantir uma política institucional de permanência estudantil democrática e isonômica entre os diversos campi;
- Que os critérios de concessão de bolsas sejam socioeconômicos, não meritocráticos;
- Gestão democrática das moradias através de Conselhos Paritários;
- Gratuidade de todo o material didático necessário. Disponibilização dos textos exigidos nas Bibliotecas e pela internet;
- Direito à licença-maternidade e paternidade para as alunas e alunos com bolsas; extensão dos horários e prazos para entregas de trabalhos e provas;

Acessibilidade

- Adaptação dos ambientes (rampas, barras de apoio, corrimãos, pisos, sinalização tátil e elevadores) com planejamento adequado;
- Disponibilização de livros em Braille nas bibliotecas;
- Aquisição de computadores com interface de acessibilidade, impressora braille, lupa eletrônica e outros materiais didáticos e pedagógicos;
- Intérpretes habilitados com as libras.

Cotas JÁ!

- Consolidação da reserva de vagas para negros e estudantes oriundos de escola pública;
- Que haja desvinculação das cotas raciais e sociais;
- Expansão de vagas em cursos noturnos, com garantia de financiamento e aumento de políticas de permanência estudantil.

Juventude e Trabalho

O emprego é uma das principais preocupações da juventude brasileira. A pressão para a entrada no mercado de trabalho é muito grande sobre os jovens. Seja para complementar a renda da família, garantir sua autonomia financeira ou financiar seus estudos. A ampla maioria dos jovens tem sua primeira inserção no mundo do trabalho mesmo antes de completar 18 anos de idade (65%). No campo, 47% dos jovens entram no mercado de trabalho antes dos 15 anos.

No mundo, metade da força de trabalho jovem está desempregada ou subempregada, de acordo com dados da ONU. O fato é que a entrada dos jovens no mercado de trabalho é fortemente marcada pelas desigualdades sociais. O trabalho é mais desgastante entre os jovens das famílias mais pobres. São eles os mais afetados pelo desemprego e pelas piores condições de trabalho.

Alguns dados da OIT são reveladores dessa realidade: nas classes com renda alta, 65% dos jovens estão ou já estiveram em empregos formais e 16% apenas em informais. Nas classes de renda baixa, 22% ocupa ou ocupou postos formais e 32% são empregados informais. Sem contar que os jovens de cor

branca têm 30% mais chances de ter emprego formal do que jovens negros. E os homens jovens possuem 25% mais chances de ter uma ocupação formal do que as mulheres jovens.

Na juventude, são poucas as vezes em que o trabalho é exercido nas condições protegidas pela Lei de Aprendizagem. Muitas vezes, o que há é um tipo de exploração do trabalho infantil e adolescente. De acordo com dados do Ministério do Trabalho, 45 mil pessoas foram resgatadas de condições degradantes de trabalho desde 1995. A OIT estima que em 2012, cerca de 20,9 milhões de pessoas foram vítimas de trabalho forçado no mundo, número que inclui as vítimas de tráfico de seres humanos para exploração laboral e sexual. No Brasil, segundo a Divisão de Fiscalização para Erradicação do Trabalho Escravo (Detrae), órgão do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), 2.750 trabalhadores foram encontrados em condições análogas à escravidão no ano de 2012.

Por isso propomos:

- Políticas que estimulem o ingresso dos jovens no mercado de trabalho, assegurando proteção da legislação trabalhista e previdenciária;
- Fiscalização do cumprimento da Lei de Aprendizagem, contra os empregos precários e exploratórios;
- Por uma maior fiscalização do cumprimento da Lei do Estágio para jovens estudantes;
- Criação de empregos com igualdade de oportunidades entre homens e mulheres;
- Pela remuneração dos jovens que trabalhem nos megaeventos, contra o trabalho voluntário.

Violência e Desmilitarização da Polícia

Como revelamos acima, quando os jovens são questionados sobre o que mais lhes preocupa, a maioria (43%) mencionou a violência. Tal dado é revelador de uma realidade cruel em nosso país. A violência hoje é, infelizmente, a marca de uma geração. Ela atinge todos os brasileiros e brasileiras, de todas as idades e classes sociais, em todo o território do país. Porém, a vítima mais recorrente da violência, segundo os números oficiais, tem perfil muito bem definido: jovem, negro e pobre. É absolutamente impossível pensar qualquer política de segurança para o Brasil sem tratar dessa parcela da população que sofre com o racismo cotidiano e institucional por parte da polícia.

De 1980 para 2011, o índice de morte de jovens negros cresceu na ordem de 207,9% no Brasil. Dados do Ministério da Saúde mostram que mais da metade (53,3%) dos 49.932 mortos por homicídios em 2012 eram jovens. Desses, 76,6% negros (pretos e pardos) e 91,3% do sexo masculino. O programa Juventude Viva do Governo Federal revelou que, em 2012, 142 municípios brasileiros, distribuídos em 26 estados e no Distrito Federal, incluindo todas as capitais, concentravam 70% dos homicídios contra jovens negros.

É possível afirmar que os homicídios são hoje a principal causa de morte de jovens de 15 a 29 anos no Brasil e atingem especialmente os jovens negros do sexo masculino, moradores das periferias e áreas metropolitanas dos grandes centros urbanos. Para esses, a polícia é sinônimo de medo e insegurança.

Pesquisa da Fundação Getúlio Vargas, no segundo semestre de 2013, apontou que 70% das pessoas não confiam no trabalho da polícia. Tal dado se soma ao de uma pesquisa recente da Anistia Internacional: cerca de 80% dos brasileiros temem ser torturados pela polícia caso sejam presos. A brutal repressão às manifestações desde junho do ano passado e as mortes de Amarildo, DG, Cláudia, entre outros, trouxeram à tona o debate sobre a reforma do modelo policial vigente e a necessária desmilitarização da polícia.

A solução para a violência no Brasil não é prender mais, não é endurecer o sistema penal. O Brasil já prende muito, somos o terceiro país no ranking mundial que mais encarcera, ficamos atrás apenas da China e dos Estados Unidos. Hoje temos um total de 712 mil presos, são 358 presos para cada 100 mil habitantes. Dados do IPEA revelam que, em 2008, os indivíduos entre 18 a 29 anos constituíam 59,6% do total de presos do país. Os casos como o de Pedrinhas, no Maranhão, e do Presídio Central de Porto Alegre demonstram que a política de encarceramento no país é insustentável.

Em todas as situações acima descritas os jovens negros são os mais penalizados. É latente a necessidade de combater com veemência o genocídio da juventude negra e pobre no Brasil.

Por isso propomos:

- Fim dos Autos de Resistência e extinção da categoria “resistência seguida de morte”, substituindo-a por homicídio/morte decorrente de intervenção policial;
- Contra a Redução da Maioridade Penal;

- Desmilitarização da polícia: alterar a natureza da atividade policial; extinguir a justiça militar para as polícias militares; revisar regimentos, códigos disciplinares e normas que regulamentem as polícias (civil, militar, federal), adequando-os efetivamente à Constituição Federal de 1988; unificação das polícias estaduais em único caráter de polícia civil, conforme previsto na PEC 51/2013;
- O direito à organização política dos trabalhadores da Segurança Pública;
- Por um ciclo completo do trabalho policial (preventivo, ostensivo, investigativo) pautado pelos direitos humanos;
- Pela presença do Estado nas periferias através da garantia dos direitos. Contra a militarização das cidades;
- Contra a privatização das prisões.

Direito à Cidade

Um dos mais graves problemas sociais do Brasil é a falta de moradia. O Brasil está entre os países com maior déficit habitacional do mundo, ao lado da Índia e África do Sul. O último estudo feito pela Fundação João Pinheiro mostra que o déficit habitacional quantitativo no Brasil é de 6.940.691 famílias, o que representa cerca de 22 milhões de pessoas. Os sem-teto são, portanto, mais de 10% da população do país. O problema também se completa com o chamado déficit habitacional qualitativo, que se refere à inadequação das condições básicas para uma vida digna. Este número é maior que o anterior: são 15.597.624 famílias nesta situação, isto é, cerca de 48 milhões de pessoas.

Mas ao contrário do que parece, não faltam casas no Brasil. Existem 6.052.000 imóveis vazios no país, 85% deles teriam condições de serem ocupados por moradores. Ou seja, há tanta casa sem gente quanto gente sem casa.

Ainda, muitas vezes a juventude da periferia é obrigada pela especulação imobiliária a ocupar regiões da cidade com grande vulnerabilidade ambiental, como encostas de morros, margens de rios e áreas de mananciais, colocando em risco suas próprias vidas e também o meio ambiente. Nesse sentido, é de extrema importância que essas áreas de maior vulnerabilidade ambiental tenham um plano

de manejo adequado e que também leve em consideração as necessidades da população que habitam essas regiões, sendo elaborado de forma participativa e visando o equilíbrio entre a ocupação humana e a preservação do meio ambiente.

Existe grande deficiência do poder público em garantir condições mínimas de infraestrutura, como coleta de lixo, coleta e tratamento correto de esgoto e a água tratada, o que contribui para a degradação do meio ambiente – contaminando o solo, as águas e o ar – e acarretando em graves problemas de saúde devido à falta de saneamento básico. No Brasil, por exemplo, apenas 61,76% dos brasileiros são atendidos por rede coletora de esgoto (que não necessariamente é tratado) e 45% possuem acesso à água de forma satisfatória, segundo a Agência Nacional de Águas. É preciso ampliar o acesso ao saneamento básico para melhorar a qualidade de vida dos brasileiros e impedir a contaminação do meio ambiente devido ao descarte incorreto.

É nessa cidade desigual e opressora que vive a maioria da juventude brasileira. Para eles, a cidade é como um grande palco de possibilidades, de encontros, desencontros e descobertas. Grafitar muros, andar de skate, praticar esportes, se encontrar em praças e bares são formas de conquistar o espaços e de ir definindo suas múltiplas identidades.

As cidades devem possibilitar aos jovens o acesso à educação, ao trabalho, ao transporte público, à cultura e ao lazer de forma descentralizada, criando novas rotas e possibilidades que façam o espaço urbano realmente democrático, saudável e diverso. Mas o fato é que no sistema capitalista isso vai acontecendo de maneira bastante desigual. Uma boa parte da juventude vive em espaços públicos precários e violentos. E a distância por vezes torna outros espaços inacessíveis.

As tantas mobilizações pelo país em junho de 2013 evidenciaram o problema do transporte nas principais cidades, em geral muito caro, de péssima qualidade e superlotado. É sabido que o transporte coletivo é um filão bastante lucrativo para o empresariado. Em muitas cidades, existem verdadeiras máfias dos transportes. São cartéis que controlam os preços e nivelam por baixo o oferecimento do serviço.

Em várias cidades do Brasil, após muita luta dos jovens, existe o meio-passe estudantil, que na prática é o desconto de 50% no preço da tarifa para os estudantes. Mas há duas limitações desse projeto que precisam ser modificadas. A primeira delas é

que precisamos de uma meia passagem de verdade, que permita ao jovem estudante utilizar em todos os dias da semana, inclusive feriados. Hoje em algumas cidades só é permitido usá-lo de segunda a sexta. Não é porque não tem aula que deixamos de ser alunos. Os estudantes devem poder usufruir do meio-passe também para atividades culturais e de lazer. A segunda é que os jovens estudantes de cursos pré-universitários ou pré-vestibulares devem também ter acesso ao benefício, afinal, também são estudantes.

Outro grave problema do sistema de transporte público do país é a ausência de transporte coletivo 24 horas. Tal fato compromete não só a mobilidade e a segurança dos jovens que circulam pela cidade, mas também as mais diferentes categorias que trabalham no turno da madrugada.

Por fim, também precisamos ampliar propostas que incentivem o uso da bicicleta, que além de ser um meio de transporte excelente para pequenas e médias distâncias, não polui, não emite gases, é econômica. Para incentivar o uso, as ciclovias são fundamentais. Nossa vereadora do Juntos em Porto Alegre, Fernanda Melchionna, elaborou projeto que obriga as empresas de transporte coletivo de Porto Alegre a disponibilizarem bike racks (suporte instalado na parte dianteira dos coletivos) nos ônibus, facilitando a locomoção para pessoas que percorrem grandes distâncias e uma segurança em caso de imprevistos. Ela também é autora de outro projeto que autoriza a colocação de bicicletários nos estabelecimentos comerciais. Iniciativas como essas são importantes para incentivar o uso de bicicletas.

Por isso propomos:

- Tarifa zero no transporte público;
- Garantia de meia passagem estudantil todos os dias da semana, inclusive feriados. E garantia de meia passagem para os estudantes de curso pré- universitários;
- Transporte Público 24 horas;
- Investimento massivo na construção de malha ferroviária, recuperação de trechos abandonados de trens e incentivo à criação e expansão de trechos de metrô nas grandes e médias cidades;
- Desenvolver e manter uma boa infraestrutura para locomoção de pedestres e pessoas com deficiências, com calçadas e travessias adequadas;

- Por um plano de mobilidade urbana que leve em consideração a bicicleta enquanto um meio de transporte através, por exemplo, da criação de ciclovias seguras, com funcionamento diário e que alcancem todas as zonas das cidades, além da integração da bicicleta com outros modos de transporte público;
- Pela Reforma Urbana! Desapropriação dos imóveis ociosos e dos ocupados nos centros urbanos por movimentos de luta por moradia, como MTST e a Frente de Resistência Urbana. Não às remoções e demais violações dos Direitos Humanos;
- Contra a privatização dos espaços públicos e o cercamento de praças e parques;
- Incentivar e assegurar a participação popular no debate sobre planejamento urbano;
- Elaboração participativa de planos de manejo que visem o uso sustentável dos recursos naturais e atender às necessidades da população;
- Ampliação ao acesso a saneamento básico com destinação adequada de resíduos sólidos;
- Ampliação nos sistemas de captação e distribuição de água tratada.

Democratização da Comunicação, da Informação e da Cultura

Segundo a pesquisa da Secretaria Nacional de Juventude, 83% dos jovens usam a televisão aberta como meio de informação, 56% a Internet, 23% os jornais impressos, 21% as rádios comerciais e 17% a TV paga. Computador e Internet são usados por 75% dos jovens e 89% têm celular. Enquanto a TV aberta é o principal canal de informação dos jovens de baixa renda (91%), a Internet é o meio de informação mais acessado entre os mais ricos (73%).

Mesmo dentro das diferenças sociais de acesso à Internet, há um crescimento expressivo do seu uso. A cada dia estamos mais conectados, seja pelas redes sociais, pelos smartphones etc. Baixamos músicas, filmes, séries e criamos nossas próprias formas de nos expressar e de compartilhar conteúdos e conhecimentos. Tudo é muito mais dinâmico. Com uma câmera digital, celular ou tablet na mão, os jovens vão reinventando as formas de se comunicar e muitas ideias novas surgem.

A juventude é, sem dúvida, quem mais utiliza as novas formas de comunicação no mundo. Dessa forma, um dos grandes desafios políticos para a sociedade brasileira é o de democratizar o acesso a esses instrumentos, tornando-os acessíveis a toda a população. Afinal, o direito à informação e à comunicação está garantido na Constituição Federal.

Mas não é apenas o acesso às informações produzidas pelos mais diferentes meios e suportes de comunicação que precisa ser democratizado, é preciso também criar políticas que incentivem a criação de novos meios e instrumentos de comunicação capazes de garantir a expressão da pluralidade de vozes.

Todos os coletivos e indivíduos podem fazer sua parte na democratização das informações. Ferramentas como blogs, vídeos e as redes sociais são muito importantes na produção de ideias e opiniões livres, pois fortalecem a produção independente e as diversidades regionais. A liberdade de informação e comunicação passa pela livre produção de ideias.

Algumas das pautas que a juventude junto a outros movimentos vem construindo vão da digitalização dos ambientes educacionais, o incentivo às novas ferramentas de comunicação comunitária de Rádio e TV, mídias livres, cultura digital, até o incentivo ao desenvolvimento e utilização de softwares livres.

A defesa da liberdade da Internet, da privacidade às informações do cidadão e da máxima transparência dos governos devem ser bandeiras permanentes dos jovens. Na era da informação digital e do mundo conectado em rede, essas postulações nunca foram tão importantes. Essa é a chave entre as lutas da juventude indignada no mundo e no Brasil com ativistas como Edward Snowden, Chelsea Manning e Julian Assange.

No sentido de promover liberdade e privacidade na Internet, a aprovação do Marco Civil trouxe avanços. A defesa do princípio da neutralidade na rede é fundamental. Porém, algumas ressalvas são importantes. A versão do projeto sancionado pela presidenta Dilma foi uma mediação com as empresas de telecomunicação e abre brechas para violações do princípio da neutralidade por parte das empresas. No artigo 15, o projeto aprovado regulamenta que as empresas podem ter a guarda dos registros de acesso a aplicações da Internet por 6 meses, constituindo uma séria violação de privacidade. Tal fato foi criticado por vários ativistas que participaram do processo de criação do Marco Civil. Houve uma campanha pelo veto do artigo que não foi atendida pela presidenta Dilma.

Além disso sempre foi comum o choque entre a realidade e a versão midiática dos fatos, em especial quando se trata da cobertura de manifestações. Nas Jornadas de Junho de 2013 ouviu-se novamente o grito “A verdade é dura, a Rede Globo apoiou a ditadura!”. Com esse grito os manifestantes queriam anular a suposta neutralidade de informações apresentada pela Globo. As grandes emissoras, em sua maioria, sempre foram um editorial a serviço dos interesses da classe dominante e dos governos deste país. A grande mídia faz de tudo para favorecer a hegemonia dos donos do poder, reproduzindo este-reótipos e preconceitos.

Por outro lado, na periferia, os chamados grupos culturais funcionam como antídotos à dita “discriminação por CEP”. Frequentemente estigmatizados, a cultura periférica raramente é divulgada através dos grandes veículos de comunicação. A existência de coletivos e grupos culturais amplia os espaços de experimentação, de criação estética, e vão construindo laços de pertencimento que (re)afirmam identidades. O Funk e o Hip-Hop, por exemplo, surgem como movimentos de resistência, de comunicação e de identidade. Fala-se da sua realidade para ela mesma. E constituíram-se como movimentos culturais importantes no processo de conscientização e mobilização desses jovens por direitos, seja ele o simples direito de existir.

Edi Rock, rapper e compositor brasileiro, chama a atenção que para lutar contra o genocídio da periferia deve-se prestar mais atenção aos coletivos de cultura que ali se constituem. Neles se traduzem a realidade vivida por estes jovens. São eles os protagonistas da vida real contando a sua própria realidade. As músicas, por exemplo, são o meio de comunicação encontrado por jovens para expressar de alguma forma aquilo que pensam, sentem e conhecem. É por isso que é tão importante estimular a produção cultural que empodera seu povo. As políticas públicas da cultura devem estar voltadas para a criação de mecanismos que garantam a produção independente (regional e nacional), para a garantia da veiculação nas tevês, rádios, Internet e cinemas, além de incentivos governamentais a sua produção.

A lei que reconhece o funk como cultura, aprovada em 2009 no estado do Rio de Janeiro, foi um avanço. Mas, logo depois, a prefeitura do Rio deu poderes à PM para proibir os bailes funk na cidade. No início, a desculpa é que os bailes eram locais de ação de traficantes, mas mesmo em comunidades hoje “pacificadas”, os bailes continuam proibidos.

Por isso propomos:

- Fim do monopólio e do oligopólio nos meios de comunicação;
- Por um novo marco regulatório para as comunicações no país;
- Regulamentação da publicidade estatal;
- Criação e garantia de instrumentos de participação popular e controle social da mídia, inclusive, da produção de conteúdo;
- Asilo para Snowden no Brasil. Asilar Snowden no Brasil é dar uma demonstração de força da cidadania e dos povos unidos pelos Direitos Humanos;
- Incentivo à lan-houses públicas nas cidades;
- Garantia da neutralidade na rede, direito à privacidade, contra a guarda de registros por empresas e governos;
- Universalizar a Internet no Brasil. Disponibilizar conexões velozes em todos os lugares, a qualquer momento, por preços razoáveis ao consumidor e wi-fi livre e gratuito nos espaços públicos das cidades, nas escolas e nas universidades;
- Ensino de computação/criptografia nas escolas visando a segurança digital, inclusão digital com software livre;
- Uso exclusivo de software livre nos órgãos governamentais;
- Apoio à comunicação comunitária e popular, com garantia de recursos via publicidade governamental. Contra a criminalização das rádios comunitárias e os veículos de mídia independentes e populares;
- Garantia da implementação do Marco Civil da Internet;
- Apoio à campanha Para Expressar a Liberdade e à aprovação do Projeto de Lei da Mídia Democrática, uma nova lei geral das comunicações;
- Pela criação de espaços de cultura e lazer aos jovens, como bibliotecas, praças, pistas de skate e ginásios esportivos, sobretudo para a juventude das periferias;

- Fomento a Planos Nacionais de incentivo à leitura;
- Fomento a estúdios públicos de gravação; rádios e TVs comunitárias: criação de estúdios públicos municipais, Rádios, WebRádios, TVs e WebTVs, espaços para produções autônomas para os movimentos de periferia poderem canalizar o seu trabalho de forma independente;
- Presença dos movimentos culturais de periferia na programação dos centros culturais e casas populares de cultura;
- Pela destinação de 2% do PIB para a Cultura. Em 2013 foram gastos 0,05% do PIB apenas;
- Meia-entrada é um direito da juventude! Pelo fim da restrição de 40% da bilheteria para a meia entrada, aprovada pelo Estatuto da Juventude.

Direitos Democráticos

A luta das mulheres

A luta das mulheres se potencializou no cenário político brasileiro, mesmo antes de junho de 2013. A nacionalização das Marchas das Vadias - desde 2011 - colocou as pautas do feminismo de volta às manchetes. As jornadas de junho, enfim, fortaleceram ainda mais a luta das vadias. Nas grandes manifestações do ano passado, as mulheres, sobretudo as jovens, foram protagonistas e parte expressiva das mobilizações.

Hoje podemos fazer um balanço mais completo do que significou o governo Dilma para as mulheres: a conquista simbólica de uma mulher ser a primeira presidenta do país deixou muito a desejar para o aprofundamento dos direitos das mulheres.

A questão da violência contra a mulher é emblemática neste sentido. No Brasil, nos primeiros 4 meses de 2014, foram quase 1,7 mil denúncias de abuso sexual contra crianças e adolescentes pelo Disque 100. Sendo que cerca de 70% dos estupros acontecem em ambientes domésticos. Este é um problema sério, em que a maioria das vítimas são do gênero feminino, mas que deve ser tratado como um problema global. A campanha “não mereço ser estuprada” tomou as redes para conscientizar a sociedade, com grande adesão da juventude. É necessário o fortalecimento de mecanismos, como a Lei Maria da Penha, que combatem à violência doméstica. Precisamos também rechaçar projetos como o “Estatuto

do Nascituro”, que torna a gravidez, até em casos de estupros, obrigatória. E dá ao estuprador o status de pai.

Nas universidades a precariedade das políticas de permanência estudantil atinge as mulheres de maneira muito especial, já que somos nós que sofremos com a dupla ou tripla jornada de trabalho, que inclui o estudo, o cuidado com a casa e, em muitos casos, o emprego. O alto índice de evasão dos cursos pelas mulheres se dá principalmente pelo fato de não contarem com uma estrutura que dê conta dessas demandas, o que faz com que, além de dificultar uma formação de qualidade, provoque um distanciamento dos espaços de articulação política. A luta por mais bolsas de estudos, maior número de vagas nas moradias e nas creches, dentre outras reivindicações do movimento estudantil por permanência, também devem levar em conta o recorte de gênero na perspectiva de superação dessa discriminação.

Além disso, muitas jovens mulheres, ao se tornarem mães, têm dificuldades de manter os seus estudos por falta de políticas que garantam sua permanência nas escolas e universidades. Para as mães jovens e trabalhadoras também há a dificuldade de garantir vaga para seus filhos em creches públicas.

Por isso propomos:

- Salário igual para trabalho igual;
- Por restaurantes, lavanderias públicas e creches em período integral nos locais de trabalho, moradia e estudo;
- Por mais creches públicas;
- Licença-maternidade de seis meses para as mães, e de um mês para os pais;
- Pela humanização do parto;
- Acesso universal a um programa de saúde pública para todas as fases da vida da mulher;
- Distribuição de contraceptivos gratuitos;
- Legalização do aborto realizado pelo Estado no sistema público de saúde;
- Acesso universal à educação em todos os seus níveis, de qualidade e não sexista;
- Por Casas-Abrigo, Delegacias da Mulher, e Hospitais/ambulatórios para mulheres vítimas de violência sexual com funcionamento 24 horas;

- Fim da revista vexatória às mulheres parentes de detentos.

Negras e Negros

Segundo dados do IBGE de 2012, a população negra abarca 50,7% da sociedade. Na pesquisa do Perfil da Juventude Brasileira, realizada pela Secretaria Nacional de Juventude, 60% dos entrevistados se declararam de cor preta ou parda. Tais dados revelam um aumento dos negros que assumem sua negritude. Revelam também que a autoafirmação de identidade cresce proporcionalmente. A juventude negra tem se levantado contra o racismo apropriando-se da cultura, ocupando espaços públicos como o das universidades, e assumindo cada vez mais a identidade natural de seus cabelos e corpos. Mostrando que adotar a identidade negra não se trata apenas de um ato estético, mas também político.

A afirmação da identidade negra é uma luta de extrema importância. A estética branca (seja no padrão de beleza, no cabelo liso ou mesmo no tipo de arte mais ligada aos europeus) se impõe, desde à época das colônias, sobre a estética e a cultura negra. Por isso é tão importante os movimentos de cultura da periferia. Fortalecer o rap, o funk, as rodas de samba, as religiões de matizes africanas é reacender a chama da cultura que veio da África. O cabelo black power, a não aceitação dos padrões europeus de beleza, tudo isso faz parte de um processo de reafirmação da cultura do povo negro. É preciso fazer mais pela cultura: é preciso mostrar a história que tentaram apagar. O batuque, os gostos, a roupa e o cabelo dos negros são parte da cultura e da identidade brasileira.

Um país cuja população negra é maioria tem a necessidade de políticas públicas que combatam o racismo. Mais de 70% da população em situação de extrema pobreza são de negros e negras. Para combater o preconceito e a discriminação na perspectiva de reduzir a vulnerabilidade desse sujeito, precisamos de investimentos e da articulação de políticas sociais nos campos da educação, do trabalho, da cultura, do esporte, da saúde e do acesso à justiça. Por isso, defendemos as ações afirmativas como medidas imediatas de ampliação do acesso aos direitos.

Desde o início de nossa história os negros são tratados com inferioridade, sem direitos e relegados a uma vida indigna e desumana. Ainda hoje, os povos negros têm dificuldade em mostrar o seu valor, de serem sujeitos históricos de suas realidades

na arte, na cultura, na mídia, na política... na sociedade. Apesar da discriminação, da exclusão – indiferença – existem expressões fortes da cultura afro, que resistem e persistem no seio das manifestações sociais do Brasil. O debate sobre a temática racial no Brasil deve ser realizado amplamente e apesar do abismo existente entre negros e brancos temos conquistas, principalmente no campo das políticas de identidade e de reconhecimento. O estabelecimento do 20 de novembro como Dia Nacional da Consciência Negra e o reconhecimento de Zumbi dos Palmares como herói nacional são um exemplo. Há também a Lei nº 10.639/2003, que inclui, no currículo escolar, o ensino da história afro-brasileira, bem como a valorização da estética e da cultura negra. Ampliou-se o diálogo com o Estado na luta por direitos, incluindo na agenda nacional o reconhecimento e o combate às profundas desigualdades sociais entre negros e brancos, com a adoção das políticas de ações afirmativas.

Mas os desafios ainda são grandes.

Por isso propomos:

- Defesa das ações afirmativas: cotas na Graduação, Pós- Graduação e nos Concursos Públicos;
- Pelo fim das desigualdades econômicas e sociais entre negros e brancos;
- Pelo respeito e incentivo à cultura negra no Brasil

Direitos LGBTs

Apesar de alguns avanços nos últimos anos, a luta da comunidade LGBT por direitos permanece necessária. No ano que marca os 40 anos da Revolta de Stonewall, momento histórico do movimento LGBT, ainda vivemos em um mundo em que milhares de jovens são mortos em crimes de ódio por sua orientação sexual ou identidade de gênero. A luta contra a LGBTfobia deve ser diária.

A homofobia, a transfobia ou lesbofobia se manifestam de diversas formas. Se às vezes permanecem apenas na violência verbal e simbólica – como através de piadas e do bullying – nos casos mais extremos se manifestam em agressões físicas que levam muitas vezes à morte. No Brasil, um LGBT é assassinado a cada 26 horas. O Grupo Gay Bahia contabiliza um aumento de 27% nos homicídios homo/lesbo/transfóbicos no Brasil em relação ao ano passado: 266 pessoas mortas por amarem pes-

soas do mesmo sexo ou não se identificarem com o gênero que lhes é imposto.

Em nosso país o avanço da plena cidadania LGBT é impedido pelo governo do PT que, em nome de uma pretensa “governabilidade”, alia-se ao fundamentalismo religioso e aos setores mais conservadores da nossa sociedade. Em 2011, o governo Dilma vetou o Kit Escola Sem Homofobia, destinado a ensinar as crianças o respeito pela diversidade, alegando que seu governo não fazia “propaganda de opção sexual”. Queremos que o Kit Escola Sem Homofobia seja aprovado e adaptado para combater a transfobia também. Precisamos avançar mais na conquista dos nossos direitos!

Foi com muita mobilização, nas ruas e nas redes, que o projeto de Lei da “cura gay” foi arquivado, e é com essa força que todo o conjunto do movimento LGBT no país deve firmar suas posições em defesa do Estado laico, articulando suas ações com os poderes públicos no sentido de combater a violência homo/lesbo/transfóbica e todas as formas de discriminação legal que a legitimam.

Por isso propomos:

- Defesa do Projeto de Lei João Nery de identidades de gênero e nome social;
- Defesa da aprovação pelo Congresso Nacional do casamento civil igualitário;
- Defesa da Educação para a Diversidade. Projetos pedagógicos nas escolas que ensinem sobre a diversidade sexual, afim de estimular a tolerância e acabar com o preconceito;
- Defesa da aprovação do Kit Escola Sem Homofobia com adaptação para o combate à transfobia;
- Pela criminalização da homofobia, da lesbofobia e da transfobia.

Política de Drogas

A política proibicionista hoje vigente no Brasil cobra um alto preço em vidas humanas e recursos públicos desperdiçados. Nos últimos anos, as Marchas da Maconha pelo Brasil ganharam força e voz. Através delas, milhares levantaram a bandeira da legalização do uso e da produção de maconha. Após a decisão do governo uruguaio, o debate estampou capas de jornais e revistas, ganhou as redes sociais e chegou ao Congresso Nacional, com o PL de autoria do deputado Jean Wyllys, do PSOL do Rio de Janeiro.

Despindo-se de tabus, é preciso discutir o tema com profundidade.

O primeiro ponto é o tráfico de drogas. Segundo a ONU, temos a terceira maior população carcerária do mundo. No caso do Brasil, mais da metade da população carcerária é devido ao tráfico de drogas. Em 40% dessas prisões houve apreensão de quantidades pequenas, sem envolvimento com organizações criminosas. Quase 80% eram jovens e mais de 50% do total eram negros. Os jovens e negros têm sido os principais alvos desta guerra.

Dados do DEPEN revelam que, entre 2005 e 2012, a população prisional cresceu 52%, enquanto os presos por tráfico cresceram 194% no mesmo período. Isso é insustentável! O projeto de Jean Wyllys não pretende “liberar” o comércio da maconha, mas regulá-lo. É incontestável que a legislação existente é ineficaz. Precisamos retirar o controle das mãos do tráfico e repassar para as mãos do Estado.

O segundo tema é o da saúde pública. Drogas lícitas ou ilícitas causam danos à saúde, por isso, é preciso perguntar-se: como reduzir esses danos? A política de proibição tem sido ineficaz para diminuir o consumo. E, neste caso, o problema tem sido tratado na esfera da segurança pública e não como um problema de saúde. O comércio ilegal de droga emprega mão-de-obra barata disponível nas favelas, vende substâncias misturadas, que prejudicam ainda mais a saúde e são a porta de entrada para drogas mais baratas e letais, como o crack. Tudo para financiar o tráfico de armas e a corrupção.

O fato é que a política de drogas no país está completamente falida. Seja porque a guerra às drogas serve mais como justificativa para a violência do Estado nas periferias, ou porque o tema não tem sido efetivamente tratado como um problema de saúde pública. Sendo assim, os jovens seguem morrendo muito pelas mãos da polícia e do tráfico, e também acometidos muitas vezes pelo vício. No primeiro caso, o Estado é diretamente responsável e no segundo, é omissivo.

Por isso propomos:

- Legalização da Maconha;
- Regular a pesquisa, uso medicinal da Cannabis;
- Implementar uma política de prevenção do uso problemático e de redução de danos via Sistema Único de Saúde.

Memória, Justiça e Verdade

Neste ano, completam-se 50 anos do Golpe Militar. Ainda temos muito o que avançar para consolidar nossa democracia. A ditadura militar produziu sequelas que até hoje são sentidas no dia a dia pelo povo brasileiro, sobretudo pelos pobres, negros e moradores de periferias urbanas, em quem recai a repressão cotidiana de uma das polícias mais violentas do mundo. Estudos da psicanalista Maria Rita Kehl apontam que a polícia militar brasileira é a única da América Latina que comete mais homicídios e crimes de tortura na atualidade do que durante o período da ditadura militar. Ivo Herzog, filho do jornalista Vladimir Herzog, comparou o caso do pedreiro Amarildo ao assassinato de seu pai nas dependências do DOI-Codi em São Paulo durante a ditadura militar.

Se há um traço que distingue a ditadura brasileira das demais ocorridas na América Latina, não é a “brandura” afirmada pela Folha de São Paulo, mas sim a ausência de uma justiça de transição e a total impunidade dos responsáveis pelos crimes bárbaros aqui cometidos. O Brasil é o único país da região onde os torturadores nunca foram julgados. Nosso Exército jamais reconheceu os crimes cometidos no regime militar e dirigentes das Forças Armadas chegam ao cúmulo de taxar de “ressentidos” aqueles que lutam pela memória e reparação dos crimes da Ditadura!

A instalação da Comissão Nacional da Verdade em maio de 2012 foi um passo importante para que o povo brasileiro tenha acesso a informações que os militares golpistas e seus aliados políticos gostariam de manter escondidas. Entretanto, os trabalhos da Comissão sofrem uma séria limitação: a recusa do Governo Dilma em propor revisão à Lei da Anistia (Lei no 6.683/1979), a qual impede a punição dos torturadores e assassinos da Ditadura. Pressionado pelas forças militares, o Governo quer apenas uma “justiça parcial”, que na prática significa manter a injustiça e a impunidade.

É fundamental que seja intensificada a pressão popular pela revisão da Lei da Anistia, de modo a permitir que os criminosos da Ditadura sejam responsabilizados por seus atos. Devemos seguir o exemplo dos nossos vizinhos argentinos, chilenos e uruguaios, que colocaram na cadeia os seus ditadores. Precisamos enterrar práticas do passado que definitivamente não devem se repetir no presente!

Por isso propomos:

- A revisão da Lei de Anistia, exigindo o julgamento e possível punição para os torturadores;
- Nenhuma homenagem aos torturadores: substituição de toda referência aos ditadores e seus aliados nos logradouros e instituições públicas;
- Fortalecimento da Comissão da Verdade e sua atualização em “Comissão da Verdade, Justiça e Memória”: ampliação da verba destinada e acesso irrestrito aos documentos.

Por uma reforma política radical

As antigas formas de participação política não nos contemplam mais. Queremos interferir diretamente em como se organizar nossa escola e nossa universidade, em como são tomadas as decisões em nossas cidades, queremos tomar as principais decisões políticas em nosso país. Não nos basta votar de dois em dois anos, precisamos participar e intervir, discutir e decidir.

As mobilizações de junho de 2013 mostraram que o atual sistema político não representa nosso povo e é incapaz de traduzir nossos anseios. É necessário avançar na radicalização da democracia. Para isso, é necessária a realização de uma Assembleia Constituinte Exclusiva e Soberana responsável por uma profunda reforma política, que retire os privilégios dos poderosos em favor do povo, com mais mecanismos de representação e participação popular. Os jovens podem mudar o futuro do país e o caminho eleito por eles é “a participação e mobilização nas ruas e ações diretas”, como diz a pesquisa divulgada acima. Seguiremos firmes nas ruas emparedando governos, lutando por nossos direitos e alcançando vitórias. E a reforma política deve ser parte fundamental desse processo, onde se busca revolucionar o modo que se faz política no país.

Por isso propomos:

- Financiamento das campanhas eleitorais exclusivamente público, pela igualdade entre todos na realização de campanhas;
- Proibição de cabos eleitorais pagos, sendo tal prática crime eleitoral. Que a política seja feita por ideias e não por dinheiro;
- Instituição da revogabilidade de mandatos por parte dos eleitores. Quem não cumpre o que promete deve perder o mandato;

- Facilitação para apresentação de projetos de leis de iniciativa popular. Que os jovens possam legislar;
- Radicalização da democracia por meio de referendos e plebiscitos,. Que os jovens possam

opinar;

- Garantia de candidaturas avulsas, sem necessidade de filiação partidária. Que a juventude escolha seus representantes.

Agradecimentos

Andreia Bianchi, Áquilas Mendes, Atletas pelo Brasil, Bom Senso FC, Bruna Ballarotti, Bruno Mandelli, Bruno Zaidan, CONATRAE, CSP-Conlutas, Camila Souza Menezes, Camila Souza Ramos, Carla Ferreira, Coalizão Democrática por Eleições Limpas, Coletivo Curupira, Deusdedith Pereira, Eduardo Amaral, Felipe Corneau, Felipe Monte, Felipe Oliva, Fórum Nacional de Democratização da Comunicação, Gabriel França, Gabriel Lindenbach, Giulia Tadini, Greenpeace, IPEA, Instituto Sou da Paz, Intersindical, Intervozes, Ivone Pitta, José Afonso da Silva, José Ibiapino, João Alfredo, Juca Kfourri, Juninho, Kauê Batista Scarim, Laura Cymbalista, Leonel Camasão, Linnesh Ramos, Lucio Gregori, Luiz Araújo, Lujan Miranda, Maia Fortes, Mandato Deputado Estadual Marcelo Freixo (PSOL/RJ), Mandato Deputado Federal Chico Alencar (PSOL/RJ), Mandato Deputado Federal Ivan Valente (PSOL/SP), Mandato Deputado Federal Jean Wyllys (PSOL/RJ), Mandato Vereador Toninho Vespoli (PSOL/SP), Maria Lucia Fatorelli, Mathias Luce, Movimento Terra Livre, Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), Nathalie Drumond, Nilson de Souza, Nós da Sul, Partido da Cultura, Pastoral da Terra, Pedro Ekman, Plataforma dos Movimentos Sociais pela Reforma Política, Plínio de Arruda Sampaio, Rede Justiça Criminal, Repórter Brasil, Rodrigo Ávila, Samara Castro, Setorial Ecosocialista do PSOL, Setorial LGBT do PSOL, Setorial de Comunicação do PSOL, Setorial de Direitos Humanos do PSOL, Setorial de Mobilidade do PSOL, Setorial de Mulheres do PSOL, Setorial de Saúde do PSOL, Silvie Klein, Tiago Madeira, UNESCO, União dos Ciclistas do Brasil, Vladimir Safatle, Zelito Silva



PSOL 50